



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDENCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIA MARINEIDE DE SOUSA

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES
DA RUA DO URUGUAI/ITAPAGIPE**

**SALVADOR/BA
2010**

MARIA MARINEIDE DE SOUSA

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES
DA RUA DO URUGUAI/ITAPAGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Ochi Flexor

**SALVADOR/BA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA MARINEIDE DE SOUSA

O Arranjo Produtivo Local de Confeções da rua do Uruguai/Itapagipe

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 13 de outubro de 2010

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a.

Orientadora Maria Helena Ochi Flexor

Doutora em História Social

Universidade Católica do Salvador – UCSal

Prof^a Dr^a.

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof^o Dr.

Hermes Magalhães Tavares

Doutor em Economia

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

*À minha mãe Francisca (in memorian), mulher da palavra de
Deus, pelo exemplo de fé*

*Ao meu pai Manoel (in memorian), homem de palavra, pelo
exemplo de dignidade*

*Ao meu filho Raiff, a quem espero poder inspirar para a busca
de princípios e valores que estão no coração*

*À Fátima, amiga e cúmplice, que me apoiou passo a passo
nessa caminhada*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Nossa Senhora e o Espírito Santo que sempre me iluminaram.

A Carol e ao Hugo, filhos do coração, pelo carinho, respeito e incentivo.

Aos queridos irmãos Josias, Jodaci, Francisco, Graça, Margarete, Goretti e Leandro e seus parceiros, minha base de sustentação e o meu orgulho, pela compreensão e amor incondicional.

À Prof^a Maria Helena Flexor, minha querida orientadora, que nunca deixou de ler atenta e cuidadosamente a minha pesquisa, por me colocar desafios e apontar caminhos que contribuíram para tornar realidade este trabalho.

À Prof^a Cristina Maria Macêdo Alencar pelas produtivas e inspiradoras contribuições, pela confiança e estímulo, fundamentais neste processo.

Ao Prof. Hermes Magalhães Tavares que gentilmente aceitou o convite para participar da Banca Examinadora, pela atitude de humildade, típica de um homem único, porque é inigualável.

Ao Prof. Peter José Schweizer, que iniciou meu processo de orientação, pelas lições de generosidade e retidão e, sobretudo, por ter acreditado em mim desde sempre.

Ao Prof. Jorge Antônio Santos Silva pela sua postura humana e profissional que me ensinou, com sabedoria, a não desistir dos sonhos.

Aos amigos Severino e Uliana Freitas (*in memorian*), Zenira Moreira (*in memorian*) e respectivas famílias, pelo testemunho de vida e da presença de Deus.

À Brasilina e todos integrantes da família Pinheiro, pelo afeto e acolhimento.

Aos professores e colegas pelos agradáveis momentos de convívio.

À Eliane, Geraldo e Ritanei, pessoas responsáveis pelo apoio administrativo do mestrado, por tratarem minhas solicitações com respeito e importância.

À Alexsandra, Eleonora e Valéria, pela paciente e indispensável contribuição

À minha pessoa, pela superação e provação de que tudo é possível na fé.

Aos moradores da Península de Itapagipe e os entrevistados pelas informações enriquecedoras, em especial a Rosemma Maluf, que emprestaram suas vozes e seus sonhos. Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo analisa o Arranjo Produtivo Local de Confecção da rua do Uruguai (APL), desenvolvido na cidade de Salvador. O território investigado é a Península de Itapagipe que, historicamente, tem a sua ocupação marcada pelos desequilíbrios econômicos e sociais. Esta dissertação tem como objetivo avaliar se o desenvolvimento econômico do APL está em sintonia com o desenvolvimento social da Península de Itapagipe na perspectiva de sua revitalização. A metodologia utilizada foi a de investigação descritivo-analítica, com aplicação de questionários e a realização de entrevistas semi-estruturadas dos empresários e representantes das principais instituições que integram o Arranjo. Os dados coletados das entrevistas e questionários demonstram a fragilidade do programa e a necessidade de fortalecer as relações com os diversos agentes componentes do APL.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local; Rua do Uruguai; Desenvolvimento local; Península de Itapagipe.

ABSTRACT

This work analyses the local productive arrangement (LPA) for modelling / restructuring of rua do Uruguai, developed in the city of Salvador.

The investigated area is Peninsula Itapagipe which has its occupation historically marked by economic and social lack of balance. This paper aims to evaluate whether the economic development of the LPA is connected with the social development of the Peninsula Itapagipe according to its refurbishment perspective.

The methodology used was descriptive and analytical research, through questions and semistructured interviews applied to the main entrepreneurs and the representative groups of the institutions that integrate the arrangement. Collected data from these interviews and questionnaires demonstrated the fragility of the program and the need to strengthen the relationship between the various agents included in the LPA.

Keywords: Local Productive Arrangement; Uruguay Street; Local development; Itapagipe peninsula.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Fachada da Fabrica da Boa Viagem (1943).....	30
Foto 2 – Vista parcial da Vila Operária (1943).....	31
Foto 3 – Antiga fábrica FAGIP/S.A.....	36
Foto 4 – Sede da Administração Regional de Itapagipe.....	42
Foto 5 – Sede CAMMPI e Espaço Cultural dos Alagados.....	45
Foto 6 – Sede da AMAI - Avenida Caminho de Areia, 187.....	50
Foto 7 – Fachada do <i>Shopping Bahia Outlet Center</i>	53
Foto 8 – 2ª Corrida Turística da Península de Itapagipe.....	55
Foto 9 – Rua Direta do Uruguai – século XXI.....	75
Foto 10 – Vista do Bairro do Uruguai, local principal.....	76
Foto 11 – Detalhes da rua Direta do Uruguai.....	77
Foto 12 – Um dos Corredores de circulação do <i>Shopping</i>	79
Foto 13 – Vista das lojas do final de um dos corredores do <i>Shopping</i>	79
Foto 14 – Recepção da entrada do <i>Shopping</i>	80
Foto 15 – Comércio de confecções da rua Direta do Uruguai.....	81

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Baixa do Bonfim; no primeiro plano, cabanas de romeiros, 1859.....20
- Figura 2** – Processo de aterro de Água de Meninos, vendo-se a Igreja da Santíssima Trindade,1890.....22
- Figura 3** – Estrutura de gestão e modelo de governança do APL.....67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação das empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	84
Gráfico 2 – Número de empregados formais e informais do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	85
Gráfico 3 – Distribuição por faixa etária dos empregados APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	86
Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos empregados APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	86
Gráfico 5 – Média salarial dos empregados APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	87
Gráfico 6 – Treinamento e capacitação da mão de obra APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	87
Gráfico 7 – Capacidade produtiva das empresas APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	89
Gráfico 8 – Faturamento anual das empresas APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	89
Gráfico 9 – Inovações introduzidas pelas empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	90
Gráfico 10 – Envolvimento das empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA em atividades cooperativa.....	91
Gráfico 11 – Oferta de crédito destinado às empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	96
Gráfico 12 – Destinação do crédito obtido pelas empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	96
Gráfico 13 – Agentes financeiros.....	97
Gráfico 14 – Contribuição do APL para o desenvolvimento local.....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Panorama e planta da cidade do Salvador.....	19
Mapa 2 – Principais indústrias da Península de Itapagipe, em 1946.....	29
Mapa 3 – Zoneamento viário geral da cidade de Salvador, 1946.....	32
Mapa 4 – Áreas Administrativas Salvador, RA-II – Península de Itapagipe.....	40
Mapa 5 – Bairro do Uruguai em Salvador.....	74
Mapa 6 – Mapeamento rua Direta do Uruguai.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais ações de implantação da RedeAPL.....	60
Quadro 2 – Redes associativas empresariais do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	82
Quadro 3 – Principais Parceiros do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador – BA.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos empreendimentos da rua do Uruguai.....	81
Tabela 2 – Segmento da atividade principal das empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.....	84
Tabela 3 – Importância de treinamentos e capacitação de RH no APL de Moda da Região da Metropolitana de Salvador.....	88
Tabela 4 – Fatores determinantes na produção e gerenciamento do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.....	90
Tabela 5 – Fatores que contribuíram para adesão das empresas ao APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.....	91
Tabela 6 – Tipos de organizações coletivas.....	92
Tabela 7 – Vantagens que a empresa tem por estar localizada no APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.....	93
Tabela 8 – Importância das principais atividades cooperadas.....	93
Tabela 9 – Grau de importância dos agentes do APL em relação ao papel que desempenham com parceiros.....	94
Tabela 10 – Contribuição de sindicatos, associações e cooperativas locais.....	95
Tabela 11 – Nível de interferência das instituições que atuam no APL.....	97

LISTA DE SIGLAS

AAAS – Associação dos artesãos de Alagados de Salvador
ABBORI – Associação Baiana de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe
ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMAI – Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe
AMESA – Alagados Melhoramentos
APEX – Agência de Promoção às Exportações
APEXBRASIL – Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
APL – Arranjo Produtivo Local
AR – Administrações Regionais
ASCOSI – Associação de Costureiras de Itapagipe
BB – Banco do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAB – Centro Administrativo da Bahia
CAMA – Centro de Artes e Meio Ambiente
CAMAPET – Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental
CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CATART – Centro Associativo de Trabalhadores em Artesanato
CCR – Complexo Cooperativo de Reciclagem
CENCA – Centro Cultural de Alagados
CESEP – Centro Suburbano de Educação Profissional
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA – Centro Industrial de Aratu
CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COOPERTEXTIL – Cooperativa Mixta de Produtores Artesanais
COOPREN – Cooperativa de Produção Têxtil Renascer

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
COSTUR'ART – Grupo de Profissionais da Costura e Arte
DESENBAHIA – Agência de Fomento da Bahia
DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
EPUCS – Escritório do Planejamento de Urbanismo da Cidade do Salvador
FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira
GEOR – Gestão estratégica Organizada para Resultados
GEPAB – Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia
GERMEN – Grupo de Recomposição Ambiental
GTP – Grupo de Trabalho Permanente
GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS – Índice de Desenvolvimento Social
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
LABAP – Laboratório para o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais
LIMPURB – Limpeza Pública Urbana
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPME – Micros, Pequenas e Médias Empresas
NAI – Núcleo de Articulação Institucional
NE-APLs/BA – Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos
Produtivos Locais da Bahia
OGL – Organização de Governança Local
ONG – Organizações Não-Governamentais
P&D – Planejamento e Desenvolvimento
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PE – Projetos Estruturantes
PEIEx – Projeto Extensão Industrial Exportadora
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro
PIB – Produto Interno Bruto
PMC – Plano de Melhoria da Competitividade
PME – Pequena e Média Empresa
PMI – Plano de Melhoria Individual

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PROCOMPI – Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias

PROGREDIR – Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial

PRDI – Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe

PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

RA-II – Região Administrativa

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RedeAPL – Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado da Bahia

REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

REPROTAI – Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECIT – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SESP – Secretaria de Serviços Públicos

SIC – Secretaria da Indústria e Comércio

SICM – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

SIGA – Serviço Integrado de Atendimento Regional

SINDVEST – Sindicato das Indústrias do Vestuário de Salvador e Região

SPL – Sistema Produtivo Local

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

UCSal – Universidade Católica do Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

URAM – Urbanismo e Assistência aos Municípios

URBIS – Urbanização e Habitação da Bahia S/A

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. PENÍNSULA ITAPAGIPANA: DESENHANDO O CENÁRIO LOCAL	19
3. A REQUALIFICAÇÃO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	38
3.1 – INSTITUIÇÕES SOCIAIS DA PENÍNSULA ITAPAGIPANA.....	43
3.1.1 – CAMMPI, o NAI e a AMAI.....	44
3.1.2 – Instituições unidas para o desenvolvimento de Itapagipe	51
3.2 – SHOPPING BAHIA OUTLET CENTER	53
4. REESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	56
4.1 – OS APL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	58
4.1.1 – Gerenciamento do APL.....	63
5. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA RUA DO URUGUAI	70
5.1 – RUA DO URUGUAI	73
5.2 – ATIVIDADES DE COMÉRCIO DA RUA DO URUGUAI	77
6. APL DA RUA DO URUGUAI... ANOS DEPOIS	82
6.1 – CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS.....	84
6.2 – PRODUÇÃO E MERCADO	88
6.3 – INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO	90
6.4 – ESTRUTURA, GOVERNANÇA E VANTAGENS ASSOCIADAS AO AMBIENTE LOCAL	92
6.5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE FINANCIAMENTOS	95
6.6 – ENTREVISTAS COM PARCEIROS DO APL	99
7. CONCLUSÕES.....	105
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	116
ANEXO 1 – LAYOUT DO SHOPPING BAHIA OUTLET CENTER.....	116
ANEXO 2 – LOJAS DO SHOPPING BAHIA OUTLE CENTER.....	116
ANEXO 3 – MAPEAMENTO DO COMERCIO DA RUA DO URUGUAI.....	116
ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO.....	116
ANEXO 5 – ENTREVISTAS.....	116

1. INTRODUÇÃO

O tema central a que se propõe esta Dissertação é referente à Revitalização da Península de Itapagipe, cujo escopo está na relevância do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções da rua do Uruguai, hoje pertencente a um dos núcleos coordenado pelo Governo do Estado, - Região Metropolitana de Salvador -, desenvolvido nesta cidade. O território, objeto de investigação, é a Península de Itapagipe que, historicamente, tem sua ocupação marcada por desequilíbrios econômicos e sociais, causados pela instalação de empresas do setor têxtil. Com o foco voltado para as potencialidades econômicas locais, torna-se necessário analisar a situação atual, dada a sua expansão, via política pública do Estado – o APL de Moda da Bahia, que agora é composto por dois núcleos: Feira de Santana e Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Um dos aspectos relevantes do APL está nas relações entre as empresas e as demais instituições pertinentes de um espaço geograficamente definido, tendo como característica marcante o processo colaborativo em que valorizados o ambiente local e suas diversas interações culturais, sociais, políticas e institucionais. Nesse contexto, é necessária uma ação coordenada dos diversos atores governamentais e não governamentais que vise à criação de novos meios e novas políticas para harmonizar o desenvolvimento econômico e social.

Os moradores da Península de Itapagipe, na cidade de Salvador, vêm constatando, desde 1997, variadas iniciativas empresariais direcionadas para o seu desenvolvimento, oriundas de um acordo de cooperação de grupos de instituições públicas, tanto da esfera municipal como federal, que vem produzindo resultados importantes para a região, com reflexos positivos para a cidade.

Alinhada às diretrizes do Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, elaborado em 2000 pela Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), foi instituído em 2003 o APL - Programa de Arranjo Produtivo Local de Confecção da rua do Uruguai e Entorno, como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento local.

Nesse contexto, as relações de cooperação e confiança entre os diversos agentes articuladores e indutores do APL são importantes e devem ser estimuladas, uma vez que possibilitam às empresas encontrar soluções coletivas.

Este estudo tem como objetivo principal avaliar se o desenvolvimento econômico do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador está em sintonia com o desenvolvimento social da Península de Itapagipe na perspectiva de sua revitalização.

Para tanto, buscou-se: identificar a participação da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), do Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI), da Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe (AMAI) e do *Shopping Outlet Center* na formação do Arranjo Produtivo Local da rua do Uruguai; analisar o grau de cooperação entre os empresários participantes; avaliar e caracterizar a formação e capacitação de pessoal; verificar os reflexos no desenvolvimento local da rua do Uruguai e adjacências e identificar os seus reflexos na revitalização da Península de Itapagipe.

Na tentativa de alcançar esses objetivos, utilizou-se o método de investigação descritivo-analítico, com aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas, junto aos empresários e às principais instituições que integram o arranjo.

O questionário contempla um conjunto de questões relacionadas às principais formas de participação, inovações, cooperação, interação e vantagens associadas ao ambiente local. A entrevista seguiu um modelo mais flexível para a obtenção de informações qualitativas para a pesquisa e buscou verificar a articulação entre os representantes dos diversos setores e quais os resultados alcançados com relação às parcerias existentes no APL.

As informações coletadas contribuíram de forma eficaz para avaliar se as ações empreendidas pelo de APL de Moda promoveram o desenvolvimento local e a revitalização da Península de Itapagipe.

A Dissertação está estruturada em sete partes, incluindo Introdução e ~~das~~ Conclusões. A segunda parte do trabalho, depois da Introdução, trata da história da península itapagipana, localizada na parte Noroeste da cidade de Salvador e apresenta suas primeiras ocupações, características do seu comércio, da sua população e os fatores determinantes para a instalação da indústria têxtil na Península de Itapagipe.

A terceira parte versa sobre a requalificação da península itapagipana e aborda questões sociais da população e a inserção de instituições empresariais que contribuíram para o desenvolvimento local.

A quarta parte trata da reestruturação produtiva local, a proposta e o gerenciamento do APL. A quinta parte aborda o movimento de reestruturação produtiva e organização que vem ocorrendo na rua do Uruguai, localizada em um dos bairros da Península de Itapagipe. A sexta parte apresenta os resultados da pesquisa sobre as ações do APL na contribuição do desenvolvimento local. Encerra-se a Dissertação com as conclusões exaradas a partir dos estudos descritos nas partes anteriores.

2. PENÍNSULA ITAPAGIPANA: DESENHANDO O CENÁRIO LOCAL

Salvador foi a primeira cidade fundada em terras do Brasil, em 1549. O que existia antes (Mapa 1) eram capitânicas, por conta das determinações feitas pelas cartas de doação, emitidas pela coroa portuguesa (TAVARES e CAMARGO, 2007).



Mapa 1 – Panorama e planta da cidade do Salvador
Fonte: SALVADOR. PREFEITURA, 1951, p. 1.

No processo de formação e ocupação da cidade de Salvador a história da estrutura espacial da península de Itapagipe está relacionada diretamente ao processo de formação da grande península de Salvador (PEDRÃO, 1995).

Em sua primeira ocupação, a Península Itapagipe¹ possuía um conjunto de tabas indígenas, duas olarias e um curral na Penha, pertencentes a Garcia D'Ávila, e ainda algumas lavouras de sustentação localizadas na atual Boa Viagem. (CALMON, 1983).

O gado foi introduzido no Brasil no ano de 1550. Nas terras da Península de Itapagipe, e conforme Bandeira (2000), Garcia D'Ávila montou os seus primeiros currais para o gado *vacuum*, vindo de Cabo Verde, e foi muito próspero nos negócios que empreendeu. Ainda, o mesmo autor (BANDEIRA, 2000), Garcia D'Ávila tornou-se o principal fornecedor de gado aos habitantes de Salvador e outros povoados. Também instalou em Tatuapara estaleiros para a construção de barcos,

¹ “A forma original do topônimo num documento de 1550: Itapagipe, de tapyyia, tapuia = tapuia; j (g) = consoante efônica, y = água (s) e pe = na (s), cujo conjunto dá sentido de: nas águas dos tapuias (DORÉA, 2006, p. 51).

aproveitando madeiras das matas. Nesse mesmo ano, foi instalada a Ribeira das Naus com a finalidade de consertar e construir embarcações.

Em finais do século XVI, começaram a se erguer, na península, o Forte de São Diego, ou Fortinho da Ribeira, o Forte de São Felipe ou de Monte Serrat, e, nos primórdios do século XVII, as capelas de Nossa Senhora de Monte Serrat, na Ponta de Humaitá, e da Nossa Senhora da Conceição do Engenho de Itapagipe de Cima.

De acordo com o Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península, elaborado pela CAMMPI (2008), na metade do século XIX, com a construção da Igreja do Bonfim², a península tornou-se um importante centro de espiritualidade, passando a desenvolver assentamento humano no seu entorno (Foto 1).



BAIXA DO BONFIM, NO

Figura 1 – Baixa do Bonfim, com cabanas de romeiros no primeiro plano, 1859.

Fonte: SAMPAIO, 2005, p. 135.

A península de Itapagipe teria se tornado, em meados do século XIX, lugar de descanso e vila pesqueira, e abrigava uma reunião de igrejas de relevância para a fé católica baiana. Contava com uma ocupação esparsa, com edificações religiosas, chácaras para as famílias baianas mais abastadas, além das pequenas casas de pescadores. Para lá afluía, na segunda metade do século XIX, grande número de pessoas residentes na capital e no interior, atraídas pela fama de suas

² O capitão de mar e guerra da marinha portuguesa Theodozio Rodrigues de Faria, mandou construir a Igreja do Bonfim em 1746, para abrigar uma imagem do Senhor Crucificado que trouxera de uma capela de Setúbal, Portugal (SAMPAIO, 2005, p. 44).

belas praias e em busca de bem-estar.

No início do século XIX, a cidade de Salvador era um porto e a maior parte de sua comunicação era feita por mar. Entretanto, a partir da metade desse século, passaram a existir caminhos terrestres que permitiam o acesso à Água de Meninos e daí ao Monte Serrat até a Ribeira. Questionava-se se a freguesia da Penha era uma freguesia rural ou urbana, pois não era unânime a opinião de que ficasse dentro da cidade, e não se podia dizer que eram terras estranhas. Só mais tarde, em meados do século XIX, com as linhas de bonde que ligavam Itapagipe ao centro da cidade, passou a ser parte integrante da área urbana de Salvador.

Em 1813, a cidade de Salvador foi acometida por um período de chuvas ininterruptas o que ocasionou grandes desabamentos de terras. Após 45 dias de chuvas que estragaram e destruíram muitas casas da Cidade Baixa e trouxeram a morte de 34 pessoas, criou-se o medo de que a plataforma elevada em relação ao mar desmoronasse sobre o bairro da praia, cogitando-se o da Península como centro administrativo para a cidade (RUY, 1949).

Sampaio (2005) traz detalhes

Nos anos de 1812 e 1813, ocorreram grandes desabamentos no Pilar, no Xixi, na Misericórdia e na Conceição. Em 1813, chuvas torrenciais caíram em Salvador durante 45 dias, causando dezenas de mortes. Exerceram tal impacto sobre o Conde dos Arcos, um dos grandes governantes da Bahia, que este decidiu elaborar um projeto para a construção de uma nova cidade na parte baixa, que iria desde a Jequitaia (Água de Meninos) até Itapagipe (SAMPAIO, 2005, p. 63).

A parte do projeto que, de fato, foi realizada limitou-se à construção, na Jequitaia, em Água de Meninos, (Figura 2), da Casa Anunciada do Noviciado dos Jesuítas, fundada em 1704 e construída em 1709, para que abrigasse as sessões do Governo, Junta da Fazenda, Relação e Câmara. Desde 1825 até os dias atuais é ocupada pela Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim (SAMPAIO, 2005).

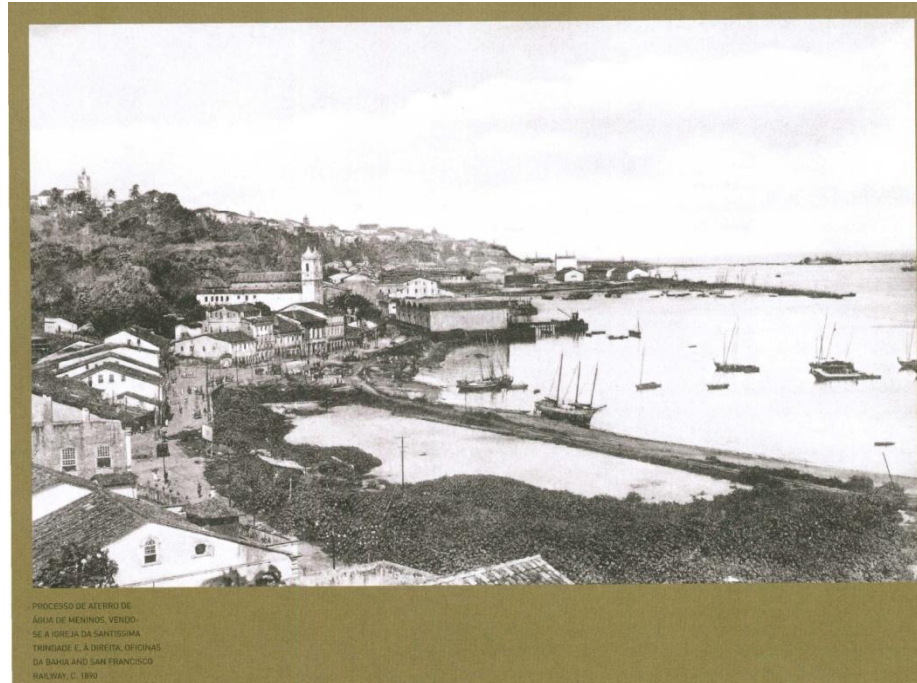


Figura 2 – Processo de aterro de Água de Meninos, vendo-se a Igreja da Santíssima Trindade, 1890.

Fonte: SAMPAIO, 2005, p.162.

A autora relata que os desmoronamentos que aconteceram na cidade de Salvador serviram para o alargamento da Cidade Baixa e propiciaram o melhoramento de acessos à cidade alta, principalmente contribuindo para o aterro da chamada zona comercial em duas direções

[...] para o norte, o aterro foi gradativamente avançando da Conceição à Jequitiaia, em Água de Meninos. A ligação entre o comércio e a Península de Itapagipe, que, com frequência, se fazia por mar, devido à precariedade e estreiteza da faixa terrestre, melhorou sensivelmente com o alargamento [...]. Na direção oeste, a linha da costa avançou rumo ao mar, consumindo enormes quantidades de terra. Nessa faixa tomada do mar, construíram-se muitos prédios para morada e para negócios: a Alfândega Nova, a área entre esta e a Praça São João [...]. Deu-se ao porto condições de expansão, e organização às atividades a ele ligadas (SAMPAIO, 2005, p. 44).

A urbanização de Salvador avançou com a realização de obras públicas; não só com o melhoramento do porto, mas também das ruas e das condições físicas da cidade. Através de aterros e calçamentos abriram-se caminhos na Cidade Baixa que atingiram até Itapagipe.

Desde o século XVII se chegava ao Bonfim pela praia e por Monte Serrat. Só no século XIX se construiu, através dos mangues, o caminho até Roma e Dendezeiros, e, de lá, por meio de aterros e calçamento, - de onde o nome Calçada do Bonfim - se estendeu até a Jequitiaia (FLEXOR, 1999, p. 78).

O melhoramento do porto aconteceu ainda no governo do Conde dos Arcos³, que pretendia melhorar as condições de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. No projeto constava a construção de um canal marítimo que cortaria as terras da península desde a Jequitaia até o Largo do Papagaio e alcançaria a Enseada dos Tainheiros, permitindo o acesso ao ancoradouro mais facilmente e por caminho mais curto (MATTOSO, 1978). A obra nunca foi realizada, pois seria muito onerosa para os cofres públicos.

A cidade cresceu em direção ao Norte, para a Península de Itapagipe, e a Cidade Alta se expandiria na direção Sul, com os bairros da Barra, Graça e Vitória. O principal caminho que saía do porto levava os transeuntes para o subúrbio da Penha e dali para as freguesias do Sudoeste do Termo, de São Bartolomeu de Pirajá até Nossa Senhora da Piedade de Matoim, na enseada de Aratu (MATTOSO, 1978).

Nos meados do século XIX, Salvador contava com dez freguesias⁴ urbanas: Sé ou São Salvador, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, Santíssimo Sacramento da rua do Passo, Nossa Senhora de Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha (NASCIMENTO, 1986, p. 29). A iniciativa para essa divisão administrativa eclesiástica da cidade partiu da Igreja, e o Governo distribuiu-a em distritos.

Na Cidade Baixa estavam situadas as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia e do Santíssimo Sacramento do Pilar, Nossa Senhora da Vitória e a de Nossa Senhora da Penha, localizada na Península de Itapagipe, avançando pelos alagadiços e dobrando o porto dos Tainheiros, alcançando os subúrbios (RUY, 1949).

Na freguesia da Conceição da Praia é que se situava a zona comercial da época, por onde circulavam todas as camadas sociais, “desde os mais distintos negociantes até os mais rebeldes escravos e toda a sorte de marginalizados da sociedade” (SAMPAIO, 2005, p. 29).

³ 8º Conde do Arcos, D. Luís de Lima Brito e Nogueira, nomeado em 1810 Governador da Bahia.

⁴ Freguesia no conceito de “espaço material limitado, divisão administrativa onde estavam localizados os habitantes ligados à sua igreja matriz” (NASCIMENTO, 1986, p. 29).

Na Cidade Alta o processo de urbanização de Salvador ganhou impulso, a partir da Praça do Palácio, que funcionava como polo de irradiação das transformações urbanas e por determinação do poder civil. Ao mesmo tempo, a área comercial estimulava o progresso na Cidade Baixa, especialmente através da criação da Diretoria de Obras Públicas, em 1846.

Nesse mesmo contexto, Sampaio (2005, p. 61) explica que os

Diretores, fiscais e engenheiros desse novo órgão, ligado à Secretaria do Presidente da Província, passaram a cuidar do abastecimento de água, do saneamento, da iluminação pública e dos meios de transporte coletivo.

Como se percebe, a região da península itapagipana fazia parte do desenvolvimento da cidade do Salvador; o crescimento da região não parou e foi alvo de atenção com a construção da estrada da Boa Viagem, em 1851. A obra foi executada, aterrada por uma Comissão de proprietários da vizinhança, sob a direção do engenheiro André Przewodowski, que projetou seu prolongamento até ao mar, junto a Monte Serrat. Nessa mesma época foi reconstruído o cais em frente à Igreja da Penha, onde o mar ameaçava destruir a igreja. De acordo com Flexor (1999, p. 81),

outra estrada partia da Praça da Boa Viagem em direção à Igreja do Bonfim, tornando a região transitável em todas as estações do ano. Também o cais e a ponte de Monte Serrat foram executados por subscrições e direção do mesmo engenheiro, abrigando o velho cais e a própria Capela e o Forte.

Foi na região da Península que, em 1858, se colocou a primeira estaca da estrada de ferro. Em 1860 inaugurou-se o primeiro trecho da estrada de ferro de São Francisco, com 18 km, da Jequitaia a Aratu, com capital inglês e francês (FLEXOR, 1999, p. 78). É importante ressaltar que, segundo a autora, a presença de homens e capitais ingleses e franceses em Salvador contribuiu para o crescimento da cidade porto

[...] Permitiu o desenvolvimento dos transportes – trens, bondes, elevador, planos inclinados – iluminação a gás e eletricidade, serviços de correios, telégrafos e telefones, ampliação dos serviços portuários e, em especial, permitiu o crescimento do comércio. [...] De uma forma ou de outra, Salvador entrava na era do progresso e da higiene. A colaboração da iniciativa privada, especialmente dos negociantes da Bahia, como Antônio Lacerda, Antônio Pereira Rocha, Rafael e Justo Ariani, João Ramos de Queiroz, Hugh Wilson foi fundamental no processo de desenvolvimento dos transportes e melhorias dos logradouros públicos. (FLEXOR, 1999, p.15).

Evidenciou-se que, através do crescimento da população, o poder público esteve preocupado e disposto a realizar projetos de pavimentação e reestruturação das vias, além de oferecer transportes públicos, a fim de conduzir a cidade de Salvador rumo ao progresso.

A primeira linha de bonde de burro foi instalada na Cidade Baixa em 1866, sob os auspícios do austríaco Raphael Ariani, fazendo a ligação entre a paróquia da Penha e as de Conceição da Praia e do Pilar. Três anos mais tarde, o mesmo percurso era feito por uma linha de bondes urbanos, chamados veículos econômicos, que se multiplicaram a partir de 1869 (MATTOSO, 1992, p. 439).

A expansão e articulação das ruas da cidade de Salvador, na segunda metade do século XIX, foram possíveis graças à revolução operada nos meios de transporte. O advento dos bondes puxados por burros, dos elevadores urbanos e dos planos inclinados, a partir da década de 1870, auxiliou a ligação entre os dois níveis da Cidade. Todos esses mecanismos se articulavam com as respectivas companhias de bondes que se expandiam rapidamente, ligando as diversas freguesias e os arrabaldes mais distantes, conferindo unidade à Capital da Bahia. (SAMPAIO, 2005).

A articulação de comissões e participação direta dos proprietários viabilizou pequenas obras no Cais do porto dos Tainheiros em Itapagipe, nos anos de 1890 a 1892, com a contratação do cidadão Francisco Balduino Ferreira da Silva, para prestar os serviços. Entretanto, as obras que compreendiam o conserto de muralha dos cais, rampas, passeio de antigos bancos e gradil da praça, acabaram sendo feitas à custa do Governo (FLEXOR, 1999).

Ao longo do século XIX, a urbanização da Península de Itapagipe, que desde a sua ocupação configurara-se como área residencial, deu-lhe a vocação de sede das indústrias baianas.

Em 1913 voltava-se a cogitar a ocupação da Península de Itapagipe com o projeto dos engenheiros Antônio Navarro de Andrade e Manoel Weyll para a construção de núcleos habitacionais populares nos distritos dos Mares a Penha, com a abertura de importantes avenidas. O projeto visava também reunir o bairro industrial da Plataforma pelo lado da Ribeira com a Península por meio de uma ponte, já estando em andamento, junto à concessionária do porto, o pedido de concessão (FLEXOR, 1999, p. 84).

É importante destacar que, até a década de quarenta do século XIX, era reduzido o número de fábricas instaladas na Bahia, sendo a maioria destinada à produção de tecidos. De acordo com Tavares (2001), as primeiras fábricas de

tecidos na cidade do Salvador eram: São Salvador, Modelo, Conceição, Nossa Senhora da Penha, São Carlos, Queimado, São Brás e Bonfim. Com exceção da Nossa Senhora do Amparo, que pertencia à Companhia Valença Industrial, as demais eram propriedades de três empresas: União Fabril, Companhia Progresso Industrial da Bahia e Companhia Empório Industrial do Norte.

Stelling (2007, p. 17) afirma outra característica desse processo de industrialização na Bahia

Foi a concentração espacial, fruto da necessidade imperativa de localização próxima aos centros urbanos de maior porte, dada a precariedade dos meios de transporte, que levou a que das dez fábricas baianas operando entre 1875 e 1889 apenas sete se situassem em Salvador e três no Recôncavo - destas últimas duas em Valença e uma em Cachoeira.

O aparecimento das usinas, uma realidade social e econômica que incorpora novos avanços tecnológicos com a utilização de bagaço como combustível, equipamentos para fabricar açúcar branco sem purgar e utilização da eletricidade como força motriz, acelera a decadência dos engenhos. De acordo com Azevedo (1994, p. 13)

Em 1880 é inaugurada a Usina Bom Sucesso, fundada pelo Conde de Sergimirim, Visconde de Oliveira e Barão de Geremoabo, e se inicia a construção de Pojuca. [...] diante da economia de escala de produção e melhor qualidade do produto das usinas, os engenhos vão progressivamente ficando de fogo-morto.

A decadência dos engenhos e a conseqüente crise da produção do açúcar impulsionam a economia baiana para o lucro das atividades produtivas urbanas. “De tudo isso lucrava a cidade da Bahia e seu comércio. As indústrias e fábricas floresciam: tecidos, charutos, sabão, café, cerveja, óleos, águas gasosas, vinagre, chapéus, gelo, fundições, refinações” (BRANDÃO, 1998, p. 39).

Nos estudos de Flexor (2007, p. 12), Itapagipe destacou-se para o assentamento da maioria das indústrias na Bahia, devido a fatores como: “estar isolada do continente, ser pouco habitada, ter superfícies planas, possuir um porto abrigado na Bahia de Todos os Santos e, por fim, por sua possibilidade de ligação com o resto do continente”.

Ainda sobre esse tema, Cardoso (1991, p. 129) destaca os fatores importantes para a localização da indústria em Itapagipe

[...] a existência de água e a disponibilidade de terrenos planos e baratos eram fatores determinantes para a sua localização. A área da Península atendia a todos esses requisitos. Além da proximidade da ferrovia e do porto, a área dispunha de água e tinha o maior estoque de terrenos planos da cidade, considerando as limitações da malha viária de Salvador no período estudado.

Certamente a abundância do algodão, principal matéria-prima do setor têxtil, contribuiu para que o Estado se sobressaísse neste setor e na produção de confecções. O único entrave para uma maior expansão do setor, em escala estadual, foi a sua concentração na capital e no recôncavo, devido à necessidade de localização junto aos centros urbanos de maior porte.

Há outros caminhos para analisar o setor nesse período que, conforme Stelling (2007), registros históricos apresentam as primeiras fábricas baianas de tecidos datadas da década de 1830 e informam sobre a criação da fábrica da Conceição em Santo Antônio do Queimado, em 1834. Além dessas, tem-se o conhecimento da indústria têxtil Todos os Santos, fundada aproximadamente em 1844, na cidade de Valença, e que ficou conhecida como uma das mais importantes fábricas de tecidos do século XIX.

O ano de 1857 marcou a fundação da fábrica denominada São Carlos do Paraguaçu e, por último, pode-se citar a Fábrica Nossa Senhora do Pilar registrada na Junta Comercial em 1873.

Sampaio (1975) acrescenta que, em 1887, iniciou-se a formação de sociedades por ações, onde a Empresa Valença Industrial incorporou as fábricas de tecidos Todos os Santos e a Nossa Senhora do Amparo, situadas na cidade de Valença, na Bahia. Esse processo de fusões tem seu auge em 1891, quando todas as fábricas têxteis, existentes em Salvador registradas até 1890, se fundiram em duas grandes sociedades anônimas: a Companhia União Fabril da Bahia, reunindo a fábrica Santo Antônio do Queimado, a Nossa Senhora da Conceição, a São Carlos do Paraguaçu, a Modelo, a São Salvador, a Nossa Senhora da Penha e a Companhia Progresso Industrial da Bahia, incorporando a Fábrica Nossa Senhora do Pilar e a São Braz.

Entre 1890 a 1891 deu-se o encilhamento, política governamental de emissões de papel-moeda, de facilidade de crédito e alterações nas leis de Sociedades Anônimas para favorecer os estabelecimentos industriais. Sampaio (2005) ressalta ainda que, além dessas, outras medidas protecionistas da indústria nacional foram adotadas com as isenções ou reduções de direito de importação para

máquinas e matérias-primas e a queda do câmbio, elevando as tarifas alfandegárias para os produtos importados.

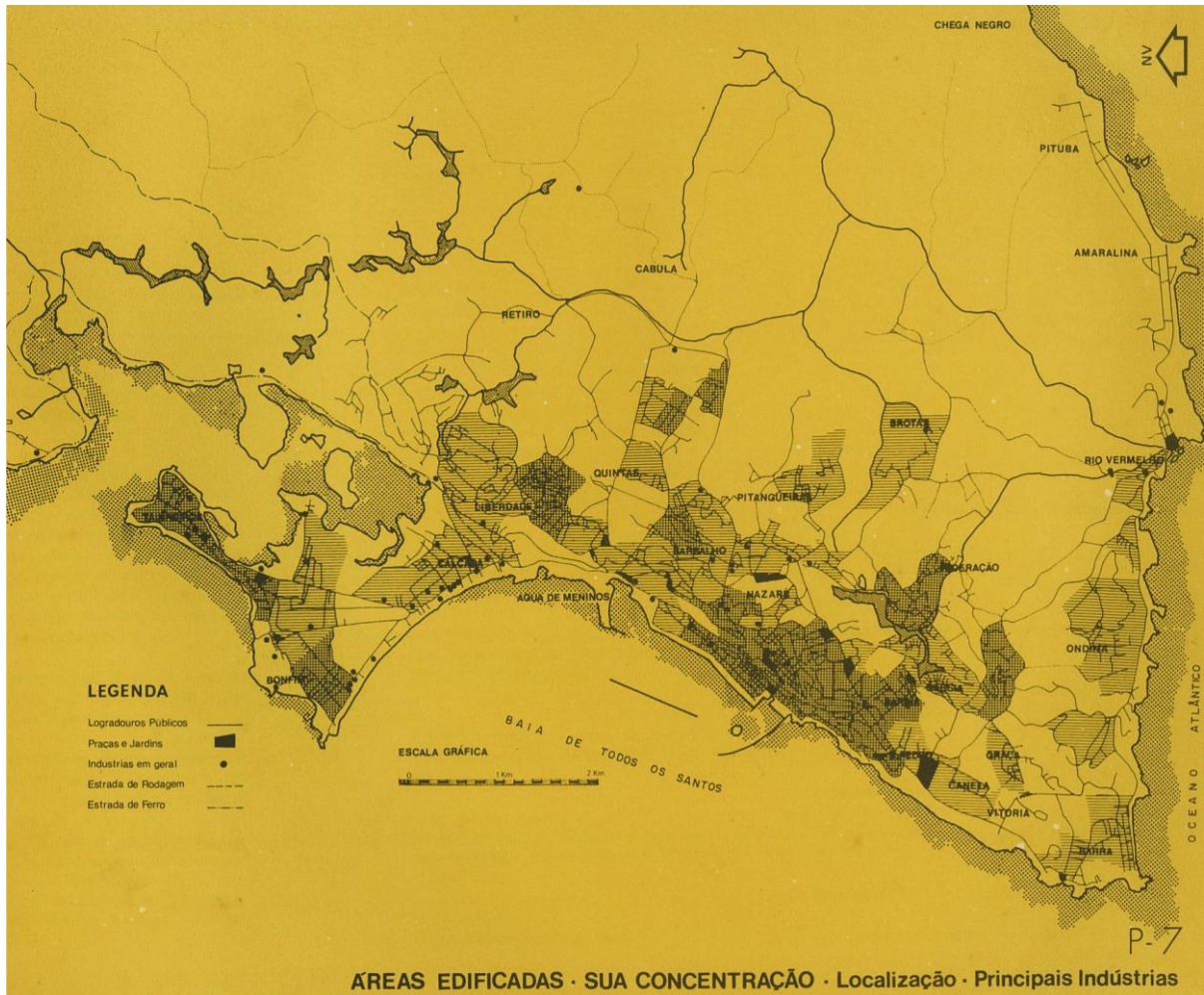
Durante o período de 1891 a 1913, houve grande crescimento para a indústria têxtil brasileira e a Companhia Industrial do Norte tornou-se a maior empresa têxtil do Norte-Nordeste, além de ser uma das maiores do Brasil.

Nascimento (1986) lembra ainda que, à Companhia União Fabril da Bahia somar-se-iam também a Fábrica São João, no Porto dos Tainheiros, em Itapagipe, e mais tarde, em 1918, a Fábrica Paraguaçu, no Largo do Papagaio, também na península itapagipana.

É importante observar que a transformação da região da Península de Itapagipe, no final do século XIX, na primeira zona industrial da cidade, aconteceu com a instalação da indústria do ramo da tecelagem, a Companhia Empório Industrial do Norte⁵, junto à qual foi construída uma vila operária e a Fábrica da Boa Viagem. Na época, verificou-se ainda a montagem de indústrias de médio e grande porte dos ramos de cigarros, de bebida e de outros produtos, bem como a construção de armazéns e estaleiros.

O Mapa 2 permite a visualização da distribuição espacial das principais indústrias existentes na Península de Itapagipe, em 1946, definidas como zona industrial.

⁵ Fundada em 4 de março de 1891 por Luiz Tarquínio, Leopoldo José da Silva e Miguel Francisco Rodrigo de Moraes, foi uma das mais importantes de seu setor na época. Resistiu a diversas crises sendo fechada em 1973, em meio a diversas circunstâncias negativas (STELLING, 2007, 15).



Mapa 2 – Principais indústrias localizadas na Península de Itapagipe, em 1946.
Fonte: SALVADOR. PREFEITURA, PLANDURB, 1976, p. 77.

Diversos fatores contribuíram para a implantação dessas indústrias no local. O relatório da CAMMPI (2008) evidencia que Itapagipe só foi escolhida por essas indústrias devido à sua localização próxima ao porto e à estação férrea. Contudo, Sampaio (1975) descreve que a ideia de se instalar na proximidade entre a fábrica da Boa Viagem (Foto 1), da Companhia Empório Industrial do Norte e o lugar de residência, vila operária de infraestrutura de subsistência e de educação, não foi originalmente de Luiz Tarquínio e teve inspiração nas *Tennement Houses* britânicas, habitações cujo padrão foi estabelecido pelo governo inglês.



Foto 1 – Fachada da Fábrica da Boa Viagem (1943)
Fonte: SAMPAIO, 1975, p. 82.

É interessante destacar que, segundo Flexor (2007, p. 23), “a superpopulação mal instalada em torno das fábricas e minas inglesas fizeram surgir, na Inglaterra, muitos anos antes, os primeiros modelos das vilas operárias”. Ainda de acordo com os autores, a vila operária, da fábrica Boa Viagem, foi criada em maio de 1892 e era composta de 258 casas e dotada de toda infra-estrutura, como água encanada, sistema de esgoto, além de assistência ao operariado

Tinha jardins comunitários, diversões, escola, ambulatório e serviços de proteção contra incêndio. O açougue, a farmácia, a loja de fazendas, lugar para prática de esportes, o armazém de víveres eram modelos de organização, e que funcionava como uma espécie de cooperativa. Oferecia entretenimento aos operários nos fins de semana e feriados. Além de casas, a Vila possuía escola, biblioteca, creche, posto de atendimento médico e banda de música formada pelos operários (FLEXOR, 2007, p. 26).

A Vila Operária (Foto 2) serviu de exemplo para diversos segmentos, tanto do poder público, como da iniciativa privada; entretanto, nenhum alcançou o nível de infra-estrutura e o caráter inovador desse modelo para a época, e hoje só restam dela a Praça Luiz Tarquínio e poucas casas com a estrutura original (FLEXOR, 2007).

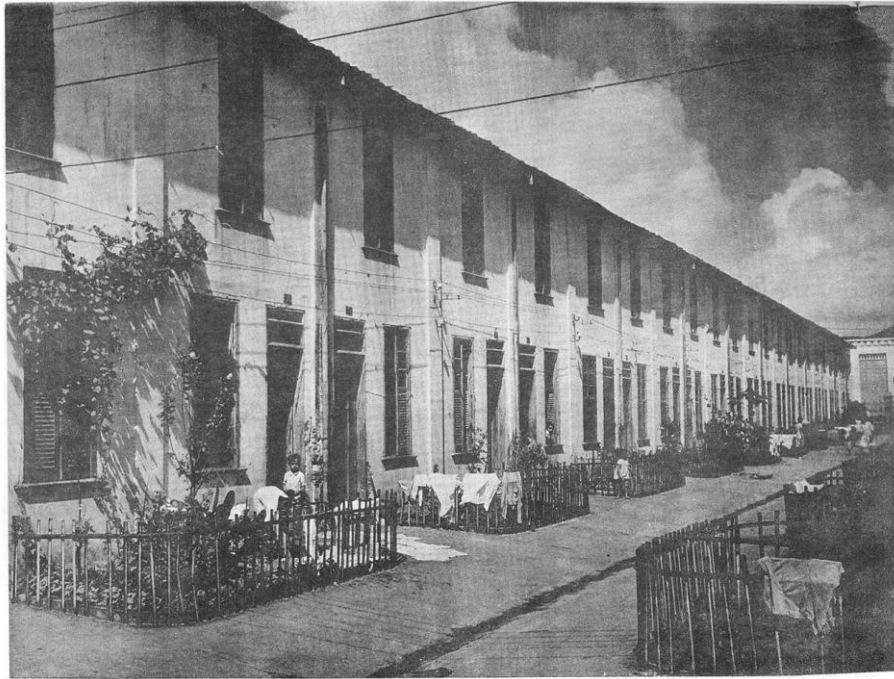


Foto 2 – Vista parcial da Vila Operária (1943)
Fonte: SAMPAIO, 1975, p. 91.

No final do século XIX, em decorrência da força da indústria na península, devido à implantação de importantes fábricas de processamento de produtos agrícolas, como a Fratelli Vita e a Chadler, além das têxteis, como a Fábrica Boa Viagem, da Companhia Empório Industrial do Norte, de propriedade de Luiz Tarquínio, entre muitas outras, há uma rearticulação de atividades, dando novas características a esse local com maior densidade populacional, urbanização e saneamento.

A indústria impactou significativamente a península, atraindo a população de baixa renda interessada no novo mercado de trabalho e induzindo à expansão de favelas no local dada a impossibilidade de absorver o grande contingente de pessoas que para lá se deslocou, o que deu origem à formação da aglomeração de palafitas - os Alagados.

[...] Nessa altura, a cidade consolidou-se no bairro ferroviário e avançou pela orla até a Pituba. Os vazios do núcleo central são preenchidos. Alguns bairros, como Liberdade e Brotas, explodem sob a pressão demográfica; assiste-se ao aparecimento de concentrações miseráveis tais como o Nordeste de Amaralina e os Alagados que plantam suas palafitas na Baía dos Tainheiros (SCHEINOWITZ, 1998, p. 9).

Esse novo panorama gerou o crescimento da ocupação urbana de Salvador e favoreceu a abertura de grandes vias de articulação. A estruturação da linha férrea, no trecho da ferrovia Calçada-Aratu e demais estações, contribuiu para a ocupação dos espaços dos manguezais em direção ao Sul da península.

Em 1943 ocorreu a instalação do Escritório do Planejamento de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) e, após oito anos, o plano de trabalho, coordenado pelo engenheiro Mário Ferreira Leal, começou efetivamente a ser implementado. (Mapa 3).



Mapa 3 – Zoneamento viário geral da cidade de Salvador, 1946

Fonte: SALVADOR. PREFEITURA, PLANDURB, 1976, p. 75.

Santos e Silva (2005) evidenciam que esses estudos culminaram em um Decreto-lei nº 701. de 1948.

No plano urbanístico de Salvador de 1943, foi previsto que esta enseada, pertencente à Marinha, deveria ser resguardada para a instalação de indústrias. Entre 1947 e 1948, a Prefeitura Municipal

aforou esse terreno com vistas à expansão de loteamentos para habitação popular. Contudo, foi invadido por famílias pobres oriundas das áreas rurais que, inicialmente, não se deslocaram para Alagados (pelos menos na maioria dos casos), mas ocuparam áreas como a Liberdade e Caminho de Areia. Posteriormente, essas pessoas já radicadas na cidade migraram para uma parte da Península de Itapagipe, surgindo os Alagados como uma ocupação espontânea que ofereceu novas perspectivas de sobrevivência e moradia através do aterramento do lixo (SANTOS; SILVA, 2005, p 13).

É interessante salientar que, no plano da cidade de Mário Leal Ferreira, grande parte da área dos Tainheiros foi reservada para uma zona industrial, incluindo os bairros de Massaranduba, Vila Rui Barbosa e Uruguai. Entretanto, no ano 1948, dá-se a invasão de um terreno, na Vila Rui Barbosa e, mais tarde, aconteceu outra ocupação na área paralela ao início da futura Estrada Suburbana, o que deu origem aos dois núcleos de criação de Alagados (SCHEINOWITZ, 1998, p. 294).

Nesse período, de acordo com Alencar (2007, p. 112), o processo de desenvolvimento da Bahia apresenta outros elementos importantes

o início da fase industrial na Região Metropolitana do Salvador ocorreu em Camaçari, no final da década de 1940 com as Indústrias Reunidas AZFA Ltda. Na década de 1950 o advento da prospecção de petróleo e de toda a estrutura da Petrobrás periodiza transformações para os municípios da Região do Recôncavo.

Pode-se verificar que os principais fatores, que contribuíram para o declínio da atividade industrial na Península, foram a descoberta do petróleo e a fundação da Refinaria Landulpho Alves (1950), a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA)⁶, em 1967, que foi pensada como alternativa para a atração de investimentos e de capitais extrarregionais que possibilitassem a inversão da situação econômica pouco produtiva pela qual se arrastava a Bahia⁷.

Verifica-se que a política de atração de investimentos, a partir de vantagens compensatórias, gerou um ambiente de competição, tendo em vista que para a sua concretização, foram oferecidas enormes facilidades e incentivos fiscais para a implantação das indústrias no CIA, além de investimentos vultosos para a

⁶ Complexo industrial multissetorial está localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nos municípios de Simões Filho e Candeias e encontra-se em operação o Porto de Aratu (SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, 2010).

⁷ Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil entra na era do intervencionismo estatal e do planejamento público do desenvolvimento econômico e social.

infraestrutura do espaço. A construção do Porto de Aratu consolidou a expansão do CIA, com acesso direto ao mar, espaço, à água, matéria-prima, mão de obra, infraestrutura viária e energética.

É fato que a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, em 1970⁸, possibilitou a concentração das indústrias nessa região e foi uma estratégia de promoção de um eixo industrial entre o CIA, Camaçari e Candeias, preservando, com isso, a vocação turística do litoral norte da Região Metropolitana de Salvador, ao mesmo tempo em que atenderia à necessidade de preservar a zona de indústrias pesadas do CIA para outros segmentos que, de outra forma, exigiriam novos projetos de infraestrutura (SCHEINOWITZ, 1998).

Outro passo, portanto, para fortalecer essa política foi a transferência do Centro Administrativo da Bahia (CAB), instado no Centro Histórico, para avenida Paralela, área norte, abrindo a possibilidade de expansão da cidade naquela direção. Neste sentido, Alencar (2007) destaca que

com esse impulso de desenvolvimento, na década de 70 do século XX, a diretriz de desenvolvimento regional que se consolida é a industrialização e a metropolização no espaço que, por decreto de Governo militar – Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, passou a chamar-se Região Metropolitana do Salvador – RMS (ALENCAR, 2007, p.112).

A Região Metropolitana de Salvador concentra os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz e Itaparica. É uma região dinâmica e, de acordo com dados do IBGE (2000), é a mais populosa do Nordeste brasileiro.

O estabelecimento das Regiões Econômicas como Regiões de Planejamento foi uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia para atuar em escala regional. Desta feita, na Região Metropolitana, uma Região Econômica que é parte da região geográfica do Recôncavo, foi implantado o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

O Estado assumiu o papel de propulsor do processo, criando uma nova base institucional-administrativa, como também se fez presente na transformação do ambiente construído, através de vários tipos de

[...] Todavia, os efeitos dessa fase histórica não atinge a região Nordeste.[...]. A região Sul é a grande beneficiária do surto de desenvolvimento. (SCHEINOWITZ, 1998, p. 177).

8 Iniciou suas atividades em 1978 e está localizado nos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, também integrantes da Região Metropolitana de Salvador. (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, 2010).

intervenção física, implantando um amplo e moderno sistema viário, grandes equipamentos urbanos, e, especialmente ampliando o parque imobiliário, com a produção intensiva de novas habitações. (SOUZA, 2000, p.122).

Verifica-se que o processo de industrialização implicou diretamente na aceleração do crescimento da RMS, tendo a cidade de Salvador como o centro de atração dos fluxos populacionais, ampliando para além de sua base geográfica e formando, a partir do seu entorno, um eixo urbano-industrial metropolitano. Esse novo foco afeta a representatividade econômica do setor de confecções que por meio da descentralização sofre bastante, por conta do intenso desenvolvimento dos setores vinculados à indústria química e à automobilística, que ganharam, cada vez mais, incentivos para a instalação de suas indústrias na região.

Conforme Maluf (2005), no final da década de 1970, com a falência ou retirada das indústrias locais, a Península, sem perfil econômico definido e ambientalmente agredida, tornou-se detentora de uma das maiores concentrações de pobreza da cidade.

Devido ao aumento da população e da pressão dos moradores contra a poluição das fábricas, e pelo surgimento dos pólos industriais de Camaçari e Simões Filho, as indústrias locais fecharam ou transferiram-se para outros locais, deixando em Itapagipe estruturas abandonadas e uma população de baixa renda desempregada (MALUF, 2005, p. 11).

O declínio da atividade industrial na Península configurou-se em função da convergência de interesses econômicos para a Região Metropolitana de Salvador, no Centro Industrial de Aratu e, desta forma, o antigo centro industrial de Itapagipe arrefeceu-se, deixando como registros do seu passado as ruínas dos edifícios fabris.

De acordo com Tavares (2007, p. 11), as empresas industriais de Itapagipe, ao desaparecerem, deixaram também, em seu lugar, ruínas e espaços vazios que continuam a causar problemas de poluição de diversas naturezas, especialmente a visual. As impressões da época industrial na Península encontram-se nas instalações do Estaleiro Corema, fundado em 1968, com o objetivo de construir e reparar embarcações navais, e na sede da Fábrica de Tecidos Fagip S/A⁹. (Foto 3)

⁹ Produtora de gases feitos de algodão (COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE, 2008).



Foto 3 – Antiga fábrica FAGIP S/A, no Largo do Papagaio
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010.

As mudanças no cenário da península itapagipana advindas do período de 1940 a 1980, quando várias fábricas se instalaram na península, acarretaram oferta de empregos para a sociedade local; entretanto, deixaram resquícios do período de industrialização da área que visíveis nas ruínas e nos galpões abandonados das antigas fábricas, por toda a parte na região, notadamente no bairro do Uruguai.

O ambiente competitivo estabelecido nessa época teve impacto nos bairros da península que eram procurados por uma população de sem casas, em sua maioria migrantes ou filhos de migrantes do interior do Estado, que vinham em busca de trabalho em Salvador e, sem nenhuma opção, ocupavam a área para morar devido à sua proximidade com a Avenida Suburbana e pelo fácil acesso a algumas indústrias que se localizavam na área.

Segundo Scheinowitz (1998, p. 294) “o êxodo rural feito basicamente de uma mão de obra sem qualificação e sem recursos financeiros”, direcionava o assentamento de uma parcela da população para uma “área lamacenta e de mangue que só podia atrair desesperados capazes de suportar condições de moradia bastante hostis”.

O autor enfatiza que, até a década de 1960, nenhuma política habitacional esteve voltada para o local conhecido como Alagados, processo de invasão por palafitas, fruto do aterro de parte da enseada dos Tainheiros¹⁰. Esse problema

10 Esse aterro aconteceu pela compra de caminhões de lixo que eram espalhados debaixo das casas. Esse lixo era comprado pelos moradores com maiores condições financeiras e foi seguido pela prefeitura quando a comunidade conseguiu da mesma que os detritos da cidade fossem jogados na área (SCHEINOWITZ, 1998, p. 294).

motivou vários estudos e planejamentos.

Em 1960, o Estado, através do Instituto de Urbanismo e Assistência aos Municípios (IURAM) lançou estudos limitados que redundaram em algumas intervenções práticas. Em 1972 foi criado o Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia (GEPAB), mediante um convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, o Governo do Estado e o Município de Salvador. Foram promovidos estudos socioeconômicos e geotécnicos. Foi realizado um concurso nacional para a elaboração do Plano de Recuperação da Área de Alagados. Todavia, foi a criação da empresa estatal Alagados Melhoramentos S.A (AMESA), em 18 de abril de 1974, pela Lei n. 3.248, que foi o passo decisivo no caminho da solução desse grande problema (SCHEINOWITZ, 1998, p. 295).

As primeiras intervenções do Governo na área dos Alagados limitavam-se à retirada dos moradores e, com o fortalecimento da participação popular, surgiram novas intervenções públicas na tentativa de implementar projetos técnicos de reassentamento e melhoria das condições de habitação para as famílias. De acordo com dados da CAMMPI (2008, p. 23), esse programa buscou não só facilitar o acesso a serviços, como frear a continuidade do processo de crescimento da ocupação por palafitas dessa Enseada:

Das 1.580 novas unidades a serem construídas, apenas 582 foram concluídas em cinco anos de trabalho, correspondendo às obras da 1ª Etapa de Alagados IV e V, Alagados III e Joanes Azul. As demais unidades a serem construídas constarão dos projetos da 2ª Etapa de Alagados IV e V, Alagados VI e Mangueira. Há, ainda, a previsão de realizar, na região de Alagados, cerca de 400 melhorias habitacionais

O projeto de Alagados não foi executado em função de sua magnitude e dos elevados custos. Como estratégia para solucionar o problema habitacional da Península de forma rápida e com menos custos, estabeleceu-se a construção de barracos de madeira compensada, cobertos por telhas (barraco-padrão), nas áreas de Vila Rui Barbosa, do Areal (Itapagipe), Santa Luzia e do Joanes.

É importante ressaltar que a luta organizada pelo espaço em Alagados envolvendo posseiros, desalojados e o Estado, foi responsável por importantes mudanças na estrutura da península itapagipana. Assim, faz-se mister estimular a participação popular nas decisões e elaborações de projetos focados no desenvolvimento local.

3. A REQUALIFICAÇÃO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

O território de Itapagipe foi a primeira zona industrial da cidade de Salvador e nele, já nos finais do século XIX, instalou-se a Companhia Empório Industrial do Norte, junto à qual foi construída uma vila operária e a Fábrica da Boa Viagem.

Nas décadas de 1940 a 1950, a região ocupou papel de destaque com as suas indústrias dos ramos de bebida, têxtil, de cigarros, de beneficiamento de cacau, produtos químicos, além da expansão de estaleiros e de grandes armazéns, responsáveis pela estocagem de matéria-prima, gerando a oferta de postos de trabalho e, conseqüentemente, o crescimento demográfico.

A região é uma área de mangue, foi aterrada e ocupada por novos loteamentos periféricos. Essa expansão desordenada levou a população a uma luta constante pelas questões de moradia, saneamento e saúde, demandando a formação de organizações populares na busca desses direitos.

Em qualquer comunidade, a presença de entidades de participação popular organizadas é imprescindível, desde as associações de moradores a quaisquer outros tipos de organizações associativas para representar as pessoas junto às esferas municipal, estadual ou federal.

No território de Itapagipe, o embate entre movimentos populares e intervenções públicas estimulou a formação da comunidade em organizações sociais e, desde de 2000, as entidades representativas vêm traçando diretrizes para revitalizar o local de maneira integrada.

A importância da Península de Itapagipe é passível de verificação não apenas a partir dos registros econômicos. Segundo Tavares (2007), a região é uma das áreas mais atraentes de Salvador, detentora de um rico patrimônio histórico e arquitetônico, ao que se somam belas e diferentes paisagens urbanas.

Outras iniciativas estão sendo implementadas para aproveitar a vocação natural do local e promover a inserção no mercado de trabalho dos grupos de produção associativos, incentivar a criação de micro e pequenos negócios e revitalizar as antigas fábricas em desusos ou abandonas, além de buscar a melhoria dos serviços de transporte, segurança, saneamento básico e limpeza.

Tavares (2007) aponta que:

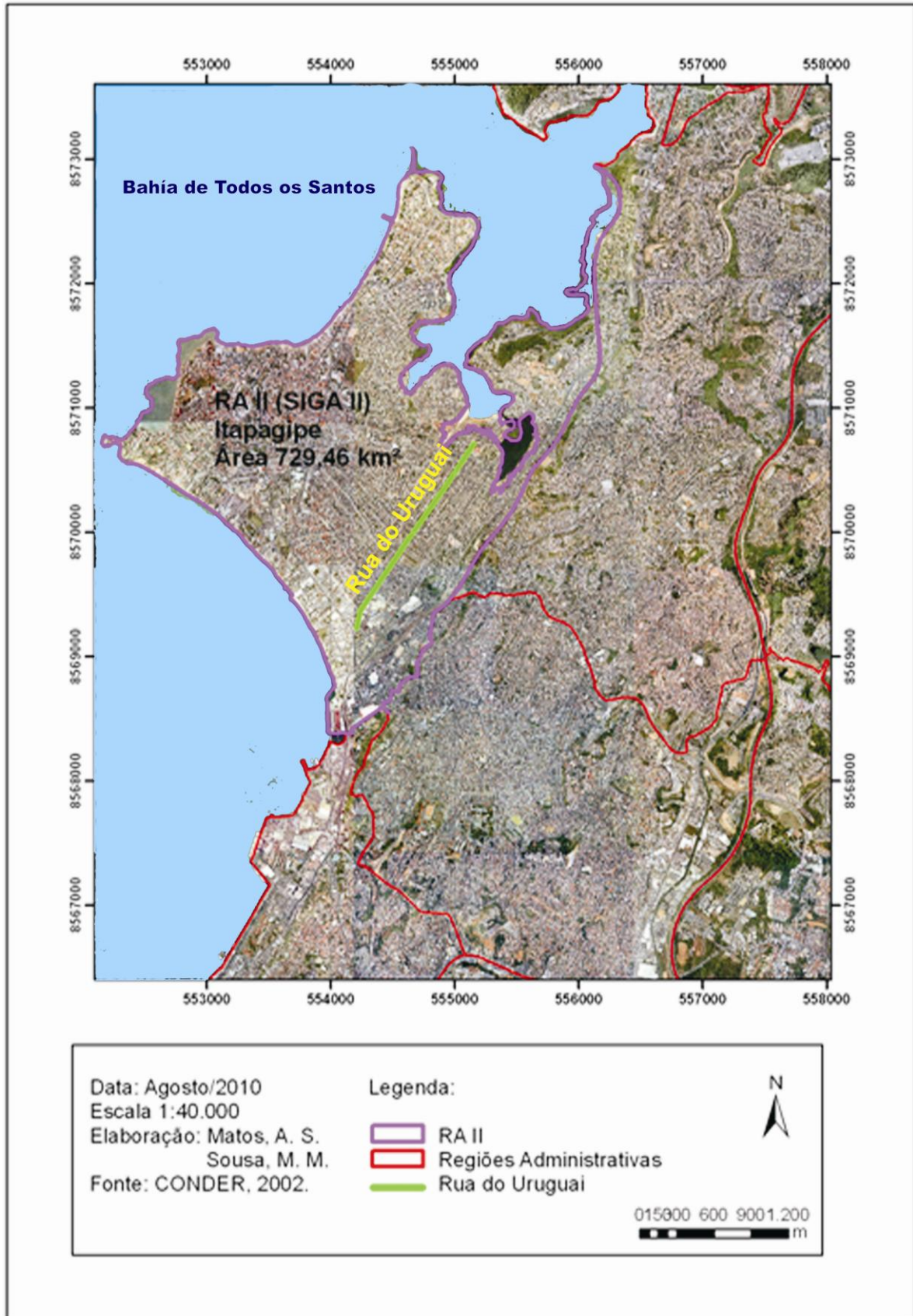
Um dos eixos da política de reconversão consiste na reutilização das áreas ocupadas pelas fábricas que fecharam suas portas: espaços vazios e ruínas industriais, o fenômeno que os franceses denominam de *friches*. *Friche industrielle* é o termo que traduz a degradação de indústrias causadas por fatores diversos (crise, fim de um ciclo, falências etc.). No sentido atual, a *friche*, é definida como “a zona industrial momentaneamente inutilizada à espera de reconversão” (Le Petit, apud TAVARES, 2007, p.12).

Flexor (2007) afirma que a pesquisa sobre a “A antiga indústria de Itapagipe: possibilidades de sua reconversão” tem como propósito inventariar as *friches* dessa; área da Metrópole de Salvador, com o interesse numa reutilização dessas áreas, através da participação dos principais agentes socioeconômicos e comunitários já envolvidos com a política de transformar a Península.

Face à sua relevância, o projeto, que originalmente foi concebido em 2005, atualmente compõe um tema de investigação do Grupo de Pesquisa, Salvador: Transformações e Permanências, no Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador - UCSal. O Núcleo de Extensão da UCSal é responsável pelas ações do Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI) desde a sua criação.

Como já se viu, as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico da Bahia enfatizam a evolução histórica e a importância da indústria na península itapagipana que está inserida na 2ª Região Administrativa de Salvador (RA-II). (Mapa 4) De acordo informações da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), ela está distribuída em 14 bairros e repartida em quatro espaços urbanos:

- a) área dos Alagados: integra os bairros de Massaranduba, Jardim Cruzeiro e parte do Uruguai;
- b) área do Eixo Turístico: concentra o patrimônio histórico e cultural e é formada pelos bairros da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem;
- c) área do Eixo Comercial: Calçada, Mares, Roma, parte da Boa Viagem e parte do Uruguai;
- d) área Mista: local de comércio e residências, composta pelos bairros de Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Bairro Machado e Itapagipe.



Mapa 4 – Áreas Administrativas de Salvador, RA-II – Península de Itapagipe.

Fonte: BAHIA, Governo do Estado. CONDER (2002), adaptado por Maria Marineide de Sousa, 2010

A estrutura do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU), Lei 7.400/2008, define 18 zonas político-administrativas, denominadas Regiões Administrativas (RA), para melhorar a gestão territorial da cidade, que são: RA I – Centro; RA II – Itapagipe; RA III - São Caetano; RA IV - Liberdade; RA V - Brotas; RA VI - Barra; RA VII - Rio Vermelho; RA VIII - Pituba/Costa Azul; RA IX - Boca do Rio/Patamares; RA X - Itapuã; RA XI - Cabula; RA XII - Tancredo Neves; RA XIII - Pau da Lima; RA XIV - Cajazeiras; RA XV - Ipitanga; RA XVI - Valéria; RA XVII - Subúrbios Ferroviários e a RA XVIII - Ilhas de Maré e dos Frades (QUEIROZ, 2005).

O Plano Diretor deveria ser, a princípio, um instrumento básico de regulação e direcionamento do desenvolvimento do município não incentiva a política de requalificação do local e nem traz soluções para os conflitos dos interesses coletivos com os pessoais, de forma a assegurar o atendimento das necessidades da população. Para Schweizer (2000, p. 16)

A decisão final a ser tomada, dentro de uma perspectiva democrática, necessariamente terá que contemplar requerimentos técnicos e de custos, porém sempre condicionada, seja uma obra ou uma proposta específica, à dimensão política e social representada pelos legítimos interesses das pessoas atingidas ou prejudicadas por uma determinada iniciativa.

A participação popular é imprescindível na realização de grandes projetos urbanísticos e está assegurada no Estatuto da Cidade, – lei federal que regulamenta a política urbana a ser conduzida pela União, Estados e municípios, Lei Federal 10.257/2001, Cap. IV, que garante os direitos coletivos e a gestão democrática, teoricamente.

Sob esse prisma, deve-se ressaltar que na pesquisa de campo, foi observada uma realidade inversa, já que o novo plano urbanístico da Península de Itapagipe tem recebido atenção especial da Prefeitura para atrair investimentos do setor privado, entretanto, as intervenções e desapropriações, previstas no Decreto Municipal 19.418/2009, não foram realizadas audiências públicas para discussões com os moradores. É fato que a mudança de gabarito vêm favorecendo a disputa de empreiteiras por áreas situadas à beira-mar e, sobretudo, na Península de Itapagipe, região que possui um imenso potencial turístico.

Já as regiões administrativas, concebidas a partir do modelo das Unidades Espaciais de Planejamento, tem como objetivo proporcionar uma articulação entre o

sistema de informações, o planejamento e a gestão da cidade (QUEIROZ, 2005). Dentro dessa divisão, a área de Itapagipe foi denominada de RA-II, cuja sede encontra-se localizada à rua Porto dos Mestros, 65, no bairro da Ribeira, com o propósito de descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, buscando maior agilidade e eficiência das ações do Governo Municipal junto à comunidade.

Dentre as funções mais importantes do órgão estão as de elaborar diretrizes para promover a integração da comunidade da Península com a Prefeitura, contribuir para a descentralização do poder, identificar as necessidades e promover as melhorias da região (Foto 4).



Foto 4 – Sede da Administração Regional, AR II, de Itapagipe mudar número da foto
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010

A Prefeitura reformulou as regiões administrativas e instituiu, em janeiro desse ano, a Central de Planejamento e Acompanhamento das Ações de Descentralização Administrativa (CEPAD), que é a gestora do novo Serviço de Atendimento Regional, ou SIGA II, que substituiu a RA II. De acordo com a representante da zona político-administrativa de Itapagipe, Margarida Azevedo (2010), em entrevista, afirmou

Nosso trabalho está focado em reduzir a distância entre as demandas populares e o cumprimento das responsabilidades administrativas. O novo órgão procura estabelecer uma gestão

participativa, e atua como se fosse uma miniprefeitura, identificando as principais necessidades dos 14 bairros que estão localizados na península itapagipana¹¹.

No que diz respeito à atuação da CAMMPI e do NAI no processo de revitalização da Península, Azevedo acrescenta

Essas organizações sociais fortaleceram a articulação comunitária local e suas ações estão voltadas para a revitalização da Península. Existe ainda a possibilidade de uma troca de experiências e o fortalecimento de projetos participativos voltados para a comunidade local (AZEVEDO, 2010).

Constata-se que a participação social é uma dimensão estruturante das políticas públicas e as discussões e o desenvolvimento de práticas democráticas e solidárias fortalece a participação dos agentes locais. No caso de Itapagipe, esse movimento social é indissociável da própria história de luta e se concretiza no planejamento do desenvolvimento, a longo prazo, para a comunidade, que vai além das empresas e seus desempenhos econômicos de curto prazo, como produção e empregos. Com isso, tornam-se mais viáveis as ações voltadas para a execução de políticas públicas planejadas e integradas e, também, possibilita a gestão participativa que permite a população buscar alternativas de longo prazo nas esferas sociais, política, ambiental e cultural.

3.1 – INSTITUIÇÕES SOCIAIS DA PENÍNSULA ITAPAGIPANA

A história da península de Itapagipe é marcada por lutas populares e a forte presença de organizações sociais promovem o fortalecimento da economia local, mediante iniciativas e projetos sociais integrados que buscam a geração de trabalho e renda e a promoção do desenvolvimento social.

De acordo com relatório da CAMMPI (2008), foram identificadas 104 (cento e quatro) organizações locais, agregando os mais variados campos de atividades, desde escolas, creches e associações de moradores até grupos produtivos artístico-culturais, esportivos e religiosos. Dentre essas destacamos: a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI); o Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI), a Associação de Moradores e

¹¹ Ribeira, Itapagipe, Bonfim, Monte Serrat, Dendezeiros, Bairro Machado, Uruguai, Vila Ruy Barbosa, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Roma, Mares, Calçada e Alagados.

Amigos de Itapagipe (AMAI) e outras entidades sociais da Comunidade, como: Fórum, Associações comunitárias, Cooperativas, e o *Shopping Bahia Outlet Center*, Arranjo Produtivo Local (APL) que constitui objeto empírico desta pesquisa no entendimento do desenvolvimento local.

3.1.1 – CAMMPI, o NAI e a AMAI

A CAMMPI foi instituída em 29 de outubro de 1998, a partir de uma reunião realizada no Clube de Regatas Itapagipe com a participação de 16 associações e representantes da RA-II Itapagipe, Universidade Católica do Salvador (UCSal)¹², Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³ Banco do Nordeste e do Grupo de Recomposição Ambiental (Germem). A prioridade básica da Comissão é unir esforços para enfrentar as questões habitacionais e de desenvolvimento da qualidade de vida dos moradores da Península, sobretudo das palafitas que apresentavam sérios problemas de ordem socioeconômica e ambientais¹⁴.

As primeiras ações da Comissão foram: discussão e criação da logomarca da rede; Caminhada Itapagipe Mostra a sua Cara, durante a festa da lavagem do Bonfim, no ano de 1999; Oficina de Turismo e Cultura, em 2000; lançamento da Agenda 21 de Itapagipe; colaboração no Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal, no ano de 2001, realizada na sede da RA-II de Itapagipe.

Entretanto, o grupo percebeu que suas ações estavam sem foco definido. Em função disso, promoveu, em 1999, o Projeto Oficina de Planejamento Estratégico e Visão Compartilhada, procurando reiterar seu papel como agente de articulação e mobilização da sociedade itapagipana em prol do desenvolvimento integrado sustentável e do exercício pleno da cidadania (SOARES, 2008).

No período de 1999 a 2000, a CAMMPI, através de um processo de construção participativa, elaborou um instrumento para nortear as políticas de

12 A Universidade Católica de Salvador foi convidada em função do programa UCSal nos Bairros, que era desenvolvido nas localidades do Uruguai e Mangueira (SOARES, 2008). O projeto previa buscar soluções para as questões relacionadas à moradia, ao meio ambiente, bem como à realização de estudos de desenvolvimento de ações de apoio ao segmento de trabalhadores autônomos.

13 O projeto PNUD foi pioneiro na construção de uma metodologia de desenvolvimento local na região da Península. Dividiu-se em duas etapas sendo a primeira em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a segunda, em 2000, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (MACHADO, 2007).

desenvolvimento local, com avaliações anuais conduzidas por instâncias organizadas pelos próprios moradores e que foram transformadas em metas e ações durante as Reuniões Anuais do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe e passou a orientar a atuação da rede CAMMPI¹⁵ (Foto 5).

A Rede CAMMPI definiu sua Carta de Princípios que norteia o seu funcionamento técnico, político e administrativo, incluindo as formas de adesão e até sua estrutura de gestão, com destaque para a escolha de três a cinco instituições sociais que, durante um período determinado, atuarão como gestoras desse processo.



Foto 5 – Sede da CAMMPI e Espaço Cultural dos Alagados
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010

A representante da CAMMPI Gilcinéa Barbosa (2010) afirma:

A Rede CAMMPI articula 30 organizações sociais e 15 grupos produtivos e a sua atuação está direcionada aos sete grupos temáticos: Habitação, Trabalho e Renda, Meio Ambiente, Saúde, Cultura, Educação e Juventude e Reflexão da Violência. Todas as ações são norteadas pelo Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe – PRDI, elaborado em 2008 com o horizonte de 8 anos.

14 Na Invasão de Alagados ocorreu, em 1997, um incêndio na localidade João Paulo II, que resultou em 200 famílias desabrigadas e acelerou a intervenção da Prefeitura Municipal de Salvador na área (SOARES, 2008).

15 A CAMMPI está instalada na rua Direita do Uruguai s/n, no Espaço Cultural Alagados – Uruguai, Salvador/Bahia.

Em relação ao papel da CAMMPI, e o desempenho de ações direcionadas para a promoção do desenvolvimento local, Barbosa (2010) ressalta que

A CAMMPI vem exercitando a participação comunitária no controle social das políticas públicas e contribuindo para a formulação, monitoramento e a execução de políticas estruturadoras para o desenvolvimento local sustentável. É um espaço público de elaboração de propostas e discussão sobre democracia, educação e justiça social, na luta contra as desigualdades e a segregação socioambiental, atuando em prol da melhoria da qualidade de vida da população.

A rede desempenha um papel importante nos movimentos comunitários e direciona suas ações para apoiar no fortalecimento das instituições sociais atuantes. Entre esses, pode-se destacar: o projeto de comunicação social com jornal, *site* e rádio comunitária; projeto de inclusão digital e rede *on-line* de informação; Agenda racial de Itapagipe; plano local de cultura de Itapagipe; Centro Cultural de Alagados (CENCA); projeto de assistência técnica para substituição de 200 casas precárias; banco de dados de Itapagipe. O relatório da CAMMPI mostra outras iniciativas como o projeto de apoio institucional às organizações integrantes da Rede; Centro de Desenvolvimento e Cidadania da Economia dos Setores Populares, esse último como incubadora no Núcleo de estudo do Trabalho da UCSal.

Percebeu-se ainda a necessidade de viabilizar a integração dos demais agentes da região e, dessa forma, foi constituído o Núcleo de Articulação Institucional (NAI) de Itapagipe, em abril de 2000, com o objetivo de implementar os projetos e fortalecer o processo de descentralização municipal.

O NAI, formado por representantes das instituições públicas, privadas e do terceiro setor da cidade de Salvador, atua no território e promove reuniões mensais.¹⁶ O seu principal papel é ser “um espaço articulador das ações institucionais de apoio ao desenvolvimento local, dando unidade à intervenção destas, integrando-as às estratégias propostas pela comunidade” e, assim, contribuir na estruturação do sistema de governança local (CAMMPI, 2008, p. 33)

Ressalta-se que no seu processo coletivo de construção, o NAI interagiu com as instituições atuantes no território, discutiu e elaborou projetos e ações setoriais. Como principal articulador, organizou-se em dois setores básicos:

16 Entre as instituições que compõem o NAI estão a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb); Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (Setras); Fundação Cidade-Mãe; Sebrae, Secretaria de Projetos Especiais do município (Sempe), Banco do Nordeste; Caixa Econômica; Coelba; Embasa e UCSal (SOARES, 2008).

- a) Administrativo e Funcional, no qual ficam a Coordenação (RA-II), a Secretaria e o Sistema de Monitoramento e Avaliação e;
- b) Estrutura de Trabalho, no qual ficam as Câmaras Setoriais, com Visões e Cenários, Integração de Projetos Sociais, Captação de Recursos e Intercâmbios.

A coordenação do NAI ficou a cargo da RA-II, com suporte inicial do PNUD, no intuito de ser um “espaço articulador das ações institucionais de apoio e desenvolvimento local, de modo a dar unidade à intervenção das instituições que atuam em Itapagipe” (SOARES, 2008, p. 72).

A estruturação do arranjo produtivo da Península tem como elemento principal a articulação exercida por essas instituições. Foi a partir dessa articulação que, no ano de 2000, elaborou-se o Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe (PRDI), constituído para ser um instrumento balizador das ações voltadas para o desenvolvimento local, com gestão da Rede CAMMPI, de base comunitária, do NAI, de alicerce governamental, acadêmico e empresarial e da RA-II Itapagipe, que buscava aproximar a população local do governo municipal, com a finalidade de propiciar intervenções ágeis no desenvolvimento de estratégias locais e identificação precisa dos problemas.

O Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe (CAMMPI, 2008, p. 56) contempla a recuperação e preservação do patrimônio local e ações voltadas para o desenvolvimento da região, e os principais programas são:

- a) Programa Dias Melhores, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), denominado anteriormente de Programa Ribeira Azul;
 - b) Programa de Regularização Fundiária desenvolvido em áreas que já foram objeto de intervenção anterior da extinta Alagados Melhoramentos (AMESA) e Urbanização e Habitação da Bahia S/A (URBIS);
 - c) Programa Banho de Luz executado pela Secretaria de Serviços Públicos (SESP), em fase de implementação;
 - d) Plano Urbanístico de Itapagipe e o Projeto de Requalificação da Av. Beira Mar e Porto dos Tainheiros, implementados pela Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), em fase de discussões;
-

- e) APL de Confecções do Uruguai concebido a partir de uma estratégia empresarial do *Shopping Bahia Outlet Center* e do Sebrae, agrega pequenas empresas do ramo, visando: difundir as melhores práticas no âmbito do desempenho das empresas envolvidas; estimular a sinergia empresarial, com a formação de alianças corporativas; e promover a melhoria técnico-gerencial das empresas envolvidas. O Projeto, objeto desse estudo, apresenta também um elo comunitário, tanto do ponto de vista da governança do projeto, quanto da participação social das empresas envolvidas.
- f) Programa Balcões de Justiça e Cidadania, parceria entre o Tribunal de Justiça da Bahia, Instituições Universitárias e as Organizações Sociais locais, busca a mediação de querelas jurídicas, na perspectiva de resolver impasses e evitar a ação judicial;
- g) Condomínio Bahia Têxtil – projeto do Governo do Estado da Bahia, a partir da Superintendência de Desenvolvimento Social e Comércio (SUDIC) e da iniciativa privada, contempla a implantação de 20 fábricas do ramo de vestuário e um centro de capacitação e qualificação profissional especializado. A obra, prevista para ser inaugurada em março de 2009, até o presente não foi concluída;
- h) Projeto da Universidade Federal da Bahia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e implementado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), propõe apoio e fomento aos núcleos produtivos populares da Península de Itapagipe;
- i) Programa UCSal nos Bairros, desenvolvido pela Superintendência de Extensão e Ação Comunitária da UCSal – realizado através do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe – presta assessoria à CAMMPI e ao NAI e ao Projeto Economia dos Setores Populares, atuando na orientação e assessoria para grupos associativos da península.

De acordo com Rita Amália Carreiro (2010), técnica da área de Extensão da UCSal, que desde a sua concepção é responsável pelo NAI, o processo de construção do PRDI 2008 teve muitas etapas,

No âmbito da CAMMPI deu-se a construção da linha do tempo para verificarmos em que aspectos houve evolução. Isso foi básico para uma avaliação do PRDI 2000. Ainda foram realizadas duas oficinas com especialistas sobre desenvolvimento econômico-social e desenvolvimento local sustentável, para os quais foram convidados os membros da CAMMPI, do NAI e alguns empresários. Com o apoio de uma especialista, professora visitante da UFBA, foi aplicada uma metodologia para a construção de um cenário para 2016, elaborado por um grupo representativo de decisores públicos, dos empresários, dos técnicos com inserção no local e da comunidade. E, tomando por base o cenário construído e aprovado no Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe de 2007, foram definidas as diretrizes e principais linhas de ação pelo mesmo grupo que construiu o cenário.

Nesse contexto, a mesma técnica dá mais informações:

[...] deu-se a sistematização final por um grupo de quatro pessoas, sendo dois técnicos e dois membros da comunidade e, finalmente, a sua apresentação e divulgação no Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe de 2008 (CARREIRO, 2010).

Via de regra, o APL desenvolve-se em espaços propícios à cooperação, interação e confiança entre os diferentes atores sociais. Segundo Carreiro (2010),

Apesar de todos os esforços, as ações do poder público não foram convergentes, mas apenas pontuais e sem um nexos relacional, o que impacta muito pouco. O empresariado, em geral não se agrega, nem se preocupa com o desenvolvimento do território, à exceção do segmento de confecção, que se agregou em um Arranjo Produtivo que, em tese, vislumbrava o desenvolvimento do território, mas que, na prática, não ultrapassou os limites dos seus próprios interesses produtivos e comerciais.

Aponta, ainda, os aspectos fundamentais no processo cooperativo:

o maior avanço se deu em relação ao trabalho da sociedade civil organizada, reunida na rede CAMMPI, que impactou no crescimento de algumas organizações ampliando e melhorando a qualidade dos serviços que prestam, no empoderamento das lideranças locais que vivenciaram no período diversos processos de capacitação e o aumento da capacidade propositiva da rede, consubstanciada nos dois Planos Referenciais de Desenvolvimento, no Plano Local de Cultura e nos seus planos anuais de ação (CARREIRO, 2010).

Em se tratando da Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe (AMAI), esta foi fundada em 21 de abril de 1988, com o propósito de discutir os problemas do bairro, reivindicar e apresentar soluções aos órgãos municipais e estaduais. Está atuante desde a constituição da CAMMPI e realiza um movimento em defesa de melhores condições de vida dos moradores da Península. (Foto 6).



Foto 6 – Sede da AMAI - Avenida Caminho de Areia, 187.
Foto: Maria de Marineide de Sousa, 2010

No caso das ações executadas no âmbito da AMAI, o presidente Roque Gomes, no cargo desde 1999, reforça a importância dessa Associação:

Durante as duas décadas de fundação, a AMAI já articulou diversas lutas comunitárias. A mais recente foi o cumprimento da Lei n. 5.354/98 que trata da poluição sonora, e estabelece multa para os bares e restaurantes instalados na Península Itapagipana e no entorno que desrespeitam os horários e limites máximos estabelecidos pela Prefeitura. A associação prioriza atividades de capacitação e que envolvam o maior número de moradores. Já realizamos cursos de Pintura em Tecido, Corte e Costura, Manicure, Elétrica, Redação, Educação e Consciência Ambiental, além de oficinas de artes, destinados a jovens e idosos. (GOMES, 2010).

Ciente da necessidade de revitalização da península, Gomes (2010) aponta:

A Península necessita de políticas públicas que estejam voltadas para a infraestrutura e os serviços essenciais destinados a comunidade. Nosso papel é falar o que não está sendo realizado e buscar a participação popular nas ações que reivindicam a melhoria dos serviços de coleta de lixo, transporte, segurança pública para os moradores da Península.

Em seguida, Gomes (2010) dá ênfase à possibilidade de maior integração com a comunidade.

Nesses últimos anos os itapagipanos vêm assistindo o abandono da Península por parte do poder público. Esse novo plano de urbanização precisa ter o conhecimento e a aceitação da comunidade, pois é ela que vai ser ou não beneficiada com as melhorias apontadas. Eu acredito que, as discussões sobre os problemas do bairro é uma forma de participar, de estreitar os laços de cooperação e de buscar a qualidade de vida da população. (GOMES, 2010).

3.1.2 – Instituições unidas para o desenvolvimento de Itapagipe

A primeira rede de instituições sociais, que surgiu na Península, segundo Soares (2008), foi a Comissão de Cultura de Alagados, no final da década de 1980. Mesmo antes desse período, o grupo que compunha a Comissão já desenvolvia atividades diversas como cursos de teatro, reuniões para discussões de questões de moradia, saneamento e atendimento nos postos de saúde, em alguns bairros, como Massaranduba, Jardim Cruzeiro e Uruguai.

Com esse caráter comunitário, estruturado em redes, e organizado em articulações, é criado o Centro de Arte e Meio Ambiente (CAMA), em 1995, cujo objetivo é desenvolver ações educativas e afirmativas relativas à conscientização e preservação ambiental direcionada, principalmente, para os adolescentes e jovens adultos do bairro de Alagados, na Península de Itapagipe. Suas atividades educativas, artísticas e afirmativas são desenvolvidas em escolas, associações e entidades culturais e/ou religiosas e os métodos utilizados são palestras, seminários, aulas teóricas e práticas que buscam despertar a consciência e o engajamento de atividades voltadas para a necessidade de melhoria da qualidade de vida urbana da população e da península itapagipana.

A importância da existência da Associação de Moradoras de Santa Luzia, criada em 6 de junho de 1989, reside na implementação de uma escola comunitária na linha de educação popular, direcionada a crianças e adolescentes, bem como na alfabetização de adultos. A Associação está voltada, também, para as áreas de saúde, desenvolvimento econômico, de lideranças, além de atividades que focam o resgate da cidadania e ações de melhoria para crianças e adolescentes da comunidade.

Outra organização, atuante em Itapagipe, é a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI), que conta com a participação de jovens para

discutir a prática do protagonismo juvenil na cultura itapagipana.

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, já referido, é uma iniciativa da CAMMPI e do NAI e constitui-se em mais um instrumento de mobilização social, que demonstra a força das associações, cooperativas e movimentos culturais existentes na Península.

Desta forma, segundo o Plano, elaborado pela Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (2008), cabe ao Fórum a missão de ser um espaço de discussão e negociação permanente, visando os interesses de todos os segmentos atuantes na Península de Itapagipe. Participam do Fórum as associações locais e outras representações da sociedade civil, do poder público e da esfera privada, empresários locais, moradores da região e as ONG que atuam em Itapagipe, sendo um espaço aberto ao público, sem restrição de voto, com divulgação das ações institucionais e comunitárias na área.

Apreende-se que, embora as populações de cada bairro enfrentem os problemas sociais de formas diferentes, todas as iniciativas em busca de soluções, estão pautadas na cooperação e no poder de construir espaços possíveis de cada membro e segmento envolvido.

Dentro desse espírito atua a Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental (CAMAPET), criada em 1999, a partir do CAMA, com o intuito de atender às questões ambientais e de melhoria da qualidade de vida dentro da comunidade de Alagados. Outros objetivos específicos da instituição são a preservação ambiental e a inserção de jovens, residentes na península, no mercado de trabalho.

O Centro Associativo de Trabalhadores em Artesanato (CATART) emergiu a partir do agrupamento de ex-integrantes da Associação dos Artesãos de Alagados de Salvador (AAAS) e a grande conquista dos artesãos é expor seus produtos em lojas de Salvador e na loja do Instituto Mauá. Do mesmo modo, a Associação das Costureiras de Itapagipe (ASCOSI), formada há nove anos, a partir da integração de mulheres com idade acima de 30 anos, que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, possibilita assegurar renda pessoal e garantir seu espaço no mercado, articulando-se na divisão de trabalhos e na comercialização dos produtos.

Assim, a parceria está ligada aos interesses econômicos; entretanto, contemplam interesses sociais, culturais e políticos que são prioritários para gerar capital social e produzir melhorias na Península Itapagipana.

3.2 – SHOPPING BAHIA OUTLET CENTER

O *Shopping Bahia Outlet Center*, foi inaugurado em 24 de abril de 1997 com a proposta de gerar o crescimento local, motivar a formação e articulação das empresas locais, aproveitar as sinergias derivadas da aglomeração e, conseqüentemente, promover uma inserção mais competitiva das micro e pequenas empresas (Anexo 1).

Constituiu-se num dos primeiros empreendimentos implantados na perspectiva de revitalizar a Península de Itapagipe, a partir do agrupamento de empresários que buscavam proporcionar ao bairro do Uruguai um estabelecimento comercial de expressivo impacto na população local e propiciar a criação de um espaço para as confecções da Península¹⁷, as quais não possuíam um centro comercial de referência para facilitar a comercialização de sua produção. (Foto 7).



Foto 7 – Fachada do *Shopping Bahia Outlet Center*
Foto: Maria de Marineide de Sousa, 2010.

Foi a partir da iniciativa de aproveitamento dos galpões da antiga fábrica de chocolate, a Chadler, na Cidade Baixa, que surgiu o *Shopping Bahia Outlet Center*, com o propósito de vender por atacado, posteriormente alterando o seu perfil para o varejo; entretanto, permanece com predominância na venda de confecções e

¹⁷ A Península de Itapagipe é um território que possui um alto nível de mobilização e organização social. Já recebeu benefícios oriundos de projetos executados pelo BNB/PNUD e também do BNDES/PNUD (BNDES, 2004)

acessórios de modas.

Tavares (2007, p. 8) destaca

no Brasil, em muitas cidades espalhadas por seu território encontram-se vestígios de antigas manufaturas e fábricas. Os casos de aproveitamento têm o resultado de iniciativas de empresas privadas ou públicas. Antigas fábricas foram transformadas em *shoppings*, com a preservação da fachada externa, como é o caso, no Rio de Janeiro, da transformação da antiga fundição *Progresso*, no centro da cidade, no atual Circo Voador.

Segundo Maluf (2010)

O setor empresarial possui grande potencial para promover uma mudança estrutural no desenvolvimento sócio-econômico local, além de minimizar os fatores que influenciam na degradação físico-espacial da região. E essa visão faz parte da estratégia de negócio do Shopping, a qual está alinhada com sua política da responsabilidade social corporativa .

O *Shopping Bahia Outlet Center*, como integrante da rede de cooperados do Arranjo Produtivo Local (APL) da rua do Uruguai, abriga a parceria entre empresas locais e instituições públicas, com o fim de realizar ações que promovam o desenvolvimento sustentável local. O arranjo identifica e avalia as potencialidades locais, formula propostas e projetos, identifica parcerias e implanta ações que envolvam os setores empresariais, governamentais e a sociedade civil. De acordo com Maluf (2010):

Apoiados nas relações sociais, os indivíduos mantêm seus campos de atuação. Além do seu principal objetivo, que é a geração de renda, as empresas devem ter seu foco voltado também para a eminência das questões sociais. É preciso haver equilíbrio entre essas dimensões.

O trabalho social do *Shopping Bahia Outlet Center* é reconhecido pela comunidade, entre eles, a coleta seletiva, em parceria com CAMAPET, o Programa de Inclusão Digital, através dos Centros Públicos de Acesso à Informática (Infocentros), em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Bahia .

Essa iniciativa permite à população de baixa renda usufruir dos benefícios ligados ao uso dos recursos digitais. Outro projeto de integração da comunidade itapagipana promovido pelo *Shopping Outlet Center* é a Corrida Turística da Península de Itapagipe (Foto 8), realizada em duas edições: a primeira em 9 de novembro de 2003 e a segunda em 12 de setembro de 2004.



Foto 8 – 2ª Corrida Turística da Península de Itapagipe
Foto: Arquivo do *Shopping Bahia Outlet Center*, 2004.

A nova estratégia empresarial implementada, a partir da instalação do *Shopping Bahia Outlet Center*, é uma tentativa de estabelecer um processo colaborativo que valoriza o território local e contemple os elementos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

É importante ressaltar que a responsabilidade social diferencia-se de uma questão estratégica de marketing para aumentar sua visibilidade e valorização da marca, bem como de uma filosofia de atuação com investimentos reais que busquem parceiros locais para acompanhar o andamento dos trabalhos. Desta forma, ela pressupõe uma nova forma de gestão empresarial, que busca a qualidade das relações entre empresa, sociedade e meio ambiente, e, ao mesmo tempo, permite viabilizar o desenvolvimento geral, ou seja, dos funcionários da empresa, dos seus consumidores, do meio ambiente e da comunidade local.

4. REESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Diversas tecnologias vêm sendo formuladas com o objetivo de promover o desenvolvimento de localidades, como as parcerias e redes. O Arranjo Produtivo Local é uma dessas tecnologias e têm sido amplamente difundida por autores, como Cassiolato e Lastres (2003) que coordenam a Rede Sistemas Produtivos e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), instituída em 1997 e que está sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para essa rede de pesquisa interdisciplinar, que congrega várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições do exterior, o APL é definido como aglomerações e redes de empresas localizadas em um território comum, que desenvolvem atividades relacionadas e mantêm um vínculo de interação, cooperação e aprendizagem entre si e com atores locais, tais como governo, associações empresariais e instituições de crédito. (CASSIOLATO; LASTRES; MACIEL, 2003).

Assim, o APL pode ser considerado como uma parte do Sistema Produtivo e representa as relações de interdependência de uma rede formada, especialmente por micro, pequenas e médias empresas que possuem uma atividade principal produtiva em comum e que se relaciona de forma dinâmica com diversas entidades públicas e privadas, tornando-se mais competitiva.

Nesse ambiente, configura-se não apenas as relações econômicas, mas também sociais, culturais e psicológicas (AMARAL FILHO, 2002). Ressalta, ainda, a importância da cooperação e da confiança nas relações, o que cria um ambiente atrativo para o fortalecimento e o desenvolvimento produtivo dessas instituições.

Isso pressupõe um intenso processo de interação e negociação entre os diversos agentes que influem no arranjo. Ainda no âmbito institucional, para o BNDES, o APL pode ser definido como uma

[...] concentração geográfica de empresas, sobretudo pequenas e médias, e outras instituições que se relacionam em um setor, ou cadeia produtiva particular, e têm sua existência definida a partir de vantagem competitiva local. (BNDES, 2004, p. 29).

Nesse sentido, deve-se considerar a dinâmica do território em que as empresas do APL estão inseridas, tendo em vista que essa estrutura produtiva favorece a construção da eficiência coletiva e propicia inovação, lucratividade e

competitividade. Autores como Lastres e Szapiro (2003) e Cassiolato; Lastres e Maciel (2003) ressaltam que empresas aglomeradas em arranjos de produção local, quando congregam cooperação, inovação e espacialidade, aumentam a sua capacidade de inovar e de responder às transformações mercadológicas, intensificadas pelo processo de globalização.

Na visão de Amaral Filho (2002), as formas de organização das empresas e do território têm um papel determinante no desenvolvimento, não existindo uma preocupação com o tipo de organização flexível das empresas e seu caráter estratégico, mas também que a organização e processos de inovação do APL sejam condicionados pelo sistema de relações econômicas, institucionais e sociais, tudo isto com a participação dos atores locais.

Suzigan (2001) oferece uma importante contribuição sobre o conceito de APL, quando coloca que o mesmo é influenciado pelos contextos socioculturais nos quais está inserido, através da aprendizagem coletiva e do espírito de cooperação entre os seus integrantes.

Para esse autor, a articulação do arranjo se dá por meio das ações, promovendo benefícios para todo o ciclo produtivo, com redução de custos e acesso a novos mercados. Isso não significa criar novas despesas. O trabalho cooperado constrói as pontes para um novo patamar, sem que cada parceiro perca a identidade. Numa análise da dimensão local, o arranjo produtivo é uma alternativa cada vez mais recomendada para micro e pequenas empresas¹⁸, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável local, devido às vantagens evidentes, oriundas da integração entre os atores locais e núcleos produtivos

As principais vantagens do APL, demonstradas por Cassiolato, Lastres e Maciel (2003), consistem em

¹⁸ Para classificação do porte das pequenas empresas, o estatuto das micro e pequena empresas, instituído pela Lei nº 9841 de 5 de outubro de 1999, adota o critério da receita bruta anual que estabelece os seguintes limites: 1) Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14; 2) Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00. Além do critério adotado no Estatuto do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do SEBRAE, utiliza ainda o conceito de pessoas ocupadas nas empresas, ou seja: 1) Microempresa: I) na indústria e construção: até 19 pessoas ocupadas; II) no comércio e serviços, até nove pessoas ocupadas; 2) Pequena empresa: I) na indústria e construção: de 20 a 99 pessoas ocupadas; II) no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas ocupadas.

- a) extrapolar a visão tradicional baseada na empresa, setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas;
- b) focalizar diferentes agentes, como organizações de Planejamento e Desenvolvimento (P&D), de educação, de treinamento, de promoção e de financiamento e atividades que, usualmente, caracterizam um arranjo produtivo local;
- c) cobrir o espaço real onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações e fluem os conhecimentos tácitos.

Nesse cenário, é possível afirmar que o Arranjo Produtivo Local (APL) vem sendo usado, através de um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, como tática de desenvolvimento local e observa-se que os APL desempenham papel de extrema importância também no desenvolvimento social.

4.1 – OS APL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com base no diagnóstico, realizado pelo Serviço de Apoio Brasileiro às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2003) detectou, em parceria com a empresária Rosemma Maluf, a existência de micros e pequenas empresas, formais e informais, instaladas na Península, e potencialidades para novos negócios. Constatou-se, por outro lado, a baixa qualificação de mão de obra, a ausência de gerência de produção e dificuldades de capacitação dos empregados.

Outros fatores negativos verificados no desenvolvimento do plano de implantação do APL, foram a ausência de uma gestão comercial agressiva, vendas e *marketing*, além da distância da origem de matéria-prima, desconhecimento de custos, formação de preços, falta de informações da concorrência e outros. Percebeu-se, ainda, a falta de uma política específica para dinamizar o setor produtivo, ou seja, desarticulação do setor, dificuldade de acesso a linhas de créditos e, finalmente, instabilidade econômica.

O objetivo desejado, com a implantação do Arranjo Produtivo Local formulado por Maluf (2005, p. 37) buscava o crescimento auto-sustentado e ainda:

- a) incrementar a estrutura produtiva local com o objetivo de aumentar a participação no mercado local, nacional e mundial (aumento das exportações);
- b) melhoria da gestão industrial e empresarial;
- c) alavancagem tecnológica;
- d) capacitação, visando um *up-grade* dos produtos (qualidade, design, custos e manutenção de máquinas);
- e) formação de redes empresariais de cooperação;
- f) adensamento da cadeia produtiva;
- g) incentivos a programas de microcrédito para fomentar pequenos negócios;
- h) fomentar a cultura do empreendedorismo, principalmente entre os empreendimentos informais;
- i) facilidade de acesso a linhas de crédito /financiamentos especiais para os participantes do Arranjo Produtivo Local;
- j) assessoria permanente e articulação das instituições parceiras;
- k) desenvolvimento de uma infraestrutura adequada.

Para o Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2004, p. 51), esse cenário desejado está intrinsecamente baseado nos fatores que indicam o porquê de trabalhar APL, tais como

- a) promover desenvolvimento econômico intra-regional minimizando as disparidades regionais no país;
- b) fortalecimento das Cadeias Produtivas existentes na Região NE;
- c) promover ganhos no potencial competitivo das empresas de menor porte;
- d) contribuir para a inserção das micros, pequenas e médias empresas participantes dos APL na pauta das formulações das políticas de desenvolvimento;
- e) redução dos altos índices de “mortalidade” das empresas no primeiro ano de vida;
- f) proporcionar acesso ao crédito às empresas de menor porte;
- g) criar oportunidade de inserção no mercado internacional;
- h) proporcionar condições de acesso ao conhecimento técnico e de gestão;
- i) promover desenvolvimento tecnológico.

O APL de Confecções teve origem na rua do Uruguai com o objetivo formular e desenvolver projetos de aperfeiçoamento empresarial, implementar novas atitudes administrativas modernas e fomentadoras de geração de trabalho, renda e qualidade de vida, por meio de parceria entre a iniciativa privada, as comunidades locais e as instituições públicas.

Maluf (2005) informa que na fase inicial, o APL de Confecções da rua do Uruguai, formado por micro e pequenas empresas e Núcleos Econômicos

Associativos¹⁹, buscou promover o fortalecimento e o adensamento da cadeia produtiva, na perspectiva do crescimento econômico e competitivo.

As políticas de apoio institucional aos arranjos produtivos locais (RedeAPL) na Bahia foram instituídas em 2003, através de assinatura de um Protocolo de Intenções e Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre o governo estadual, empresas, universidades, agências de fomento, sindicatos, associações e demais instituições de apoio, como SEBRAE, FIEB e outros.

O quadro 1 apresenta os eventos mais representativos que embasaram a implantação da Rede de Apoio ao APL de Confecção da Rua do Uruguai.

Quadro 1– Principais ações da implantação da RedeAPL

maio/2003	Lançamento do Programa de Requalificação da Península de Itapagipe – Projeto de Responsabilidade Social do <i>Shopping Bahia Outlet Center</i>
Junho/2003	Elaboração do Termo de Referência para atuação em APL - SEBRAE
Junho a Dezembro/2003	Articulação, sensibilização e mobilização das instituições - Gestão APL
Setembro/2003	Criação da Rede de Apoio aos APL do Estado da Bahia - Governo do Estado
Dezembro/2003	Mapeamento dos aglomerados produtivos do Estado da Bahia - FIEB/IEL
Novembro/Dezembro/2003	Caracterização do APL de confecções - Gestão APL/ SEBRAE
Abril/2004	Assinatura do Protocolo de Intenções - Parceria institucional

Fonte: Maluf (2005, p. 29)

A Rede APL de Moda, sob a coordenação geral da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) buscou promover a articulação entre os atores; garantir o foco e efetividade nas ações; alavancar recursos e definir conjuntamente sua aplicação; garantir um ambiente favorável à implantação e consolidação dos APL e, desenvolver estudos e pesquisas sobre os arranjos produtivos.

19 As 16 organizações associativas inseridas na cadeia produtiva têxtil do APL são: Associação Baiana de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe (Abbori); Associação de Costureiras de Itapagipe (Ascosi); Associação de Rendeiras da Ilha de Maré; Centro Associativo de Trabalhadores em Artesanato (CATART); Cooperativa Mixta de Produtores Artesanais (Coopertextil); Cooperativa de Produção Têxtil Renascer (COOPREN); Grupo de Mães e Amigos do Uruguai; Grupo de Profissionais da Costura e Arte (Costur'art); Grupo de Profissionais da Costura; Liga Desportiva Beneficente de Pirajá; Grupo de Mulheres; Raio de Sol; Centro de Artes e Meio Ambiente (Cama); Centro Suburbano de Educação Profissional (CESEP); Sociedade 1º de Maio e Sociedade Beneficente 25 de Junho (MALUF, 2005).

Para a gestão do APL estabeleceu-se grupos temáticos voltados para a qualificação organizacional, desenvolvimento da produção, administração de finanças, promoção e marketing, desenvolvimento comercial e logística. (SECTI, 2005).

O apoio e promoção do APL foi uma tentativa de reconhecer as potencialidades locais e minimizar os problemas econômicos e sociais da região. Entretanto, a extinção da RedeAPL aconteceu no ano de 2007, como resultado da mudança de Governo no Estado. Nesse mesmo ano, o Decreto Estadual nº 10.431/07 instituiu o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Bahia (NE-APLs/BA), e estabeleceu o setor de confecções como prioritário para a economia estadual e manteve a mesma estrutura de gestão e o modelo de governança²⁰, sob a coordenação da Secretaria de Indústria Comércio e Mineração (SICM).

A nova reestruturação produtiva do APL recebeu o apoio financeiro do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial (PROGREDIR), antigo projeto do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), sendo os recursos liberados através de editais onde participam as empresas organizadas em redes. A iniciativa beneficiou os 11 arranjos produtivos: tecnologia da informação; transformação plástica; confecções; fruticultura; cadeia de fornecedores automotivos; turismo; piscicultura; derivados da cana-de-açúcar; rochas ornamentais; sisal; e ovino-caprinocultura.

De acordo com a SECTI (2005), o objetivo é buscar a cooperação entre governo, universidades, órgãos de pesquisas, órgãos de financiamento, centros de treinamento e apoio administrativo, todos em torno das empresas, e promover a geração de renda, emprego e a melhoria das condições de vida da população. Os principais objetivos do Núcleo:

- a) coordenar e articular os programas de projetos de parceiros institucionais, evitando sobreposição no sentido de otimizar a utilização dos recursos;
- b) buscar maior efetividade e resolutividade aos programas, projetos e ações dos parceiros;

²⁰ Maluf (2005) a governança, se faz presente através do Fórum de Desenvolvimento, Comitê Gestor, Grupos Técnicos e Gestor ou Coordenador Executivo.

- c) promover a integração de parceiros para formulação e captação de recursos.

As instituições que apóiam os APL no Estado são:

- a) Governo do Estado (Representado por Secretarias de Governo);
- b) Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE/Ba;
- c) Federação das Indústrias do Estado da Bahia;
- d) Federação da Agricultura do Estado da Bahia;
- e) Associação Comercial da Bahia;
- f) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF;
- g) DESENBAHIA;
- h) Banco do Nordeste do Brasil;
- i) Banco do Brasil;
- j) Caixa Econômica Federal;
- k) Representação dos Trabalhadores.

As políticas públicas adotadas pelo NE-APLs/BA ampliam a atuação do APL de Moda da Bahia e instituem dois Núcleos: o da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o Núcleo de Feira de Santana, que abrange os municípios de Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Coité, Santa Luzia, Serrinha, Tanquinho, Santo Antonio de Jesus e Jequié.

Integram o APL de Moda da RMS o total de 32 empresas que recebem apoio do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial (PROGREDIR) e estão agrupadas em oito redes associativas empresariais, cada uma formada por três a cinco empresas, de acordo com os segmentos: *Rede Bahia Modas, Rede Brasil Uniforme, Rede Design Bahia, Rede Ecocostura, Rede Goya, Rede Márcia Ganem, Rede Coco Doce e Rede Porta.*

Nesse contexto econômico, o APL pode ser considerado como núcleos de competitividade ou redes que possuem formatos interorganizacionais, viabilizam negócios, compartilham conhecimento, comungam interesses estratégicos, disseminam informações e adotam mecanismos de coordenação.

Para Maluf (2010) o APL deve buscar vantagens

no entanto, em se tratando de um Projeto de Desenvolvimento de um APL, a localização ou realocação produtiva, enquanto estratégia espacial, é extremamente atrativa, permitindo que uma empresa, para promover o processo inovativo e, conseqüentemente, evolução de seus índices de competitividade, tenda a operar onde haja mão de obra abundante, de menor custo, oferta de infraestrutura e incentivos. Além disso, deverá reduzir a distância entre a indústria e seu mercado consumidor, aumentar produtividade e agregar fornecedores.

Dessa forma, pressupõe que o APL exerce uma função de grande importância no crescimento socioeconômico local onde se inserem, gerando benefícios a todos os envolvidos, desde as empresas que integram os arranjos até as comunidades locais, centros de pesquisas, instituições educacionais e instituições públicas e privadas envolvidas, tornando possível o compartilhamento e a troca de conhecimentos entre essas empresas, propiciando maior competitividade e inserção em novos mercados de forma social responsável.

4.1.1 – Gerenciamento do APL

De acordo com Meyer-Stamer (2001), quando se trata da promoção dos APL, as políticas públicas não devem se voltar apenas para as empresas, mas também para as associações comerciais e indústrias locais, sindicatos, institutos de pesquisa e quaisquer outras organizações específicas.

Entretanto, não basta a boa vontade do Estado para atingir uma adequação eficaz a tais políticas; são de fundamental importância também as iniciativas dos atores locais para o desenvolvimento dos potenciais do território.

Para o entendimento das discussões acerca do desenvolvimento, Meyer-Stamer (2001) destaca que a instalação de uma empresa em um determinado local prioriza, além dos fatores sociais, econômicos, ambientes, também os fatores de localização que estão divididos em: objetivos e subjetivos, Esses primeiros, consideram como importantes dados vinculados à posição geográfica em relação aos mercados de compra e venda; rede de transportes, oferta de mão de obra, custos e disponibilidades de terreno, vantagens oferecidas pelas esferas municipais e estaduais, etc. Já os fatores subjetivos relacionam-se ao ambiente econômico da cidade e o perfil inovador da região, os setores, as Universidades , instituições de

pesquisa e tecnologia, associações comerciais e indústrias.

São muitos os desafios que envolvem a transformação de determinados arranjos produtivos locais em zonas de competitividade, pois as políticas públicas têm uma força limitada para fazer com que empresas de um mesmo setor decidam se reunir num determinado território, cabendo à iniciativa privada, a partir dessa aglomeração, desencadear um processo que culmine num arranjo produtivo bem-sucedido.

Amaral Filho (2002) destaca que a gestão e articulação do APL podem auxiliar as empresas, especialmente as de micro, pequeno e médio portes a ultrapassarem as conhecidas barreiras do seu crescimento; a produzirem e comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até mesmo internacionalizados. Sugere, ainda, que as políticas de apoio aos APL possam associar os impactos setoriais com impactos territoriais, de forma a equilibrar o território e as atividades econômicas, ou seja, privilegiar o apoio aos arranjos formados espontaneamente por empresas de micro, pequeno e médio portes. A idéia é estabelecer políticas compartilhadas que permitam superar as barreiras do crescimento e viabilizar a comercialização dos seus produtos em mercados nacionais e, também, internacional.

A governança desempenha papel relevante no sucesso dos arranjos produtivos locais. É a partir da administração, de forma democrática, dos recursos produtivos locais que se constitui a ideia da prática administrativa, por meio da intervenção e participação dos diferentes agentes nos processos de decisão. Ela surge, então, de acordo com a presença ou não de uma empresa ou instituição local que governe as relações técnicas e econômicas em toda a cadeia produtiva, ou seja, a organização desses atores em redes.

Partindo desse pressuposto, para que todos os atores possam caminhar na busca de interesses comuns a toda a comunidade local, devem ser criados fóruns, grupos de trabalho, agendas locais, espaços de diálogos, entre outros mecanismos que propiciem uma melhor troca de conhecimento entre esses agentes.

Dentro desse contexto, governança está vinculado a:

- a) processos de tomada de decisão, levando à repartição de poder entre governantes e governados;
- b) descentralização da autoridade e das funções de governar;
- c) parceria entre o público e o privado;

- d) gestão das interações, sistemas de regulação;
- e) mecanismos de coordenação e negociação entre atores sociais.

De uma forma geral, o conceito de governança diz respeito não só às instituições formais, mas também às informais, e pode referir-se às diversas maneiras pelas quais indivíduos e organizações, públicas ou privadas, resolvem seus problemas comuns, solucionando os interesses conflitantes e realizando ações cooperativas (CASSIOLATO; LASTRES; MACIEL, 2003, p. 26).

Os APL são constituídos de produção não integradas, com grande número de micro e pequenas empresas, que interagem com certa frequência e, a partir daí, desenvolvem diversas formas de coordenação e agentes coordenadores das relações interempresariais, que complementam os mecanismos de mercado.

Esses arranjos são formados, ao longo dos tempos, por uma estrutura produtiva complexa onde se encontram empresas que operam em muitas etapas de uma cadeia produtiva, caracterizando um amplo processo de divisão de trabalho entre os vários produtores especializados. Os APL são traduzidos em externalidades que favorecem as empresas do arranjo e que influenciam em suas competitividades.

Suzigan (2001) diz que as formas de governança variam segundo o modelo do arranjo produtivo local, que é determinado pela sua estrutura de produção, aglomeração territorial, organização industrial, inserção nos mercados, interno e externo; densidade institucional; ou seja, dos atores coletivos, privados e públicos e, por fim, do tecido social.

A governança em APL, conforme Cassiolato e Szapiro (2002), deve partir do estabelecimento de práticas democráticas locais, através da intervenção e participação de diferentes categorias de atores nos processos de decisões locais, quais sejam: o Estado; empresas privadas locais; cidadãos e trabalhadores; ONGs e outros. As diversas atividades devem englobar a organização dos fluxos de padrões de produção, assim como de processo de geração, disseminação e uso de conhecimento.

No geral, existem duas modalidades de governança em APL. As “hierárquicas”, onde a autoridade é claramente internalizada dentro de grandes empresas, com capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas, dentro em nível local; e sob a forma de “redes”. As “redes” são marcadas pela forte intensidade de relações entre um amplo número de agentes, onde nenhum é dominante ou esta dominância não é muito clara ou localizada fora do arranjo, que

influenciam as relações técnicas e econômicas ao longo da cadeia produtiva.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2004) identifica duas formas principais de governança em APL: a hierárquica em que a autoridade é internalizada nas grandes organizações e a não hierárquica que se caracteriza pela existência de aglomerações de micros, pequenas e médias empresas e outros agentes, nos quais nenhum deles é dominante e todos trabalham como se fossem uma única grande empresa.

Para Suzigan; Garcia e Furtado (2002), as formas de governanças variam de acordo com o modelo de cada APL e as interações ocorrem entre os agentes, através de assimetrias entre eles, caracterizadas por fortes hierarquias, provenientes do diferenciado poder de barganha que é verificado entre as firmas participantes do processo.

É por intermédio da governança que se constituem as condições estratégicas e competitivas que cada local deve adotar para a promoção do seu crescimento. A governança, como eixo do estabelecimento de práticas democráticas locais pela intervenção e participação de diferentes categorias de atores²¹, é de vital importância nos processos de decisão.

Os mesmos autores (SUZIGAN; GARCIA e FURTADO, 2002, p. 9-10) apontam ainda dois tipos de governanças locais, a pública e a privada:

No caso de governança local exercida pelo setor público, destacam-se as ações coordenadas pelos governos locais para a assistência e a promoção dos produtores aglomerados. Entre essas ações, destacam-se a criação e manutenção de organismos voltados à promoção do desenvolvimento dos produtores locais, como centros de treinamento de mão-de-obra, centros de prestação de serviços tecnológicos, agências governamentais de desenvolvimento. Diversos estudos de casos ressaltaram a importância do apoio do setor público local no suporte às atividades de apoio e de prestação de serviços ao setor produtivo.

Já no caso da governança local privada, cabe destacar o papel das associações de classe e de agências locais privadas de desenvolvimento. Essas instituições podem atuar como elementos catalisadores do processo de desenvolvimento local por meio de ações de fomento à competitividade e de promoção do conjunto das empresas.

Desta forma, fica claro que a gestão do APL deve ser compartilhada entre os agentes das redes institucionais e das redes dos atores que integram o arranjo.

21 Estado, empresas privadas locais, cidadãos, trabalhadores, organizações não governamentais.

Portanto, o Arranjo Produtivo Local da Moda da Região Metropolitana de Salvador (Figura 3) se faz presente por meio do Fórum de Desenvolvimento, de um Comitê Gestor, de Grupos Técnicos e Gestores ou Coordenador Executivo.

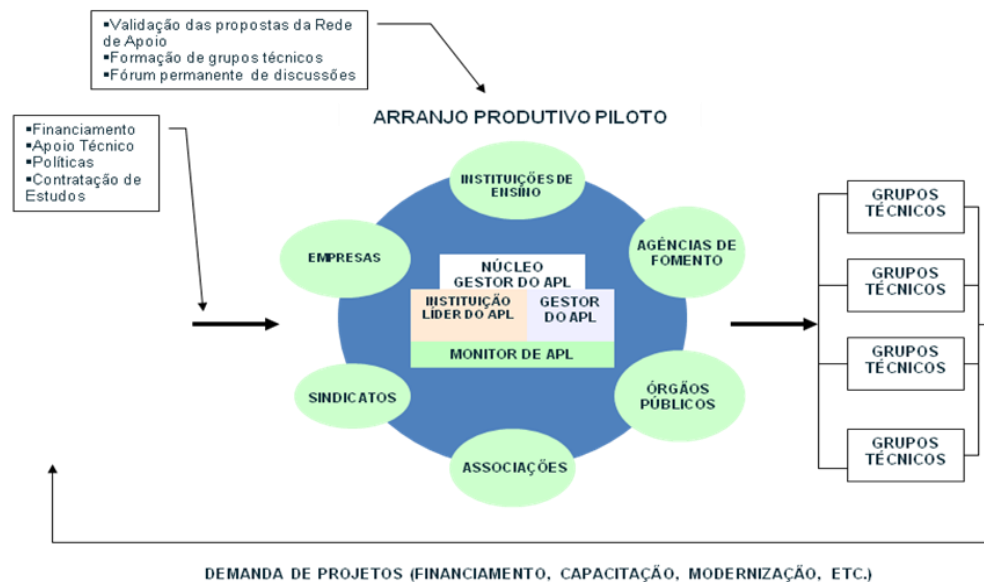


Figura 3 – Estrutura de gestão e modelo de governança do APL

Fonte: BNB, 2004. Superintendência Regional BA/MG/ES Internet: www.bnb.gov.br, 2010

- a) Fórum de Desenvolvimento: composto por todas as instituições públicas e privadas parceiras do Projeto e empresas que aderiram ao Projeto;
- b) Comitê Gestor: formado por empresários que integram os Grupos Técnicos (GT), os quais têm como objetivo representar os interesses das empresas que aderiram ao projeto, atuando de forma coordenada com as instituições parceiras e, a partir de um processo de tomada de decisão consensual, escolher o melhor caminho a ser seguido;
- c) Grupos Técnicos: são grupos de trabalho temáticos, compostos por empresários do Comitê Gestor e representantes das instituições parceiras;
- d) Gestores ou Coordenador Executivo: têm o papel de identificar, sensibilizar, mobilizar e articular os diversos atores, de forma a assegurar a dinâmica do projeto, além da coordenação, sincronia e sinergia permanente entre as diversas ações dos vários atores;

e) a operacionalização das ações e programas fica a cargo do Grupo Executivo, sendo este coordenado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM. Essa instituição pública, no desempenho do seu papel de coordenação, tem como atribuições:

- identificar e coordenar as demandas por apoio de desenvolvimento de APL no Estado;
- apoiar o processo de organização e planejamento de fortalecimento competitivo dos APL prioritários;
- articular as instituições parceiras na execução dos programas e projetos em cada APL;
- fazer interface com o Governo Federal e organismos de apoio e fomento;
- dar suporte à instituição líder em cada APL;
- monitorar as ações e resultados dos diversos programas e projetos existentes no âmbito do Governo e dos parceiros, dando subsídios ao Conselho Gestor do Núcleo;
- comunicação e integração dos componentes do Núcleo Estadual;
- organização e operacionalização de reuniões e eventos do Núcleo Estadual.

A equipe do Grupo Executivo é formada pelas seguintes instituições que desempenham as seguintes atribuições:

- a) Governo do Estado, representado por: Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, por meio da Coordenação Geral-Modelagem e Planejamento de Políticas e Programas;
- b) Casa Civil, por meio da Coordenação da Articulação Político-institucional no Governo;
- c) Secretaria do Planejamento, por meio da Coordenação de Monitoramento e Avaliação dos Programas;
- d) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, via Coordenação de Difusão de Tecnologia e Inovação para a Competitividade;

- e) Parceiros Institucionais - Operacionalização e Apoio à Execução de Programas: Sebrae-Ba e Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

Percebe-se que para a devida implantação do APL de Moda, foram consideradas as características ambientais, culturais e sociais da Península de Itapagipe, com destaque a região situada no bairro do Uruguai, que vêm recebendo apoio e recursos direcionados para o seu desenvolvimento, oriundas de um acordo de cooperação de grupos de instituições públicas, tanto da esfera municipal como federal, que vem produzindo resultados importantes para a sociedade.

5. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA RUA DO URUGUAI

Um movimento de reestruturação produtiva e organizacional vem acontecendo, devido à globalização econômica que impulsionou a atividade industrial em busca de uma nova dinâmica espacial e que coloca sobre regiões produtivas desafios para a implementação de novas formas de produção.

Os estudos contemporâneos da economia espacial procura articular o conceito de espaço econômico com o de desenvolvimento. Nesse contexto histórico, insere-se a importância que Perroux²² dá à ideia de poder, às macrodecisões e aos polos de crescimento. Esse modelo de desenvolvimento, que predominou até meados dos anos 1970, tem como traço marcante a intervenção ativa do Estado e desconsidera as diferenças entre as regiões e as categorias sociais. Trata-se de uma visão uniforme do desenvolvimento que beneficia um grupo restrito de pessoas e de empresas, já que a maioria da população é incapaz de tomar iniciativas.

A teoria do crescimento endógeno, similarmente à teoria dos polos, afirma que a região tem dentro de si as fontes de seu próprio crescimento e, em suas formas mais avançadas, os atores locais se organizam formando redes, que servem de instrumento para conhecer e entender a dinâmica do sistema produtivo e das instituições, bem como para conjugar iniciativas e executar as ações que compõem a estratégia de desenvolvimento local (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001).

A partir do novo enfoque, as empresas e organizações tiveram que lidar com novas demandas sociais e novas necessidades a serem supridas. As novas formas de desenvolvimento surgem priorizando o diálogo e a participação das diversas esferas da sociedade.

Vásquez Barquero (2001) afirma que, no desenvolvimento endógeno, há uma forte imbricação entre economia e sociedade. É uma estratégia de ação onde o poder das comunidades reside na capacidade de liderar o próprio processo de desenvolvimento, agentes locais, unida à mobilização do seu potencial de reter os recursos na localidade, o que permite dar o salto qualitativo de desenvolvimento endógeno.

²² A teoria dos polos de crescimento foi desenvolvida por François Perroux, em 1955. Os polos industriais de crescimento têm uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais que apresentam como principais características: presença de uma indústria-chave; regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes; aglomeração territorial. Ver (SILVA, 2004, p. 67-69).

Nesse modelo, as formas de organização das empresas e do território têm um papel determinante no desenvolvimento, não existindo uma preocupação com o tipo de organização flexível das empresas e seu caráter estratégico, mas também que tal organização e processos de inovação sejam condicionados pelo sistema de relações econômicas, institucionais e sociais; tudo isto, com a participação dos atores locais.

Para Vásquez Barquero (2001) o que determina o comportamento das empresas e organizações são o desenvolvimento tecnológico, a economia e a sociedade. As economias se desenvolvem quando são difundidas as inovações e relações entre empresas e territórios. Esse processo de mudanças, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, propicia a expansão do sistema produtivo da localidade, por meio do uso do potencial que há no território. É o investimento público ou privado que irá nortear o desenvolvimento territorial.

O mesmo autor afirma ainda que o desenvolvimento endógeno é, antes de tudo, uma estratégia de ação. As comunidades têm uma identidade própria, o que possibilita criar iniciativas para o seu desenvolvimento. Ao desenvolverem suas capacidades organizativas podem evitar que as empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de desenvolvimento e dificultem o processo e desenvolvimento próprio.

Para Llorens (2001) o lugar deve abrigar um determinado espaço institucional, social e cognitivo, que pode ser um bairro, um município, uma rede de municípios, ou qualquer forma espacial, desde que atenda às seguintes especificações:

- a) possua sinais de identidade coletiva: sociais, culturais, econômicas e políticas;
- b) possua a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; e
- c) promova uma integração econômica e social no âmbito local.

Vásquez Barquero (2001, p. 39) reforça esse conceito do território como agente do processo de desenvolvimento local e não como mero espectador. O território é

[...] um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre empresas e os demais atores que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) formadores de seu potencial de desenvolvimento.

Para Markusen (2005) o território deve expressar uma conotação da lealdade local, solidariedade, reciprocidade, cooperação e tolerância. Nesse contexto, os elementos comuns existentes na formulação e iniciativas em torno do desenvolvimento local são identificados por Silveira (2005, p. 32), como

[...] ênfase na cooperação emancipadora e na aprendizagem (formação de capital social e humano); foco nos microempreendimentos e seus suportes (microcrédito, capacitação, integração a cadeias produtivas); gestação de novos arranjos socioprodutivos ancorados no território; articulação intersetorial de políticas públicas; constituição de esferas decisórias com participação direta de atores sociais e, mais amplamente, perspectiva do protagonismo local.

Ainda de acordo com Silveira (2005, p. 28), os principais acontecimentos que vêm marcando a trajetória do desenvolvimento local no Brasil são:

a) criação ou consolidação de estratégias e programas com diferentes abordagens e metodologias, associadas às perspectivas sistêmicas de desenvolvimento com base territorial; b) variação de enfoques e ênfases com diferentes denominações: DLIS (desenvolvimento local integrado e sustentável), DEL (desenvolvimento econômico local), DLS (desenvolvimento local sustentável), Agenda 21 local, Economia Solidária e, simplesmente, DL (desenvolvimento local); c) surgimento de centros de capacitação (formação de facilitadores, multiplicadores, agentes de desenvolvimento), criação conceitual, de estudos e pesquisas, em diferentes lugares do país, relacionados aos temas básicos do desenvolvimento local.

É interessante destacar que o APL de Moda da Bahia vem atuando em torno de uma atividade produtiva, no sentido de buscar soluções para equilibrar os problemas econômicos e sociais e assegurar novas formas de cooperação e construção do desenvolvimento local.

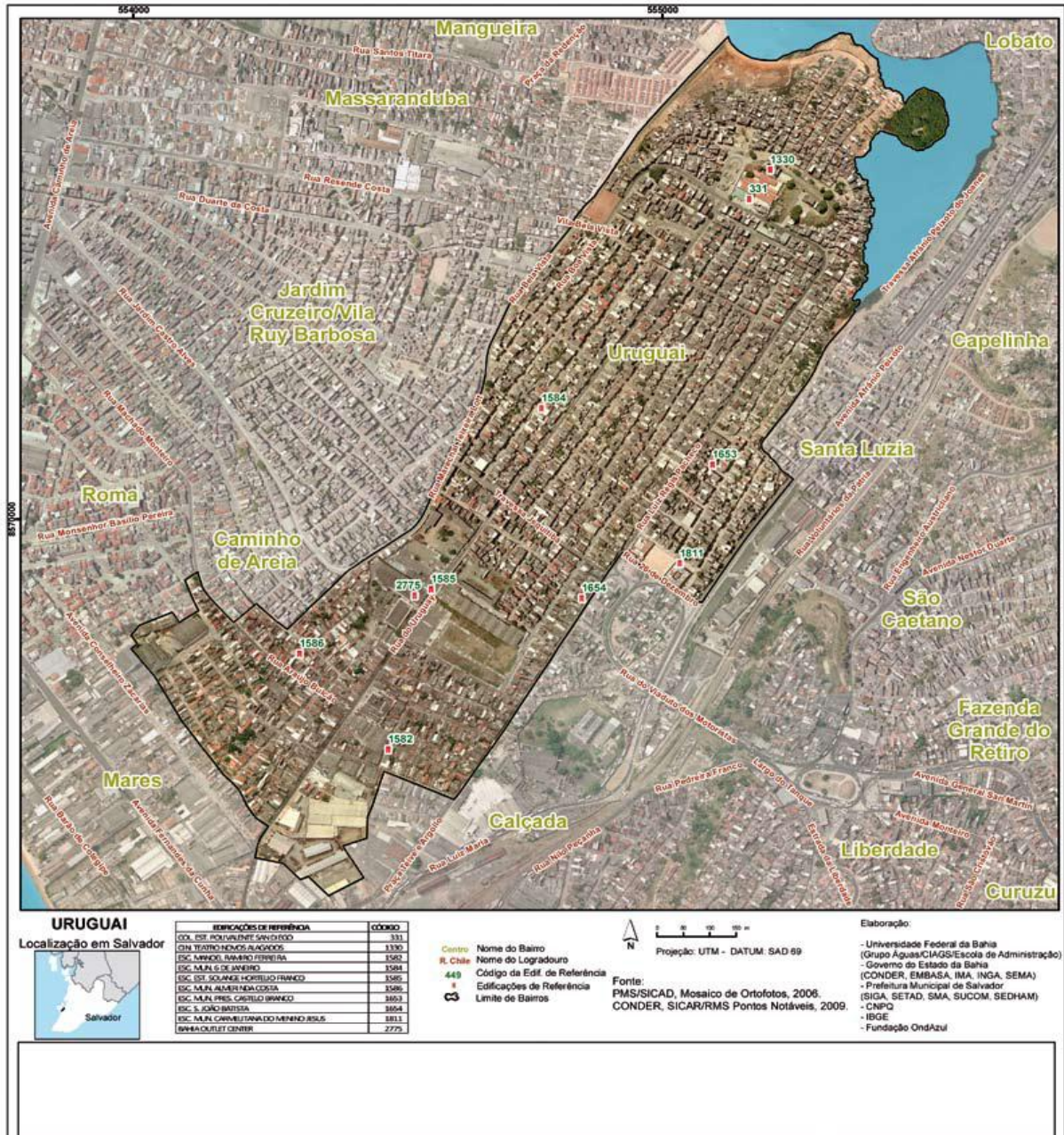
5.1 – RUA DO URUGUAI

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de setores naturais e artificiais, junto com pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. [...] o território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo (SANTOS, 2002, p. 84).

Nesse sentido, ligada pelos mesmos laços, está a região, aqui abordada como a cidade estendida – a Região Metropolitana de Salvador. Dessa região destaca-se apenas a Península de Itapagipe, razão pela qual este estudo se atém ao conceito de local, abandonando as noções de região e território baiano. Ao se abordar o APL da Moda, entretanto, restrito à rua do Uruguai, focaliza-se a noção de desenvolvimento local, sob a ótica da organização do território que, para Vásquez Barquero (2001, p. 41) deve ser “[...] um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar o seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população”.

O APL de Confecções da rua do Uruguai aconteceu pela integração, cooperação e a confiança entre os atores locais que compõem a região, além da ação das políticas, tanto públicas quanto privadas, na fomentação e estimulação dos processos históricos apresentados pela localidade, de construção de identidades e de formação de vínculos sociais, culturais, políticos e econômicos, dentro de uma base territorial local ou regional (MALUF, 2005).

O bairro do Uruguai, conforme está administrativamente marcado no Mapa 5 é a base local do APL de Confecções que está situado na Península de Itapagipe na cidade do Salvador.



Mapa 5 – Bairro do Uruguai em Salvador
 Fonte: SANTOS, 2010, p. 373.

Inicia-se na confluência da rua 26 de Dezembro com a Avenida Afrânio Peixoto, por onde segue até alcançar o Canal da rua 1º de Janeiro. Por essa via até a Baía de Todos os Santos, contornando a Ilha do Rato, até alcançar o prolongamento da rua Princesa Isabel.

Pelos logradouros rua Bela Vista e Rua Marechal Teixeira Lott, até alcançar a Rua Professor José Santana, a rua Professor Gelásio de Farias, e depois o cruzamento com a rua Araújo Bulcão, segue até a rua 24 de Janeiro, contornando a Praça Hélio Machado, e percorrendo a rua Jerônimo de Albuquerque.

O percurso continua em direção ao final da 2ª travessa da Palestina, contornando o fundo dos imóveis com frente para a rua 24 de Janeiro, por onde segue contornando o fundo dos imóveis com frente para avenida Conselheiro Zacarias, até alcançar a rua Direita do Uruguai (Foto 9).

A partir daí, contorna o fundo dos imóveis com frente para o largo dos Mares e rua do Imperador, até alcançar o final da rua Inácio de Loyola, seguindo pela rua Francisco Xavier de Oliveira, no cruzamento com rua Couceiro de Abreu, seguindo até a confluência com a rua Luiz Régis Pacheco, o cruzamento com a rua 26 de Dezembro, e por fim até alcançar o ponto de início da descrição deste limite.



Foto 9 – Rua Direta do Uruguai
Foto: Maria de Marineide de Sousa, 2010

O bairro do Uruguai é o mais populoso (16,3%) da península de Itapagipe. Abrange uma área de 697km, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000). Nessa época totalizava 170.725 habitantes, distribuídos desigualmente pelo território. Comparativamente, dois dos bairros mais populosos da península, os bairros dos Mares e Calçada, agregados, respondem por 15% da população total.

O mesmo censo (IBGE (2000) indica que a península de Itapagipe possui uma população predominantemente feminina (53%) e de baixa escolaridade, com 71,2% da população com rendimento mensal de menos de três salários mínimos.

No bairro do Uruguai, o trânsito de carros e ônibus é intenso (Foto 10),

devido à concentração de casas de comércio e de serviços, além do próprio *Shopping Bahia Outlet Center*.



Foto 10 – Vista parcial do bairro do Uruguai
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010

A península dispõe de uma malha viária que integra os 14 bairros, porém necessita de reparos. Existem cinco terminais de ônibus localizados na Calçada, Uruguai, Massaranduba, Ribeira e Bonfim. O terminal da Calçada é um ponto de confluência de ônibus de outros locais de percursos mais distantes, como Joanes/Lobato, Av. Suburbana e Centro Industrial de Aratu (CIA), de um extremo a outro da cidade.

Dos 76 estabelecimentos de ensino, na península, 15 estão localizados no bairro do Uruguai, sete no Jardim Cruzeiro, cinco em Massaranduba, dois na Calçada, quatro em Roma, 12 na Ribeira, 13 no Bonfim, cinco na Boa Viagem, dois no Monte Serrat, 10 no Caminho de Areia e um em São Joaquim. Existiam três módulos policiais situados no Bonfim, Itapagipe e Uruguai que foram desativados. As nove unidades de saúde existentes no bairro funcionam de modo precário, como também é precário o saneamento. Existe rede de bancos públicos e privados na região (MALUF, 2005).

A ilustração (Foto 11) mostra que, além da falta de limpeza nas ruas, não há saneamento.



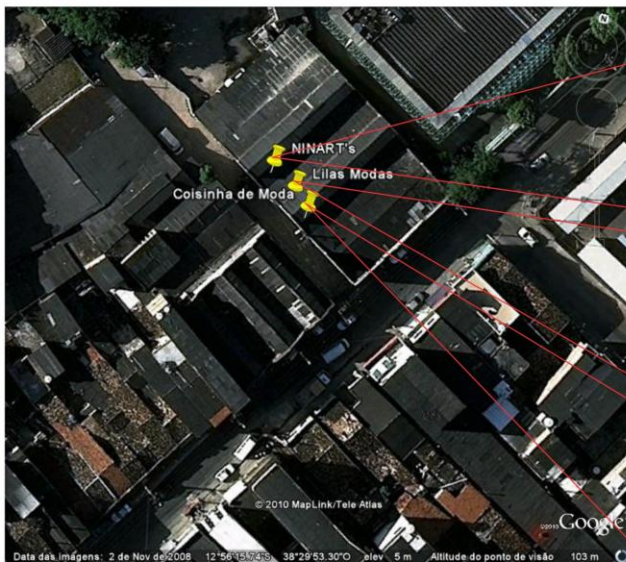
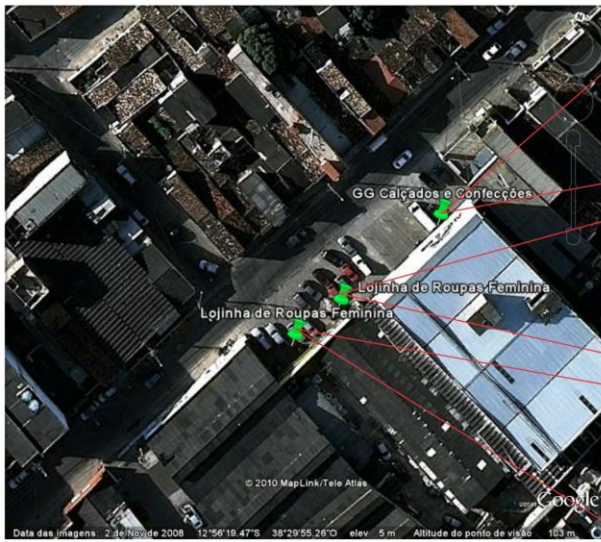
Foto 11 – Detalhes da rua Direta do Uruguai
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010

5.2 – ATIVIDADES DE COMÉRCIO DA RUA DO URUGUAI

O APL de confecções da rua do Uruguai, que surgiu como parte do projeto de responsabilidade social dos empresários responsáveis pelo *Shopping Bahia Outlet Center*, tem como premissa agregar pequenas empresas do ramo, objetivando difundir as melhores práticas, estimular a sinergia empresarial com a formação de alianças corporativas e promover a melhoria técnico-gerencial das empresas envolvidas; busca ainda promover o respeito ao meio ambiente e à preservação da cultura local. O mapeamento da rua, utilizando o *Google Earth*, identifica algumas empresas do setor de confecção (Mapas 6), na rua do Uruguai.



Fonte: fotos de Maria Marineide de Sousa, 2010



Mapa 5 - Foto aérea obtida através do Google Earth da rua direta do Uruguai
Manipulação Gráfica Maria Marineide de Sousa e Marcello Chamusca, 2010

Fonte: fotos de Maria Marineide de Sousa, 2010

A dinâmica econômica do local está relacionada às atividades de comércio, serviços, pequenas indústrias (tipo pesca) e turismo. O já citado *Shopping Bahia Outlet Center* abriga mais de 200 lojas (Anexo 2), no ramo de confecções e vestuário, é centro de comercialização de relevante importância para o bairro do Uruguai, mas também para a península. (Fotos 12,13 e 14).



Foto 12 – Um dos Corredores de circulação do *shopping*
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010



Foto13 – Vista das lojas do final de um dos corredores do *shopping*
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010



Foto 14 – Recepção da entrada do *shopping*
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010

O *Outlet Center*, com a proposta de fazer retornar à Itapagipe os investimentos no setor têxtil, favorece a instalação de pequenas indústrias de confecções na rua do Uruguai (Anexo 3), além de propiciar a constituição de grupos associativos de trabalho no ramo. Conforme o exposto por Maluf (2005, p. 18)

Foi constatado que existem 34 indústrias de confecções instaladas na Rua do Uruguai, o que representa 10% do total de empreendimentos do local. Mais importante do que isso é observarmos que [...], 19% e 8% das indústrias de confecções de Salvador e de todo o Estado da Bahia, respectivamente, estão localizadas ali. Isto dá uma ideia do que representa para a região as ações que venham dinamizar as indústrias dessa área.

Ao mapear o território, Maluf (2005) constatou que o bairro do Uruguai tem uma importante vocação produtiva no setor de confecções, que foi consolidada desde meados da década de 1940, e que essa indústria tem como características principais a mão de obra intensiva, com predominância do sexo feminino, baixo índice de poluição, baixo nível de escolaridade e pouca formação profissional (Foto 15).



Foto 15 – Comércio de confecções da rua Direta do Uruguai
Foto: Maria Marineide de Sousa, 2010

O ponto principal a ser destacado na Tabela 1 é a concentração de 341 estabelecimentos na rua do Uruguai, além do *Shopping Bahia Outlet Center* que possui mais de 240 lojas. A constatação do elevado número de lojas de varejo e pronta entrega, sugere a necessidade de qualificação de mão de obra, incentivo à criação formal de micro e pequenas empresas ligadas ao setor como, também, a melhoria da infraestrutura para subsidiar o incremento da atividade local.

Tabela 1 – Perfil dos empreendimentos da rua do Uruguai

RAMO	QUANTIDADE	%
Varejista (confecções)	113	33,14
Manufatura (confecções)	34	9,93
Serviço	30	8,79
Bar/restaurante/lanchonetes	28	8,21
Materiais de Construção	17	4,99
Livraria e Papelaria	04	1,17
Mercado/Mercearia	08	2,34
Frigorífico/Açougue	04	1,17
Gráfica	02	0,59
Outros	101	29,67
TOTAL	341	100

Fonte: Maluf (2005, p.17)

6. APL DA RUA DO URUGUAI... ANOS DEPOIS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada no período de maio a agosto de 2010, que envolveu a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto aos empresários e às instituições integrantes do Arranjo Produtivo Local de Moda da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

No processo investigativo identificou-se um total de 32 empresas industriais sob o formato de redes associativas pertencentes ao APL e beneficiadas pelo Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial no Estado estão distribuídas em oito redes (Quadro 2):

Quadro 2 – Redes Associativas Empresariais do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador

REDE BAHIA MODAS	REDE BRASIL UNIFORMES
CLEOFAS/ANDFER Moda Cristiane Moreno EFAT Indústria de Comércio de Confecções Ltda. Hipnose/Eu Ela Moda e Acessórios Ltda. Ilha Morena Indústria e Comércio Confecções Ltda.	Leme Indústria e Comércio e Modas Ltda. SI Roupas Profissionais Ltda. Confecções Hebert Ltda.
REDE DESIGN BAHIA	REDE ECOSTURA
Luciana de Carvalho Galeão Kassias Comércio de Artefatos Ltda. Home Design Ltda. Allcance	Sictory Design Com. de Conf. Assessórios Ltda. Vivire Confecções Ltda. Verde Confecções Ltda. Uli/Medeiros Lopes Ltda.
REDE GOYA	REDE MARCIA GANEM
Cirbas Comércio Indústria Ltda. Didara Indústria Comércio e Confecções Ltda. Cooperconfec	Marcia Ganem Atelier Associação Beneficente. 25 Julho Rendeiras de Saubara
REDE COCO DOCE	REDE PORTA AVIAO
Coco Doce Moda Praia Loygus For Export Naiana Gonçalves Ltda. Emme e Enne Confecções e Acessórios Coco Dourado Associação Rever Juntos	Porta Avião Indústria e Comércio Sonhos Bordados Ltda. Senhorinha Confecções Xanda Confecções Ltda.

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Para a coleta das informações, utilizou-se a relação de empresas integrantes do Arranjo, fornecida pela Coordenação do Núcleo de Apoio aos APL na Bahia. Em seguida, foi encaminhado questionário aos 32 empresários (Anexo 4), com o objetivo de identificar as suas atividades principais, estrutura produtiva, cooperação, aprendizado, capacitação e inovação, políticas públicas e formas de financiamentos. Um total de 27 respondeu ao questionário, o que indica o percentual de 84,4% do universo da pesquisa.

Outro instrumento utilizado na pesquisa foi a realização de entrevista (Anexo 5) com oito dos principais parceiros do APL nas instâncias estadual e municipal e iniciativas privadas, além de grupos organizados da sociedade civil, no intuito de levantar informações para identificar se o desenvolvimento econômico do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador está em sintonia com o desenvolvimento social da península de Itapagipe, sob a perspectiva de sua revitalização. (Quadro 3).

Quadro 3 – Principais parceiros do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador

ÓRGÃO	REPRESENTANTES
Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe (AMAI) Núcleo de Articulação Institucional (NAI) Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península (CAMMPI) Região Administrativa II -i Serviço Integrado de Atendimento II (Siga-III) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Sindicato da Indústria do Vestuário da Bahia (SINDVEST) Secretaria de Ciência Tecnologia e inovação (SECTI) Arranjo Produtivo Local de Confecção (APL) <i>Shopping Bahia Outler Center</i>	Roque Gomes Rita Amália Carreiro Gilcinéa Barbosa Margarida Azevedo Christiane Rabelo William Moura Tatiana Torres Rosemma Maluf Rosemma Maluf

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

A partir dos dados e das informações coletadas, no primeiro bloco traçamos o perfil das 27 empresas que responderam integralmente ao questionário e que, no termo de consentimento, autorizaram a divulgação das informações de forma agrupada, garantindo a confidencialidade da sua identidade. As questões abordam o tamanho da empresa, segmento de atividade principal, quantidade de postos de trabalho, gênero, faixa etária, escolaridade, média salarial, capacitação e treinamento da mão de obra.

No segundo bloco, observamos fatores como pessoal empregado, faturamento, além de identificar fatores na capacidade competitiva dos produtos ofertados. No terceiro apresentamos informações acerca da capacidade produtiva, fatores determinantes da produção e gerenciamento do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.

O quarto trata da inovação, cooperação, governança, estrutura e vantagens associadas ao ambiente local. No quinto bloco são abordados temas referentes às políticas públicas e formas de financiamento e, no sexto e último bloco, analisamos os discursos dos principais parceiros, levantando informações para identificar a configuração do Arranjo Produtivo Local da Região Metropolitana de Salvador.

6.1 – CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS

A pesquisa apontou um fato relevante: apenas 8% das empresas entrevistadas estão instaladas na península, evidenciando que as políticas públicas do APL de Moda não promovem as vocações naturais do local e não priorizam as atividades com maior capacidade para geração de empregos. O Gráfico 1 identifica a predominância dos empreendimentos de pequeno porte, sendo 75% micros e 25% pequenas empresas, conforme critérios de classificação utilizada pelo Sebrae.

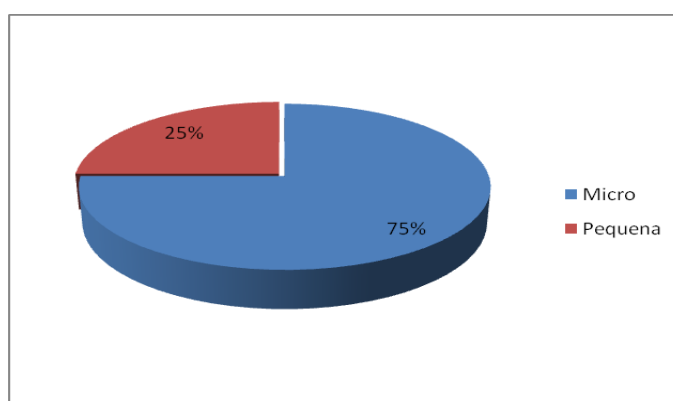


Gráfico 1 – Classificação das empresas do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Na Tabela 2, verifica-se a diversificação produtiva do APL, cujo segmento de maior predominância é o do setor vestuário, com 40,74%. Essa concentração ocorre por esse segmento reunir atividades confeccionistas de moda feminina e masculina, segmento que encontra maior escoamento no varejo e no atacado.

Tabela 2 – Segmento da atividade principal das empresas do APL de Moda da RMS

Atividades	Indicadores	%
Confeção de roupas íntimas	2	7,41
Confeção de peças de vestuários	11	40,74
Confeção de roupas profissionais	5	18,52
Moda praia / <i>fitness</i>	6	22,22
Bordados	2	7,41
Cama/mesa/banho	1	3,70

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

A atividade confeccionista apresenta outro aspecto importante que é a sazonalidade da mão de obra, que ocorre em 56% das redes integrantes do APL e foi evidenciada pelos empresários, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro.

Ao analisar o total de postos de trabalho gerados pelo APL, constatou-se que as empresas entrevistadas empregam 531 funcionários, dos quais 88% possuem registro de contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que garante a tais trabalhadores todos os direitos trabalhistas e previdenciários. Desse total, 12% mantêm relação informal de trabalho. (Gráfico 2)

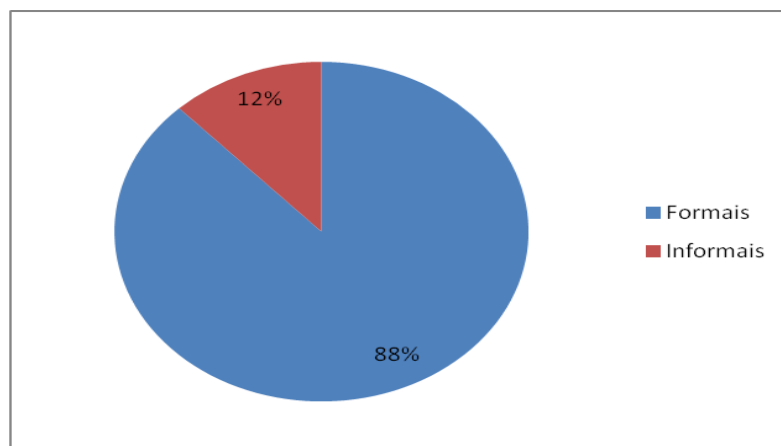


Gráfico 2 – Número de empregados formais e informais do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Cumprir destacar que, desse universo, 9% dos empregados residem na península de Itapagipe, o que ressalta a ausência de políticas de apoio e promoção do desenvolvimento econômico e social do APL no local.

Ao se considerar o recorte por gênero, observa-se que a participação feminina é superior numa proporção de 86,72%, em relação aos homens de 13,28%. O maior número de emprego gerado pelo Arranjo Produtivo Local de Moda da Região Metropolitana de Salvador está compreendido na faixa etária de 25 a 34 anos, que corresponde a 38% dos funcionários (Gráfico 3).

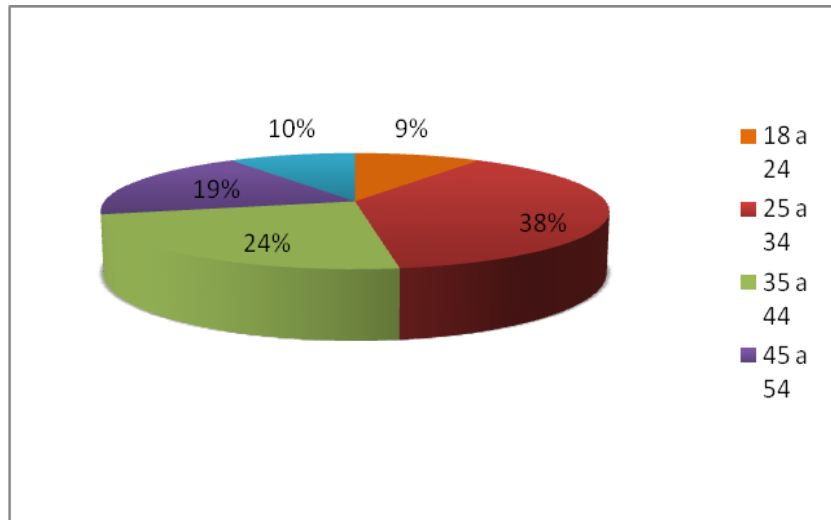


Gráfico 3 – Distribuição por faixa etária dos empregados do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

A leitura dos dados da pesquisa constatou um fato relevante: 68% dos trabalhadores não residem na península, o que demonstra que o APL de Moda não envolve maior parcela da população local.

Quanto ao recorte por escolaridade, os resultados demonstram que no ensino médio completo é onde se concentra a maior representatividade dos empregados 33%, seguido do nível fundamental completo 22% e do nível médio incompleto 15%, representados no Gráfico 4.

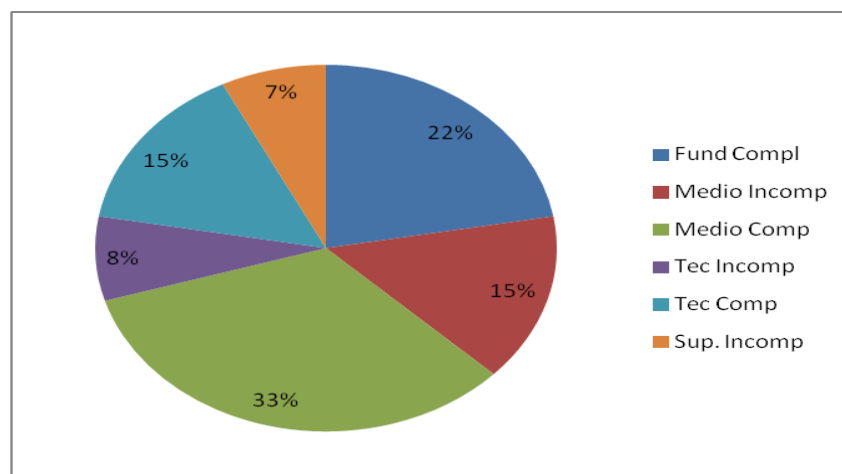


Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos empregados do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Nas respostas dos questionários, a remuneração salarial dos empregados do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador, está concentrada na faixa

de 1 a 2 salários mínimos, o que é considerada baixa e reflete a ausência de políticas pública (Gráfico 5).

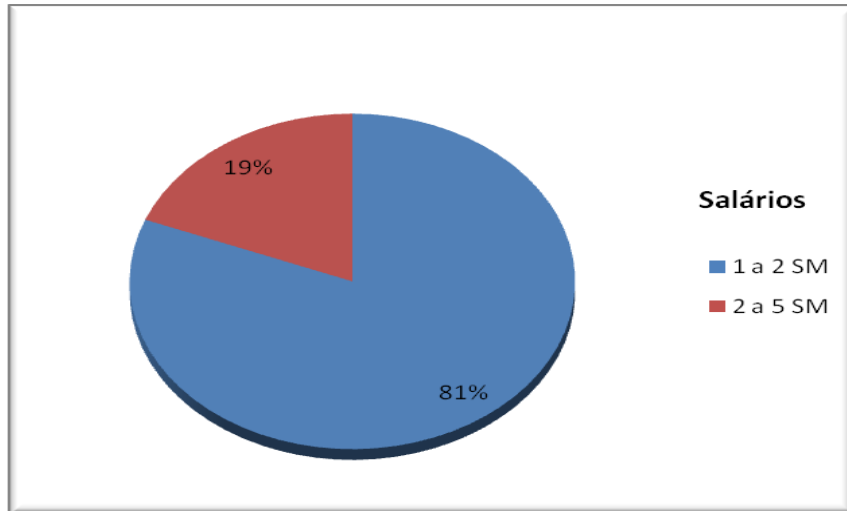


Gráfico 5 – Média salarial dos empregados do APL de Moda da RMS
Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

As repostas indicaram que 88% das empresas entrevistadas efetuaram atividades de treinamento e capacitação com os seus empregados nos dois anos. (Gráfico 6).

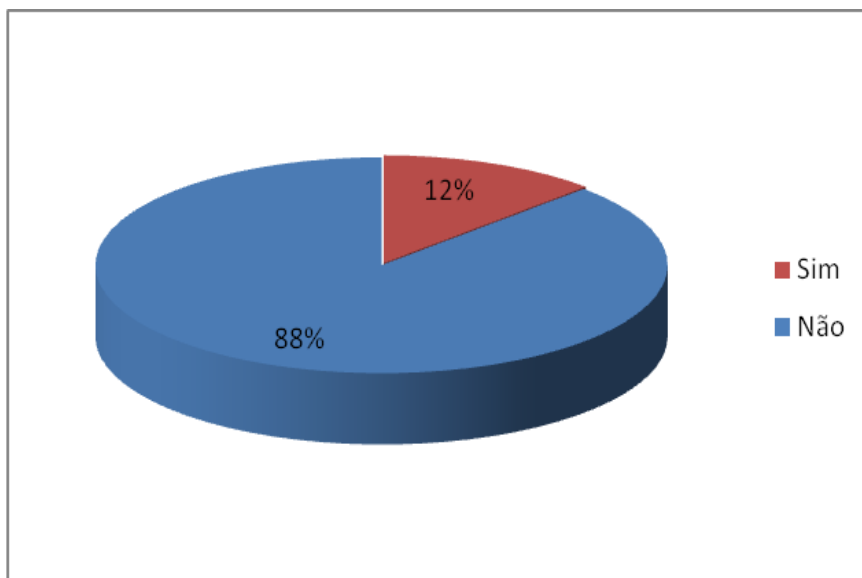


Gráfico 6 – Treinamento e capacitação da mão de obra do APL de Moda da RMS
Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Observou-se que os empresários evidenciam a importância da qualificação da mão de obra e que a atividade mais importante é o treinamento na própria empresa (55,6%), seguido de cursos de capacitação promovidos pelo Sebrae (48,2%), conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Importância de treinamentos e capacitação de RH no APL de Moda da RMS

Atividades	Grau de Importância %			
	Não Relevante	Baixa	Média	Alta
Treinamento na empresa	14,8	14,8	22,2	55,6
Treinamento em cursos técnicos realizados no APL	14,8	22,2	22,2	40,8
Treinamento em cursos técnicos fora do APL	7,4	35,2	22,2	35,2
Estágios em empresas fornecedoras ou clientes	35,2	14,8	35,2	14,8
Capacitação para participar de eventos/feiras	18,5	22,2	25,9	33,4
Participação em seminários promovidos por universidades	18,5	22,0	37,1	22,2
Cursos promovidos pelo SEBRAE	17,4	14,8	22,2	48,2

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Na seção abaixo, apresentamos o resultado da pesquisa que avalia a capacidade produtiva, fatores determinantes na produção e gerenciamento do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.

6.2 – PRODUÇÃO E MERCADO

A capacidade produtiva das empresas gira em torno de até 10.000 mil peças/mês e não está vinculada unicamente ao número de empregados, mas também ao tipo de produto. No Gráfico 7, verifica-se que 31% delas conseguem produzir acima de 40.000 mil peças/mês.

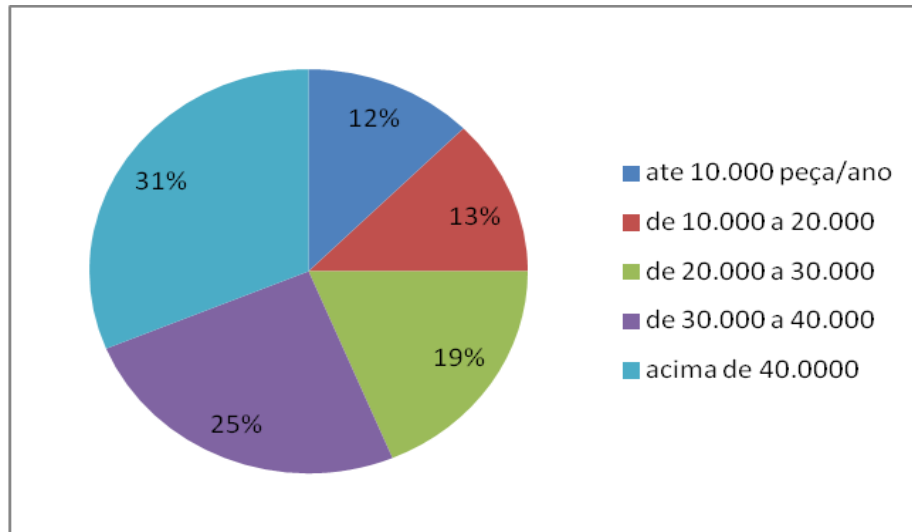


Gráfico 7 – Capacidade produtiva das empresas do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

No que diz respeito ao rendimento da produção das empresas, observou-se que 44% têm faturamento médio anual acima de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), considerando-se que os APL geram um diferencial competitivo para as pequenas e médias empresas e assegura maior retorno financeiro. (Gráfico 8).

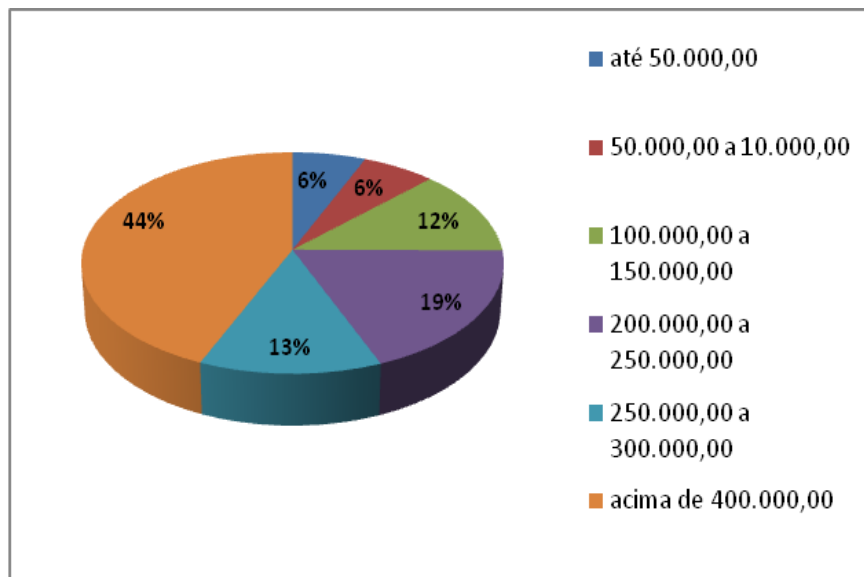


Gráfico 8: Faturamento anual das empresas do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Os fatores apontados como determinantes na produção e gerenciamento das empresas vinculadas ao APL de confecção foram a contratação de empregados qualificados (81,3%), a produção com qualidade do produto (72,0%) e a falta de capital (56,2%) no sentido de manter a capacidade produtiva das empresas do APL,

conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Fatores determinantes na produção e gerenciamento do APL de Moda da RMS

Fatores	Grau de Importância (%)			
	Não Relevante	Baixa	Média	Alta
Contratar empregados qualificados	-	-	18,7	81,3
Produzir com qualidade o produto	-	9,8	18,2	72,0
Qualidade da matéria-prima e outros insumos	-	23,0	42,0	35,0
Falta de capital	-	12,5	31,3	56,2
Estratégias de comercialização	-	25,9	33,3	40,8
Custo da mão de obra	14,7	18,5	33,5	33,3
Nível tecnológico equipamento	18,5	18,5	25,9	37,1

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Na seção seguinte são abordadas questões-chave para a análise da inovação e cooperação no APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.

6.3 - INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO

De acordo com os dados, 62,5% das empresas introduziram, nos últimos seis meses, algum tipo de inovação; há uma predominância de investimentos, voltados para a articulação interna com novo *layout* (26,0%) e *design* (22), como mostra o Gráfico 9.

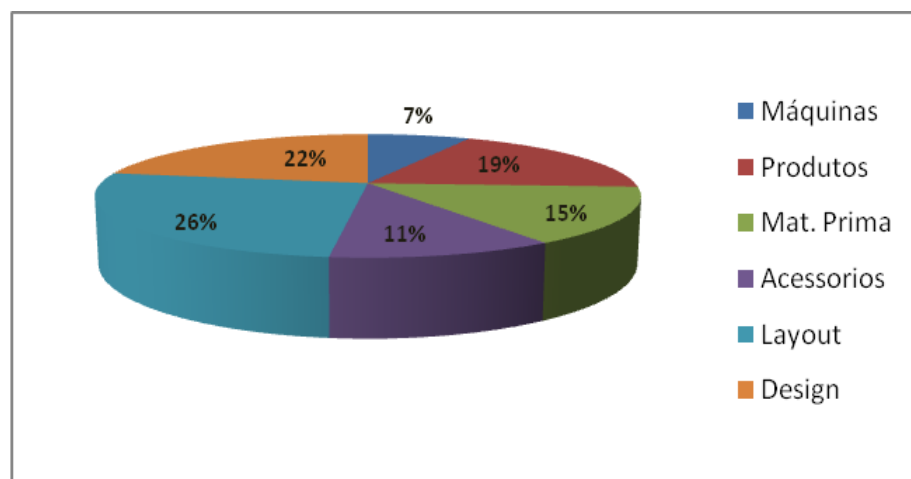


Gráfico 9 – Inovações introduzidas pelas empresas APL de Moda da RMS
Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

No tocante à cooperação, o fator relevante que contribuiu para a adesão das empresas ao APL foi o fortalecimento associativo ou cooperativista com 62,9% (Tabela 5), o que reforça a ideia de que o forte apelo cooperativo dos arranjos produtivos é um dos maiores atrativos nessa forma de agrupamento.

Tabela 5 – Fatores que contribuíram para a adesão das empresas ao APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador

Fatores	%
Fortalecimento da estrutura empresarial	51,8
Incentivos fiscais	51,8
Fortalecimento associativo ou cooperativista	62,9
Maior capacitação profissional e técnica	51,8
Oportunidade geração novos negócios	44,4
Linhas de créditos e outras formas investimentos	51,8
Apoio agentes institucionais e consultoria técnica	37,0

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

As respostas apresentadas indicam que o nível de cooperativismo dentro do APL é significativo (Gráfico 10), uma vez que 81,3% das empresas se encontram envolvidas em alguma atividade cooperativa no último ano.

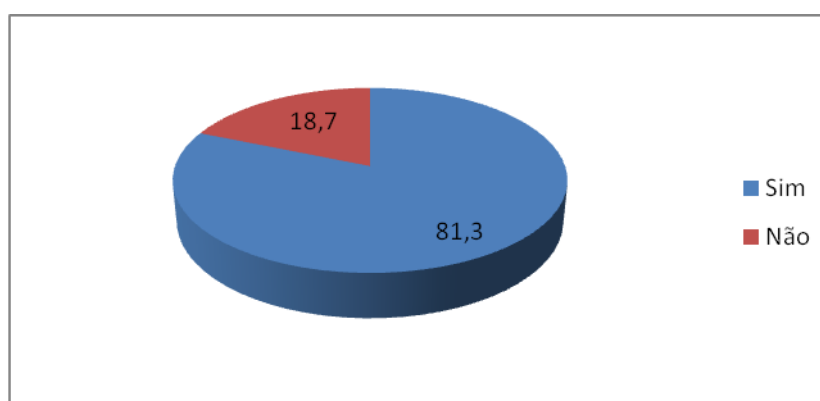


Gráfico 10 – Envolvimento das empresas do APL de Moda da RMS em atividades cooperativas

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Das empresas pesquisadas, 88,8% (Tabela 6) encontram-se vinculadas às organizações coletivas, enquanto apenas 11,2% não possuem qualquer vínculo desse tipo, dado que reforça o engajamento coletivo dentro desse arranjo.

Tabela 6 – Tipos de organizações coletivas

Organizações Coletivas	%
Cooperativa	25,9
Associação	22,2
Sindicato	88,8
Fóruns	14,8
Rede social	42,9

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Na seção abaixo serão apresentadas os diferentes modos de intervenção, participação e cooperação das empresas do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador.

6.4 - ESTRUTURA, GOVERNANÇA E VANTAGENS ASSOCIADAS AO AMBIENTE LOCAL

É fato que a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI), juntamente com o Sindvest, Sebrae e outros agentes, vem incentivando novas formas de cooperação entre as empresas, através das Redes, o que traz uma certa institucionalidade e governança para o APL. Dentro dessa matriz institucional, o Sebrae promove treinamento e capacitação dos empresários locais.

A qualificação profissional é um direito e condição imprescindível para a garantia do trabalho, particularmente os trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade. Permite ainda melhorar as condições econômicas e sociais das empresas e seus empregados.

No que diz respeito às principais vantagens apontadas pelas empresas, por estarem inseridas no Arranjo Produtivo Local, o item que recebeu melhor avaliação foi a existência de programas de apoio e promoção (56,35%) e a disponibilidade de mão de obra qualificada (31,2%), conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Vantagens que a empresa tem por estar localizada no APL de Moda da RMS

Externalidades	Grau de Importância (%)			
	Não Relevante	Baixa	Média	Alta
Disponibilidade de mão de obra qualificada	18,8	25,0	25,0	31,2
Baixo custo de mão de obra	31,2	31,2	18,8	18,8
Proximidade com os clientes/ consumidores	18,8	18,8	43,6	18,8
Existência de programas de apoio e promoção	0,0	12,4	31,3	56,3
Proximidade com produtores de equipamentos	31,2	25,0	31,3	12,5
Proximidade com os fornecedores de insumos	18,7	12,5	43,8	25,0
Proximidade com os fornecedores de matéria-prima	18,5	11,1	44,5	25,9
Infraestrutura física (energia, transporte, comunicações)	37,0	18,5	25,9	18,6
Disponibilidade de serviços técnicos especializados	25,9	25,9	25,0	25,3

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Quanto às instituições que compõem esta rede cooperativa, os entrevistados, como apresentado na Tabela 8, na sua grande maioria, 77,7%, apontaram como principais parceiros, quando se trata de cooperação, os prestadores de serviços de consultoria para a melhoria da gestão empresarial.

Tabela 8 – Importância das principais atividades cooperadas

Agentes	%
Institutos de pesquisa e centros de tecnologia	22,2
Prestadores de serviços (relativos à produção)	37,0
Prestadores serviços de consultoria para a melhoria da gestão empresarial	77,7
Mercado organizacional	33,3
Prestadores de treinamento e/ou capacitação	62,9

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Procurou-se averiguar a importância dos agentes que apóiam o APL (Tabela 9) e seu papel dentro do processo produtivo das empresas; o Sebrae (89,5%) e o Sindvest (87,5%) foram as instituições mais atuantes.

Tabela 9 – Grau de importância dos agentes do APL em relação ao papel que desempenham como parceiros

Agentes	Grau de Importância (%)			
	Não Relevante	Baixa	Média	Alta
Sebrae	0	0	10,5	89,5
IEL – Fieb	6,2	12,5	18,8	62,5
Desenbahia	2,5	17,5	39,5	40,5
Banco do Brasil	18,8	25,0	12,5	43,7
Banco do Nordeste	43,8	31,2	12,5	12,5
Caixa Econômica Federal	2,5	17,5	39,5	40,5
Bradesco	31,2	43,7	18,8	6,3
Secretaria Desenvolvimento Econômico	31,2	18,8	25,0	25,0
Setras	25,0	18,8	37,4	18,8
Secti	6,2	12,5	18,8	68,8
Secomp	25,0	25,0	35,0	15,0
Seplan	42,2	35,0	28,8	10,0
Bahia Outlet Center	2,5	17,5	39,5	40,5
Fapesp	18,8	18,8	43,6	18,8
Sinvest	0	0	12,5	87,5
Senai/Sesc	0	35,0	35,0	30,0
UCSal	31,2	31,2	18,8	18,8
UFBA/CIAGS	0	35,0	18,8	26,2

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

As empresas estão organizadas em um sindicato que estabelece parcerias com outras instituições, como o Sebrae e a Secit, com o objetivo de fortalecer as empresas locais. Na pesquisa verificou-se que a apresentação da reivindicação da classe (75%) foi o item mais apontado, seguido de definição de objetivos comuns (68,8) e de ações cooperativas (68,7%). Tabela 10.

Tabela 10 – Contribuição de sindicatos, associações e cooperativas locais

Tipo de contribuição	Grau de Importância (%)			
	Não Relevante	Baixa	Média	Alta
Auxílio na definição de objetivos comuns para o APL	0,0	12,5	18,7	68,8
Estímulo nas ações estratégicas	0,0	6,3	31,2	62,5
Promoção de ações cooperativas	0,0	6,3	25,0	68,7
Criação de fóruns e ambientes para discussão	0,0	18,8	18,7	62,5
Apresentação de reivindicações comuns	0,0	6,3	18,7	75,0
Identificação de fontes e formas de financiamentos	0,0	13,4	40,0	46,6
Organização de eventos técnicos e comerciais	0,0	20,0	33,3	46,7
Estímulo ao desenvolvimento de ensino e pesquisa local	7,1	14,2	28,7	50,0

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Na seção seguinte verifica-se como os empresários percebem os programas ou ações específicas e ainda as formas de financiamentos voltadas para o setor.

6.5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE FINANCIAMENTOS

Um dos elementos essenciais no processo de desenvolvimento econômico do País é a geração de emprego e renda. Entretanto, a dificuldade de acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas é uma das restrições que impactam o crescimento da economia e a promoção de novos postos de trabalhos.

A oferta de crédito para o APL, destinada pelas políticas públicas do Estado, foi avaliada na pesquisa. Evidenciou-se que 53% das empresas já receberam algum tipo de financiamento. (Gráfico 11).

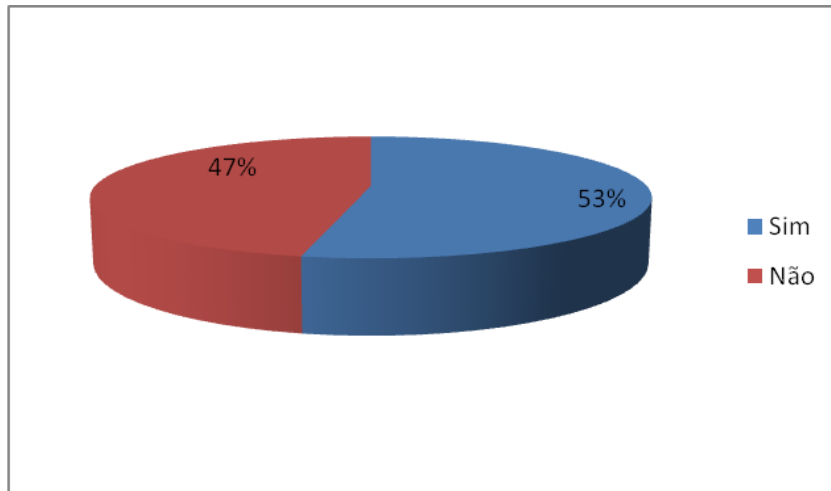


Gráfico 11 – Oferta de crédito destinado às empresas do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Os entrevistados apontam a burocracia e a dificuldade de oferecer garantias na concessão de crédito como os principais obstáculos enfrentados, quando solicitam empréstimos aos agentes financeiros que operacionalizam os programas. A grande reivindicação é a ampliação de linhas de crédito, a promoção e o fortalecimento dos micros e pequenas empresas integrantes do APL de Moda, possibilitando, dessa forma, a inclusão social e, conseqüentemente, o desenvolvimento em âmbito local.

Dos incentivos financeiros destinados às empresas que compõem o APL, 57% dos casos foram alocados para investimento em bens de capital, seguidos de 43% para capital de giro. (Gráfico 12).

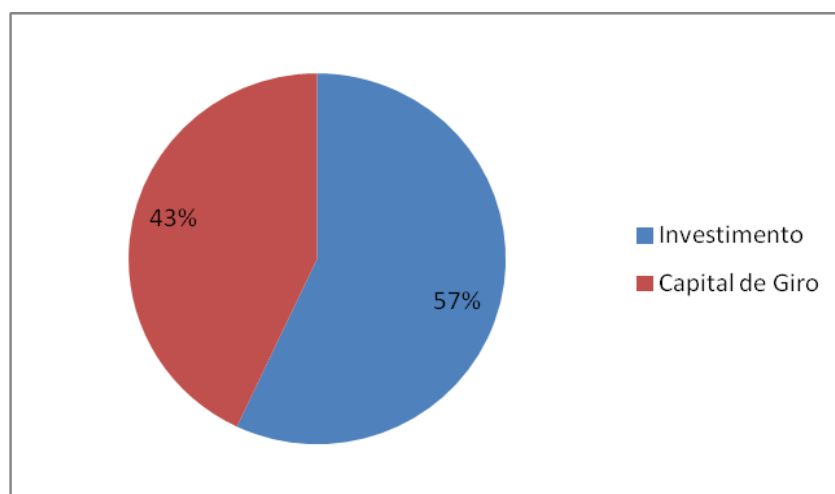


Gráfico 12 – Destinação do crédito obtido pelas empresas integrantes do APL de Moda da RMS

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Dentre os principais agentes financeiros, que concederam linhas de crédito para promover o aumento da capacidade produtiva das empresas integrantes do APL de Moda, o mais atuante foi o Banco do Brasil com 45%, a Caixa Econômica Federal, com 35%, seguidos do Banco do Nordeste, 11% e Desenbahia 9%, conforme Gráfico 13.

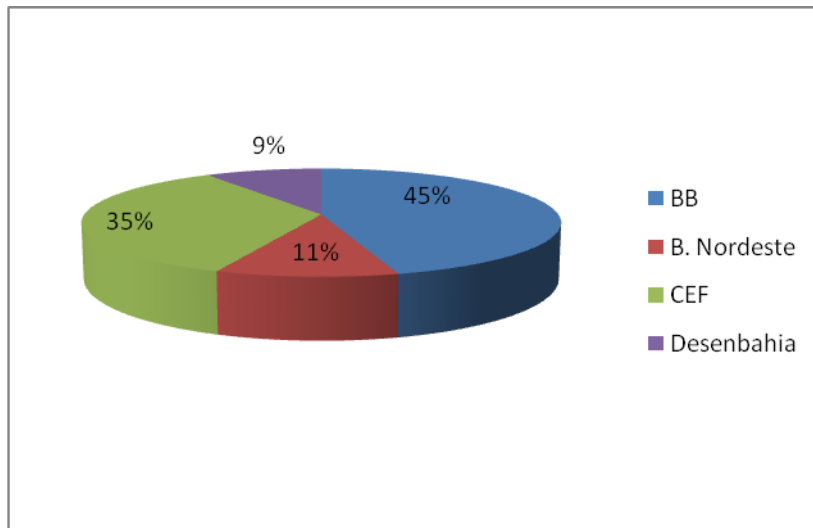


Gráfico 13 – Agentes financeiros
Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

A partir da pesquisa de campo, verificou-se que o Sebrae é a instituição que mais interfere no processo produtivo das redes associativas empresariais com 96,2% das repostas, conforme Tabela 11. Ressalta-se ainda o IEL/Fieb com 92,5% seguido da SECTI com 81,4%.

Tabela 11 – Nível de interferência das instituições que atuam no APL

Instituições	Indicadores	%
Sebrae	26,0	96,2
IEL/Fieb	25,0	92,5
Desenbahia	15,0	55,5
Secti	22,0	81,4

Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

No que diz respeito à contribuição do Arranjo Produtivo Local de Confecções da rua do Uruguai, para a melhoria da comunidade local e a consequente revitalização da península de Itapagipe, 59% dos entrevistados afirmaram que o APL promoveu o desenvolvimento local, enquanto 27% atestaram que não houve um

processo de crescimento da região, seguidos de 14% que não souberam ou se isentaram de responder, argumentando que não acompanharam o processo histórico de formação do APL. Esse resultado é demonstrado no Gráfico 14.

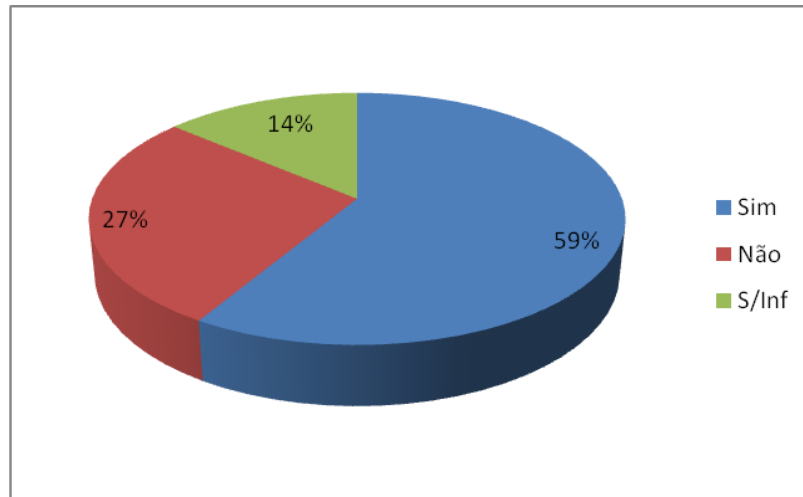


Gráfico 14 – Contribuição do APL para o desenvolvimento local
Fonte: Maria Marineide de Sousa, 2010

Dos que afirmaram que o APL de Confecções da rua do Uruguai contribuiu de forma para o desenvolvimento local e a consequente revitalização da península de Itapagipe, 49,0% consideraram que o Arranjo Produtivo Local contribuiu para o fortalecimento e dinamismo das entidades comunitárias, 27% que favoreceu na formação e capacitação da mão de obra e que 24% promoveram o crescimento do comércio local.

Todavia, a contribuição efetiva para comunidade com melhoria na qualidade de vida dos moradores, através de investimentos maciços em educação, saúde, cultura, assistência social, habitação, esporte e lazer, formação e qualificação profissional e segurança pública, prevista pela CAMMPI, não aconteceu de maneira efetiva.

6.6 – ENTREVISTAS COM PARCEIROS DO APL

Com a realização das entrevistas, pôde-se verificar a desarticulação do APL de Moda da RMS e a fragilidade dos níveis de confiança, cooperação e valores compartilhados pelos dos integrantes do arranjo. Essa percepção é confirmada pela fala do presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Salvador, William Moura (2010), e ainda pelos seguintes discursos:

várias ações estão sendo empreendidas por esse Sindicato para promover o fortalecimento e desenvolvimento local, são elas: palestras e cursos voltados para o setor; participação no projeto estruturante com o Estado e o BID, com participação de 40 *designer* e 20 empresas e que resultou no centro de *design*; associação com a ABTT²³; convênio com escritório de advocacia e assessoria jurídica para todos os associados por intermédio da Fieb; organização de missões para locais produtivos e atualmente trabalho no evento de promoção da marca. (MOURA, 2010).

O Sindvest, para Moura (2010), desempenha um papel importante na articulação com as instituições parceiras do APL e conseguiu :

fortalecer as alianças e a cooperação entre as empresas envolvidas no arranjo, acrescentando que um exemplo prático disso foi o retorno dos associados ao nosso sindicato e a reunião de várias empresas em rede e a participação dos editais do BID onde o nosso setor teve grande destaque. Nossa carteira é de 70 empresas e dos associados 100% fazem parte do APL e queremos participantes ativos que nos ajudem com novas idéias e com ações efetivas para melhor o setor.

Contudo, Barbosa (2010), representante da CAMMPI, é enfática em sua opinião diversa

Infelizmente o empresariado em geral não consegue desenvolver uma visão além do desenvolvimento do seu próprio negócio, ficando difícil identificar a participação desses no crescimento local, a não ser no aumento de postos de trabalho nas diversas empresas. A exceção é a gestora Rosemma Maluf, que tem uma visão diferenciada e que participa ativamente da construção desse processo. Com o retorno das atividades sob a coordenação da Rosemma, a Rede pretende uma reaproximação para implementação de uma proposta de co-responsabilização para a requalificação da Península de Itapagipana.

23 ABTT - Associação Brasileira de Técnicos Têxteis –entre seus objetivos, está o de promover o intercâmbio de ideias e experiências entre os seus associados e os demais profissionais têxteis de outros países, e ainda com entidades congêneres nacionais e estrangeiras. É uma instituição aberta a todos os profissionais atuantes na cadeia produtiva têxtil - vestuário, desde que possuidores de formação em nível de segundo grau ou superior reconhecido como tal pela legislação oficial do país, em âmbito nacional.

Questionada sobre a participação dessa Comissão nas ações empreendidas pelo APL, Barbosa (2010), complementa

Atualmente a CAMMPI não participa das ações empreendidas pelo APL, mas, com o retorno das atividades sob a coordenação de Rosemma Maluf - diretora de *marketing* do *Shopping Bahia Outlet Center* e coordenadora do Comitê Gestor do Projeto APL de Moda, haverá um movimento de reaproximação para a implementação de uma proposta de corresponsabilidade para a requalificação da Península de Itapagipe.

A promoção de práticas cooperativas e a parceria entre as redes empresariais e as instituições que apóiam o APL são importantes para o êxito dos arranjos, sobretudo, quando as suas demandas estão balizadas dentro de um marco cooperativo e participativo que propicie a mobilização e a animação dos atores envolvidos.

No que se refere à cooperação nas ações do APL, a gestora do APL Maluf (2010) confirma que

antes da implantação do APL não existia efetivamente ações de cooperação empresarial, apenas algumas atitudes empreendedoras isoladas como o consórcio de exportação de moda praia formado por três empresas e mais o consórcio *Bahia Beach*. Todas as redes empresariais surgiram a partir da mobilização empresarial com o APL.

Contudo, a mesma gestora (MALUF 2010) acrescenta que atualmente as redes que compõem o APL de Confecção de Salvador e Região Metropolitana²⁴ não possuem um sistema de cooperação entre si, mas acredita que com o aporte de novos recursos, o apoio das instituições e as dinâmicas existentes para a capacitação empresarial acabarão por promover esse relacionamento.

Já Rabelo (2010), coordenadora da Unidade de Gestão Regional do SEBRAE em Salvador e RMS, enfatiza a importância de cooperação dos parceiros

a existência desse ambiente de cooperação, interação e confiança entre os agentes do APL estão presentes dentro deste arranjo de modo significativo, conforme ressaltou, já que todas as ações são planejadas em conjunto, dentro de um projeto denominado Gestão Estratégica Organizada para Resultados (GEOR), no qual os empresários são demandantes das ações desde capacitações a acesso ao mercado.)

24 A RMS possui oito redes empresariais sendo que quatro foram contempladas no edital 2008 e as outras quatro no edital de 2009. Este edital aprovou o plano de negócios apresentado pelas redes que são formadas por: Rede Bahia de Moda; Rede Goya Lopes; Rede Brasil Uniformes; Rede Márcia Ganem; Rede Coco Doce; Rede Porta-avião; Rede Design Bahia; Rede Ecostura

Destaca-se, também, a forte presença do Sebrae, ao implementar sua visão “empreendedora” em estabelecimentos comerciais de venda ou prestação de serviços, no sentido de estimular a cooperação e a competição entre si. Para Maluf (2010)

o lema do projeto da APL Confecções é cooperar para competir. As reuniões frequentes do projeto fizeram com que os empresários comesçassem a conviver mais, se conhecer melhor para, só depois de estabelecido um laço de confiança e identificado necessidades comuns, começarem a cooperar.

Entretanto, a representante da CAMMPI, Barbosa (2010) declara que:

no início havia uma metodologia que tentava a integração, a partir da criação de grupos de trabalhos com participação dos diversos atores envolvidos no processo, influenciados principalmente pelo Sebrae local, mas, com o passar do tempo, os grupos foram se desarticulando e o APL ficou um pouco no ostracismo. Sabemos que retornou às atividades, mas a Rede não foi convidada a participar. Portanto, para a sociedade civil e os empreendimentos socioprodutivos, não existe esse ambiente.

Por outro lado, no que se refere à mudança que o Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da península de Itapagipe (PDRI 2008) promove, Carreiro (2010), representante do NAI, aponta que

o Plano Referencial de 2000 tinha no turismo o fator preponderante para o desenvolvimento local, sendo que acabamos por concluir que este segmento, apesar de importante, não seria suficiente para o fim almejado; investir nas diversas potencialidades econômicas da Península foi tido como o melhor caminho a ser trilhado, juntando-se a um importante investimento no fator humano.

Questionado se a atuação do NAI e a CAMMPI fortaleceram a articulação institucional comunitária da península, o presidente da AMAI, Gomes (2010) acrescentou: que no início essas organizações eram mais atuantes e estavam voltadas para os interesses da população:

no início essas organizações eram mais atuantes e estavam voltadas para os interesses da população. Com o passar dos anos, percebo que as ações estão em discordância com a prática. A CAMMPI se reúne muito e as idéias não são do mesmo tamanho das ações. Alguns projetos elaborados continuam no papel e precisam ser voltados para a realidade da comunidade, como também para uma maior integração entre os movimentos dos bairros da Península. Falta também diálogo constante dos grupos do APL com as outras instituições comunitárias para fortalecer a luta que é de todos os moradores da Península. (GOMES, 2010)

Na fala da Coordenadora da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Torres (2010), com a implementação de políticas de promoção do APL ampliou-se a possibilidade de apoio aos micro e pequenos empresários e enfatiza:

a premissa básica do Projeto é promover e fomentar a cultura da cooperação entre as empresas, especialmente as de micro, pequeno e médios porte, fazendo com que elas cooperem para competir no mercado, ou seja, é necessário que o segmento esteja mais unido, mais integrado, com uma comunicação linear para ganhar forças e poder competir, tanto no mercado interno quanto no externo. Por exemplo: com o surgimento das Redes Empresariais, as empresas que se uniram em Rede e têm um trabalho em conjunto, hoje consegue alcançar objetivos que individualmente seria inviável, seja pelo custo, pela disponibilidade. Podemos dar o exemplo da compra conjunta, que muitas redes fazem e talvez individualmente fosse mais custoso para o empresário (TORRES, 2010)

Numa questão essencial referente à constatação se o APL conseguiu promover o desenvolvimento local e a revitalização da península de Itapagipe, o Presidente da AMAI, Gomes (2010), critica dizendo que

não dá para enxergar a revitalização e o desenvolvimento da Península. E o que precisamos mesmo é um projeto participativo que resolva os problemas que todos os dias nós enfrentamos de forma traumática: calçadas esburacadas, lixo no chão, falta de transporte, postos de saúde equipado com médicos e medicamentos e ronda policial para dar segurança aos moradores. Isso é o retrato do que acontece no meu bairro e o poder público precisa alterar essa situação se arrasta há anos.

Sob outro prisma, A Coordenadora as Região Administrativa II, Azevedo (2010), avalia os impactos das políticas de promoção do APL

os trabalhos realizados pela CAMMPI e o NAI são participativos e buscam, na sua grande maioria, o desenvolvimento da península na área da educação, saneamento, coleta de lixo e outras necessidades das comunidades locais. A Prefeitura vem desenvolvendo um projeto de revitalização para a região e já começou com a instalação do novo sistema de iluminação da orla, o que vai valorizar ainda mais as características ambientais e culturais da península itapagina.

Questionada sobre a participação do APL na promoção do desenvolvimento local, essa mesma entrevistada reconheceu que existe um esforço grande por parte da CAMMPI e do NAI, todavia existe a necessidade de um maior empenho da comunidade, dos demais órgãos públicos e privados para efetivamente se concretizar os objetivos de todos os atores envolvidos no processo, o que vai promover melhorias revertidas para a comunidade local.

Já sob a ótica de Carreiro (2010), ela inferiu que

não atribuiria unicamente ao APL esta função, pois acredito que a revitalização de Itapagipe e o desenvolvimento local apenas dar-se-ão de forma sustentável, mediante a ação convergente e articulada dos principais segmentos que atuam e/ou residem nessa área.

Moura (2010) declarou que “estamos no caminho. A evidência mais forte se dará com a abertura do condomínio têxtil que, acredito, vem colaborar com esse crescimento e revitalização da península”.

Quanto à possível ação do APL para dinamizar a produção industrial local e a promoção de uma postura proativa do empresariado local, Gomes (2010) afirma categoricamente que

o APL dinamizou a produção industrial local no setor de confecção, mas ainda não se deu na medida do esperado e, principalmente, não conseguiu absorver ou envolver os grupos associativos de trabalho do ramo, constituídos por pessoas de mais baixa renda. A postura proativa do empresariado local se deu muito mais em benefício do seu próprio segmento.

Sobre o mesmo assunto, Moura (2010) acredita nesse dinamismo efetivo e refere o seguinte

um exemplo prático disso foi o retorno dos associados ao nosso sindicato e a reunião de várias empresas em rede, além da participação dos editais do BID, onde o nosso setor teve grande destaque.

Por outro lado, Torres (2010) acrescentou ao tema em pauta várias ações

de cooperativismo e associativismo, seminários, palestras e *workshops* de mobilização e sensibilização empresarial para fomentar a cultura da cooperação entre as empresas do mesmo setor, ações voltadas para a formação e fortalecimento da Governança dos APL; capacitações técnicas e empresariais em empreendedorismo e liderança.

Para Rabelo (2010)

as micros e pequenas empresas entenderam a necessidade de se agruparem para se fortalecer e se tornar competitivas no segmento. Porém, o projeto hoje abrange dois núcleos, o da Região Metropolitana de Salvador e o de Feira de Santana.

Essa representante do SEBRAE diz nesse estudo que a estruturação do APL de Confecções da rua do Uruguai teve como objetivo estabelecer e desenvolver projetos de aprimoramento empresarial com a prática de novos estilos administrativos, modernos e fomentadores de geração de meio de sobrevivência, renda e condição de vida, lado a lado no estabelecimento de parcerias com a

iniciativa privada, as comunidades locais e as instituições públicas.

Outro ponto importante são as relações de cooperação e confiança entre os diversos agentes articuladores e indutores do APL e devem ser estimuladas, uma vez que possibilitam às empresas encontrar soluções coletivas e criar novos meios e novas políticas para harmonizar o desenvolvimento econômico e social.

Portanto, os discursos dos principais agentes que integram o APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador revelam que ainda não existe mobilização para agir de forma harmônica, em benefício do estímulo à confiança e cooperação entre os atores envolvidos e que produzam efeitos no desenvolvimento local.

7. CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou que, ao longo da história, a região da península itapagipana fazia parte do desenvolvimento da cidade de Salvador e o seu crescimento se deu no decorrer do século XIX, com a urbanização da península de Itapagipe que, desde a sua ocupação, se configurou como área residencial; depois, passou a ter *status* de sede das indústrias baianas. Sua história revelou ainda que Itapagipe destacou-se no assentamento da maioria das indústrias, por estar isolada do continente e, dentre outros, pela existência da água e disponibilidade de terrenos planos e baratos, ou seja, a área da península atendia a todos os requisitos para a instalação de fábricas. Assim, no final do século XIX, tornou-se a primeira zona industrial da cidade.

A proposta de Arranjo Produtivo Local de Confecções (APL) de aproveitar as sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais pode ser considerada como uma ferramenta de conexão e parceria mútua interna para fortalecer, especialmente as micro, pequenas e médias empresas e promover o desenvolvimento local.

Ao alinharmos os dados obtidos na pesquisa junto aos objetivos propostos, no que tange à cooperação, foi possível constatar que, através a implantação do APL de Confecções da rua do Uruguai, as micro e pequenas empresas conseguiram superar, em parte, as suas debilidades estruturais em aglomerações de empresas, em virtude de três elementos essenciais que são o associativismo, a confiança e a cooperação existente entre os agentes que compõem o APL.

Verificou-se que o Sebrae é percebido como o órgão mais atuante na gestão estratégica do arranjo e que promove cursos de capacitação e qualificação, além de interferir na introdução de um novo *design*, considerado como item de inovação pela maioria das empresas entrevistadas.

A contribuição das instituições nas formas de coordenação e estabelecimento de redes e ligações é frágil. A pouca interação das empresas com as universidades, associações e cooperativas locais compromete as ações de promoção do desenvolvimento local.

É importante ressaltar que a conscientização e intensificação da cooperação entre os agentes, visando à diferenciação do produto e ao aumento da competitividade das micro e pequenas empresas, são pilares das políticas públicas que devem fortalecer o APL como instrumento de desenvolvimento local.

Entretanto, a partir da reconfiguração territorial do APL de Confecção da rua do Uruguai – denominado APL de Moda do Estado da Bahia – e da instituição dos Núcleos de Feira de Santana e Região Metropolitana de Salvador, o qual abrange os municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila e Simões Filho, percebe-se que várias das empresas, que fazem parte do núcleo do arranjo, se situam além da fronteira do bairro, o que gerou uma fragmentação do modelo inicial do projeto e a desarticulação dos órgãos que integram o arranjo.

Deve-se observar que esse novo foco significa uma mudança no desenho nas políticas públicas. Os efeitos da reestruturação produtiva do Arranjo Produtivo Local de Moda da Região Metropolitana de Salvador são evidenciados no resultado da pesquisa. O perfil do APL é composto por micro e pequenas empresas e o segmento de maior predominância é o do setor vestuário. Registra-se a instalação de poucas empresas no bairro do Uruguai, o que demonstra que não houve aproveitamento das vocações naturais pertencentes a essa região que já foi caracterizada, principalmente, pela formação de polo industrial.

A pesquisa, ao analisar o total de postos de trabalho gerados pelo APL, constatou que a maioria das empresas conserva relações formais com seus funcionários e existe pouca sazonalidade. O quadro da mão de obra é formado predominantemente pelo sexo feminino, que está inserida na faixa etária de 25 a 34 anos e possui o ensino médio completo. A remuneração salarial dos empregados do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador está concentrada na faixa de 1 a 2 salários mínimos, o que é considerada baixa.

A qualidade da mão de obra local foi destacada como um dos fatores determinantes na produção e gerenciamento das empresas do APL de Moda. Entretanto, a pesquisa revelou que mais da metade dos empregados formais do arranjo não reside na península, o que evidencia que o projeto não consegue envolver a maior parcela da população local.

Dentre as principais vantagens apontadas pelas empresas, por estarem inseridas no arranjo, o item que obteve melhor avaliação foi a existência de programas de apoio e promoção ao APL. Em relação à institucionalidade do arranjo,

constatou-se que a maioria está vinculada ao sindicato do setor e este vem incentivando a participação em feiras de exposições dentro e fora do Estado da Bahia.

Em relação às políticas públicas de fomento ao APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador, a concessão de crédito foi mencionada como importante para aumentar a capacidade de competitividade das empresas. Verificou-se que a maioria dos empresários já utilizou esses incentivos financeiros para investimentos em bens de capital. A crítica apontada em relação à oferta de crédito e financiamento destinados às micro e pequenas empresas é que são muito caros, reduzidos e de acesso difícil em função da burocracia exigida pelas instituições financeiras.

Ficou evidenciado, na pesquisa de campo, que o novo formato de organização de redes de cooperação, os novos padrões tecnológicos e as inovações na estrutura produtiva influenciam as políticas que orientam as relações e formas de dominação da península. As entrevistas constatam a desarticulação do APL com a sociedade e esta evidência é retratada a partir da consolidação dos resultados da pesquisa de campo que permitiu a leitura do pensamento de cada um dos entrevistados que, de longa data, estão envolvidos no processo. Se de um lado alguns encontram apenas pontos positivos, os dados levantados pelos questionários mostram em larga escala que o inverso também foi apontado, no sentido que o APL de Moda pouco tem contribuído para o desenvolvimento local.

É importante ressaltar que as diretrizes do APL, desde a sua concepção, enfatizam o papel da indústria na península de Itapagipe como ator do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, a pesquisa deixa claro que o APL de Moda do Estado da Bahia, objeto desse estudo, favorece o crescimento das micro e pequenas empresas, mas ainda não possui em sua identidade a cooperação de moradores que venha a promover a articulação entre os atores econômicos e a sociedade e, conseqüentemente, a revitalização da península de Itapagipe.

Frente a essas considerações, fica como sugestão a realização de estudos com temas transversais ao APL, inclusive de formas multidisciplinares, que enfoquem as relações entre os agentes de desenvolvimento para a apreensão das contradições e articulações, a saber: Estado e Sociedade Civil; Precariedade e Organização Familiar; Transformações Territoriais e Compromissos Sociais que abrangem o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristina Maria Macedo de; SCHWEIZER, Peter José. (Org). **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. São Paulo: Alínea, 2008.

ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. **REDES - Revista do Desenvolvimento**, Santa Cruz do Sul, v. 12, nº 2, p. 109-126, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/editora/publicacoes/revista/htm>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, nº 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART_1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2010

_____. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: CASTRO, Ana Célia (Org.) **Desenvolvimento em debate**, painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: BNDES, 2002

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Açúcar amargo: a construção dos engenhos na Bahia oitocentista**. 1994. 272 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

AZEVEDO, Margarida. Depoimento. [jun: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (24:00 min).

BALBI, André Luís de Lacerda. **Caracterização do Arranjo Produtivo Local de confecções da Rua do Uruguai**. Salvador: SEBRAE, 2003

BAHIA. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Decreto nº 10.431. de 24 de agosto de 2007**. Institui o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Bahia – NE-APLs/BA e dá outras providências. Disponível em: <www.ba.gov.br> Acesso em: 19 de junho de 2009.

BAHIA, Governo do Estado. CONDER. **Base Cartográfica do quadro ambiental da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 2002.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Plano estratégico da Bahia**. Salvador: Secretaria do Planejamento, 2003.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNB/Departamento de Produtos, 2004.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/d076.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo; a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARBOSA, Gilcinéa. Depoimento. [jul: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (20:00 min).

BOISIER, Sérgio. **Planejamento de políticas públicas; em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Santiago do Chile: ILPES, 1996.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais**. 2006. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/>>. Acesso em: 11 set. 2009.

BUARQUE, Cristovam. Ignacy Sachs: o professor humanista para o século XXI. In: SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 11-28.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CALMON, Jorge. Itapagipe ainda guarda encantos do antigo bairro. **A Tarde**, Salvador, 29 mar. 1983. Caderno de Turismo, p.3.

CARDOSO, Luis Antônio Fernandes. **Entre vila e avenidas: habitação proletária em Salvador, na Primeira República**. 1991. 201 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

CARREIRO, Rita Amália. Depoimento. [jul: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (19:00 min).

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena; MACIEL, Maria Lúcia (Comp.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe. **Plano referencial de desenvolvimento sustentável da península de Itapagipe (PRDI)**. Salvador: [s.n.], 2008.

DORÉA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: EDUFBA, 2006.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **Perfil da indústria de confecções na Bahia**. Salvador, 1995. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/sistema/home/default.asp>>. Acesso em : 11 set. 2009.

FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Salvador nos postais**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1999. (digitado).

FLEXOR, Maria Helena Ochi; TAVARES, Hermes Magalhães; CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. A antiga indústria de Itapagipe: possibilidades de sua reconversão. **Relatório FAPESB**. Salvador: UCSal, 2007. (digitado).

GOMES, Roque. Depoimento. [jun: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (22:00 min).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística 2000**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 set. 2009.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/default.asp>> . Acesso em: 12 jan. 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE MARKETING INDUSTRIAL. **Pesquisa da indústria do vestuário no Brasil: dezembro 1990 a janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.iemi.com.br/qd_top_princ.asp> . Acesso em: 18 set. 2009.

LABAP - Laboratório para o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. **Relatório técnico sobre desenvolvimento do setor de sisal na Bahia**: análise transversal baseada em políticas para Inovação. Salvador: LABAP, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira das índias**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LASTRES, Helena; SZAPIRO, Marina. **Novas políticas na era do conhecimento**: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MACHADO, João Guilherme Rocha. **O desenvolvimento econômico e as Nações Unidas**: uma análise da atuação do PNUD. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MALUF, Rosemma Burlacchini et al. **Programa de desenvolvimento do APL de confecções**; rua do Uruguai e entorno. SEBRAE, Salvador, 2005.

_____. **Programa de requalificação da península de Itapagipe e seu entorno**. Salvador: SEBRAE, Salvador, 2003.

MALUF, Rosemma. Depoimento. [jul: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (45:00 min).

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clério Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 225-238.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica**. ILDES – Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 2001

MOURA, William. Depoimento. [jun: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (22:00 min).

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NAI - Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe. Relatório. In: ENCONTRO ANUAL DO FÓRUM de Desenvolvimento Sustentável da península de Itapagipe, 3, **Anais**, Salvador. 2002. p. 15-19.

PEDRÃO, Fernando. **Formação histórica e perspectivas do ambiente social em Salvador**. Salvador: UFBA/Prefeitura Municipal de Salvador, 1995.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1986.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de desenvolvimento urbano humano da Região Metropolitana de Salvador**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/index.php>. Acesso em: 5 fev. 2010.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. **A Gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador**. 2005. 624 f. Tese (Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2005.

RABELO, Christiane. Depoimento. [jun: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (18:00 min).

RAFFESTIN, Cloude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. 2005. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist.br>> . Acesso em: 16 jan. 2010.

RUY, Afonso. **História política e administrativa da cidade de Salvador**. Bahia: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Álbum de lembrança da exposição iconográfica e bibliográfica bahiana**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1951.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **EPUCS: uma experiência de planejamento urbano**. Salvador: PLANDURB, 1976.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização**. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO, José Luis Pamponet. **A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973**. 1975. 321 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

SANTOS, Milton. **O País distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. Salvador: UFBA, 1959

SANTOS, Denise Maria de Jesus; SILVA, Margareth Duarte Sales da. Evolução das políticas de limpeza urbana na organização do espaço de Salvador. **Enciclopédia Biosfera**, nº 1, 2005. Disponível em: <www.biosfera.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2010.

SANTOS, Elisabete et al. **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Record, 2001.

SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: EGBA, 1998.

SCHWEIZER, Peter José (Org.). **Planejamento participativo na reestruturação urbana**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

SECTI - Secretaria de Ciências Tecnologia e Inovação da Bahia. **Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial, Salvador**, 2005. Disponível em: <http://www.secti.ba.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 09.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Interagir para competir**: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília/DF: Sebrae; Finep; CNPq, 2002.

_____. **Termo de referência para atuação do Sistema Sebrae em arranjos produtivos locais**. 2003. Disponível em: <www.tci-network.org/.../Termo_de_Referencia_p_Atua_do_Sistema_SEBRAE_em_APL.pdf> Acesso: 13 dez. 2009.

SILVA, Jorge Antonio Santos. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo do polo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 17, p. 5-23, jan. 2006.

_____. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em *cluster*. 2004. 480 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo; SILVA, Bárbara Cristine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2006.

SILVEIRA, Caio Márcio. **Desenvolvimento local**: marcos conceituais e históricos. 2005. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>>. Acesso em: 19 nov. 2009.

_____. Métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. In: _____; REIS, Liliane da Costa. **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégicas. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001, p. 31-42.

SINDVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário da Bahia. Disponível em : <<http://www.sindvestbahia.com.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

SOARES, Marcos Vicente Ribeiro. **Responsabilidade social e a comunidade em rede**: uma análise da atuação da CAMMPI e NAI na península de Itapagipe. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2008.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século 20. Salvador: EDUFBA, 2000.

STELLING, Webber. **Indústria têxtil na Bahia**: o apogeu no século XIX e tendências atuais, 2007. Disponível em:

<http://desenbahia2007.nitro71.com.br/recursos/news/video/%7BFA3F2072-1B70-46DD-8F4D-FDB4DC4A1C3B%7D_Artigo_10.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E ORDENAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO. **Mapas das regiões administrativas dos municípios**, 2007.

Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/media/6093/mapa09.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL.

Áreas industriais e distritais sobre a jurisdição da SUDIC. 2010. Disponível em: <<http://www.sudic.ba.gov.br/infranew.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Governança de sistemas de MPME em *cluster* industriais. set 2002. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Suzigan.PDF>. Acesso em: 2 dez 2009.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações industriais: avaliação e sugestões de políticas. In: **Futuro de Indústria**: oportunidades e desafios, a reflexão da universidade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Instituto Euvaldo Lodi, 2001. p. 49-67.

TAVARES, Hermes Magalhães; CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. **A antiga indústria de Itapagipe**: possibilidades de sua reconversão. Salvador: UCSal, 2007. (digitado).

TAVARES, Hermes Magalhães. **Origens e evolução do planejamento territorial na França**. Rio de Janeiro: IPPUR; UFRJ, 1996.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo:Unesp, 2001.

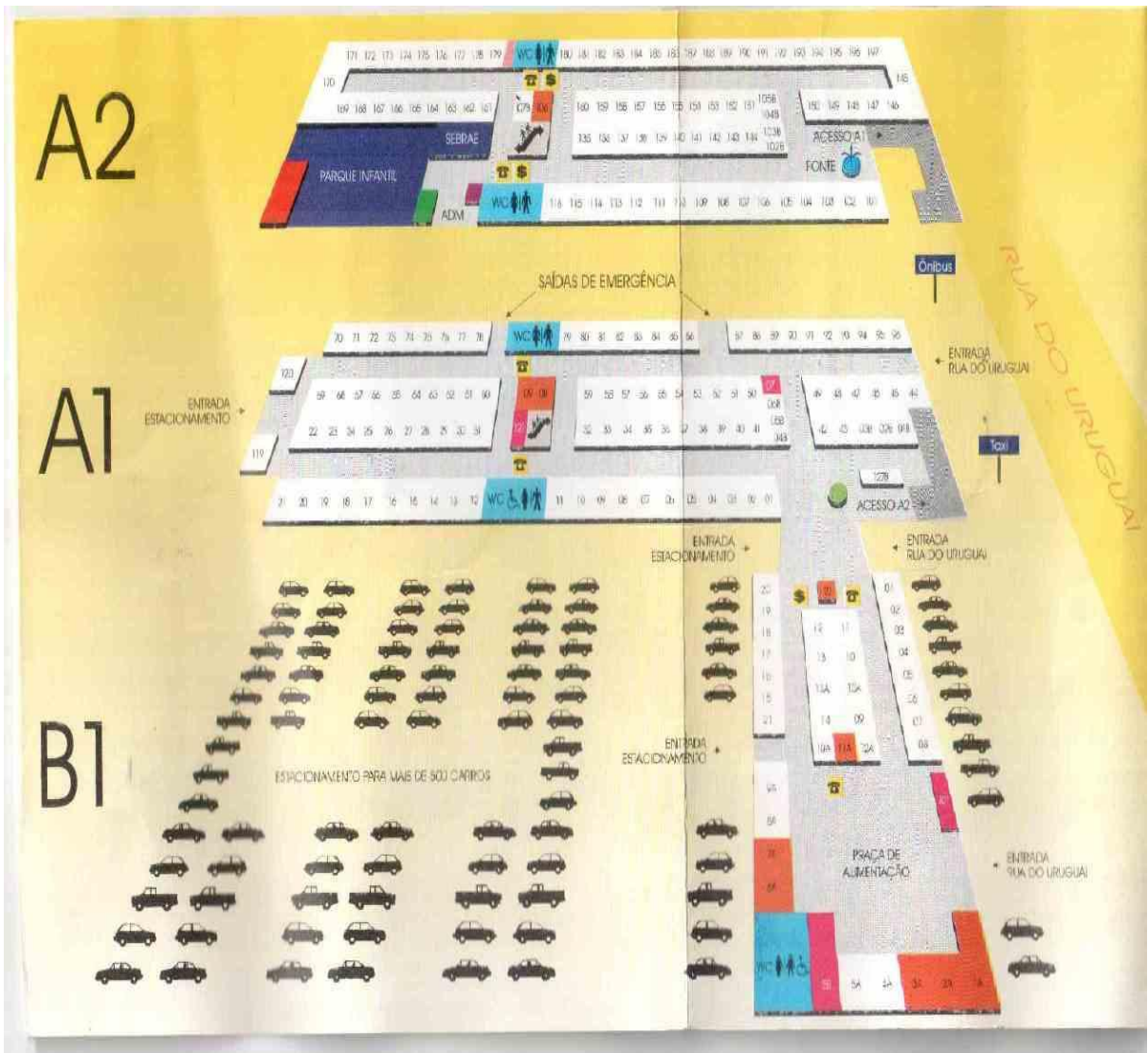
TORRES, Tatiana. Depoimento. [jul: 2010]. Entrevistadora: Maria Marineide de Sousa. Salvador. Gravação Digital. (23:00 min.).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549 – 1999). Ilhéus: Editus, 2002.

VÁSQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos da globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1: LAYOUT DO SHOPPING BAHIA OUTLET CENTER



ANEXO 2: LOJAS DO SHOPPING BAHIA OUTLET CENTER



Onde a moda
não custa caro.

B1 = BLOCO EM QUE ESTÁ SITUADO A PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

A1 = TÉRREO

A2 = 1º PISO

Esp aço	Nº BOX	L oc al	Nome Fantasia	Mix
Loja	32/33	A 1	ABELHINHA E ABELHUDOS	Moda Infanto-Juvenil
Box	1	A 1	ACERTE LOTERIAS	Casa Lotérica
Loja	124/ 131	A 2	AGÊNCIA SEBRAE	Serviço
Loja	030/61/ 62	A 1	AGUA MARINHA	Bijuterias, acessórios
Loja	2	A 1	AMOSTRA GRÁTIS	Moda Feminina
Loja	3	B 1	ANA LAURA	Moda Praia
Loja	109 a 110	A 1	ANNE VISUAL FASHION	Salão de Beleza
Loja	9	B 1	AROMA & CIA	Perfumaria/ Cosméticos
Lanc .	12-A	B 1	AROMA & CIA	Perfumaria/ Cosméticos
Box	106	A 2	AROMA DE CAFÉ	Lanchonete
Loja	5-B	B 1	ARTE MODULAR	Móveis
Loja	84	A 1	BABY LÚ	Moda Infantil
Loja	5 a 7	A 1	BAGATELLE	Moda Feminina
Loja	17	B 1	BALÃO MÁGICO	Moda Infantil
Loja	80	A 1	BARBARA	Confecções
Loja	177/ 178	A 2	BEAUTY BAHIA	Salão de Beleza
Loja	25	A 1	BELLA'S	Moda Feminina

Loja	16	A 1	BELKORT	Moda Feminina
Loja	95	A 1	BIG PLANET	Moda Masculina e Tamanhos Especiais
Loja	53/54	A 1	BRILHO DO SOL	Moda Feminina
Loja	10-A	B 1	CACISS MODA	Moda Feminina
Loja	15	B 1	CANAL DO ESPORTE	Artigos Esportivos
Loja	180 a 183	A 2	CAMPOS INFORMATICA	Ensino de Informatica
Lanc .	11-A	B 1	CASA DOS SUCOS	Lanchonete
Loja	126	A 2	CAT	Consultórios Médicos
Loja	166 a 175	A 2	CAT	Consultórios Médicos
Loja	56	A 1	CAUISA	Moda Feminina
Box	009	A 1	CENTRAL DO LANCHE	Lanchonete
Loja	193	A 2	CONDER	Planejamento e Consultoria
Loja	101/10 2	A 2	CONTER ATTACK	Serv.de Eletr.de Inform. E afins
Loja	141	A 2	CONTER ATTACK	Manutenção de Micro
Loja	29	A 1	CORPO PERFEITO	Moda Íntima / Lingerie
Loja	10	A 1	DENGO	Moda Infantil
Loja	144	A 2	DRAGON´S GAMES	Venda e Assistência Técnica de Eletrônicos
Loja	20	B 1	DIMULHER	Moda Feminina
Loja	44 a 46	A 1	EGGOS	Calçados
Loja	162 a 164	A 2	EMBASA	Empresa Baiana Abast. E Saneamento
Box	5/6	A 1	EMME ELLE Presentes	Presentes / Brinquedos
Loja	161	A 2	ESMERALDA	Bijuterias, Acessórios
Loja	77/ 78	A 1	ENXOVAIS E PRESENTES	Roupa de cama mesa e banho
Loja	139/ 140	A 2	EXTRAVAGANZA	Aluguel de roupas
Loja	19	B	ESSENCIAL BOLSAS	Artigos de Couro / Bolsas

		1		
Loja	20	A 1	EXCLUSIVY	confec. Feminina, acessórios, reformas, fardamento e roupa sob medida
Loja	17 a 19	A 1	FAVO DE MEL	Artigos para Bebê
Loja	26/27	A 2	FILADÉLFIA	Moda Infanto- Juvenil
Lanh	5A	B 1	FONTE DE LUZ	Presentes e Embalagens
Lanc	1-A	B 1	FORNO E FOGÃO	Restaurante
Loja	74/75	A 1	FLOR DO PÉ	Calçados
Loja	135	A 2	GABRIELAS	Venda e Aplique de cabelo
Loja	71/72	A 1	GLOW REEF	Moda Surf-Wear
Lanc	2-A	B 1	GOLDEN GRILL	Restaurante
Lanc	3-A	B 1	GOLDEN GRILL	Restaurante
Loja	42/43	A 1	HABTAT	Moda Praia
Loja	113	A 2	HANNAH FESTAS	Aluguel de Roupas Feminina
Loja	13A	B 1	HEIVY	Moda Unissex
Loja	179	A 2	HN INFORMATICA	Serviços e Produtos de Informatica
Loja	149/ 150	A 2	HM AUTOMOÇÃO	material de sistemas de informática e venda
Loja	83	A 1	IMPORTADORA DE BOLSAS INTERPRISE	Bolsas
Loja	59	A 1	INTIMMUS	Moda Intima
Box	2	A 1	JC RELOJOARIA	Relojoaria / Chaveiro
Loja	92/93	A 1	JULIANA MEDEIROS	Moda praia e lingerie
Box	4	A 1	KARI & CIA	Camisetas promocionais
Loja	96	A 1	KELLY FOTO	Art. Fotografia
Loja	39	A 1	KILT	Moda Feminina
Loja	103	A 2	LA BELLA NOIVA	Aluguel de trajes

Loja	104	A 2	LA BELLA NOIVA	Aluguel de trajes
Loja	38	A 1	LATITUDE	Moda Masculina
Loja	51/52	A 1	LENAS FASHION	Moda Feminina
Loja	63	A 1	LN MODAS	Moda Feminia e Infantil
Loja	24	A 1	LOFT FASHION	Moda Feminina
Loja	6	B 1	LOPES ARAÚJO	Moda Feminina
Loja	5	B 1	LOPES ARAÚJO	Moda Feminina
Loja	081	A 1	LUANY CONFECÇÕES	Moda Íntima / Lingerie
Loja	82	A 1	LUANY CONFECÇÕES	Moda Íntima / Lingerie
Loja	86	A 1	LUART	Moda Feminina
Loja	28	A 1	LUCK & VEL Moda Íntima	Moda Íntima
Loja	5	B 1	LUXUS NILDA ANDRADE	Moda feminina
Loja	22	A 2	LYUS	Moda Unisex
Loja	23	A 2	LYUS	Moda Unisex
Loja	68	A 2	LYUS	Moda Unisex
Loja	69	A 2	LYUS	Moda Unisex
Loja	136	A 2	MÁRCIA FERNANDA	Aluguel de Roupas de Noivas
Loja	36/55	A 1	MARCIA'S	Moda Feminina
Loja	7/8	B 1	MAFER	Moda Feminina Tamanho Especial
Box	10	B 1	MARIA E MARIA	Lanchonete
Loja	21	B 1	MARIA FLOR	sandálias tipo melissa, havaianas, ipanema
Loja	64	A 1	MAX LIFE	Suplementos alimentares
BOX	127	A 1	METAL FASHION	Aces. / Bijouterias / Peças p/ montagem de bijoux
Loja	21	A 1	MIG	Moda Feminina

Loja	13-A	B 1	NAYD'S CRIAÇÕES	Moda Feminina
Loja	14	B 1	NAYD'S CRIAÇÕES	Tamanhos Especiais
Loja	14-A		NANY	Aluguel de trajes para festa
Loja	60/31	A 1	NICOBOX	Moda masculina e feminina
Loja	10	B 1	NILDA ANDRADE	Moda feminina
Loja	87 a 89	A 1	NOSTRA	Tamanhos Especiais / Moda Gestantes
Loja	145	A 2	NÚCLEO ODONTOLÓGICO	Consultório Odontológico
Loja	198	A 2	NÚCLEO ODONTOLÓGICO	Consultório Odontológico
Loja	90	A 2	O BOTICÁRIO	Perfumaria / Cosméticos
Loja	91	A 2	O BOTICÁRIO	Perfumaria / Cosméticos
Loja	142	A 2	OCASIÕES	Aluguel de Roupas de Noivas
Loja	11	A 1	ÓTICA VITAL	Ótica
Loja	13	A 1	PAPELARIA LÁPIS DE COR	Papelaria
Loja	14	A 1	PAPELARIA LÁPIS DE COR	Papelaria
Loja	19	A 1	PEKENOS BABY	Artigos para Bebê
Loja	49	A 1	PLANET BLUE	Moda Masculina
Loja	186 a 188	A 2	PH DENT	Clinica Odontologica e Serviços Afins
Lanc .	6-A	B 1	PHARMACIA BIOETHICA	Farmácia de manipulação
Loja	120	A 1	PHAROS	Artigos de couro / Bolsas / Calçados
Loja	114/ 115	A 2	POLLY NOIVAS	Aluguel de Roupas de Noivas
Loja	76	A 1	PÔR DO SOL	Moda Feminina
Loja	3/4	A 1	QUEEN	Moda Feminina
Loja	37	A 1	REPÚBLICA DOS PÉS	sandálias tipo melissa, havaianas, ipanema
Loja	34	A 1	REPUBLICA DOS PEZINHOS	Calçados Infantil
Box	3	A	REVISTARIA E CIA	Revistas, livros e jornais

		1		
Loja	138	A 2	RISCO DE GIZ	Aluguel de Roupas Masculina
Loja	0/02	B 1	SAFARI	Artigos de Couro e Calçados
Loja	152 a 155	A 1	SAGRADA FAMÍLIA	Consultório Médico
Lanc .	8-A	B 1	SAPARAZZO	Artigos de couro e Calçados
Lanc .	9-A	B 1	SAPARAZZO	Artigos de couro e Calçados
Lanc .	10-A	B 1	SAPARAZZO	Artigos de Couro e Calçados
Lanc .	7-A	B 1	SAPARAZZO	Artigos de Couro e Calçados
Loja	15	A 1	SARA'S	Moda Feminina
Loja	70	A 1	SEMPRE ATUAL	Moda Feminina
Loja	40	A 1	SIX ALGO MAIS	Artigos de couro / Bolsas / Calçados
Loja	50	A 1	SKE EXTRAVAZA	Moda Feminina
Loja	1	A 1	SPECIAL	Moda masculina e feminina
Loja	119	A 1	SO BEAUTYFUL HAIR	venda de cabelos para aplique
Loja	105	A 2	SORRIDENTE	Consultório Odontológico
Loja	137	A 2	STYLLO FASHION	Aluguel de Trajes Finos
Box	102 a 105	A 2	STREET POINT	Surf Wear Unissex
Loja	12	A 1	TALUSE	Moda Feminina
Loja	37	A 1	TOK FINAL	Moda Feminina
Loja	64 a 67	A 1	THE FASHION	Moda Unissex
Loja	11	B 1	TRAMPOLIM	Moda Unissex
Loja	11A	B 1	TRAMPOLIM	Moda Unissex
Loja	12	B 1	TRAMPOLIM	Moda Unissex
Loja	12A	B 1	TRAMPOLIM	Moda Unissex
Loja	13A	B 1	TRAMPOLIM	Moda Unissex

Loja	35	A 1	TRÊS IRMÃS	Moda Unisex
Loja	41	A 1	TROPYSTONE MODAS	Moda Feminina
Loja	79	A 1	VILANDRE	Moda Feminina
Loja	4A	B 1	VIVO/STOP CEL	Serviços
Loja	18	B 1	YZARRO	Artigos de Couro e Calçados

ANEXO 3 - MAPEAMENTO COMÉRCIO DA RUA DO URUGUAI

N.º	LADO DIREITO	N.º	LADO ESQUERDO
17	Fibra Quimica		Logo na Esquina BAR da Esquina após o MAX
19	Mercearia	22	Coisinha de Moda
21	Master Supletivo	24	Banca de Jogo de Bicho e Venda de Água Mineral
23	Farmácia Santana	26	Caliupat Embalagens
25	Impacto Salão de Beleza	26A	Lilas Modas
27	Poly Jet - Qualidade em Recarga	26B	Loja de Roupas - Sem Identificação
29 a 43	Comercial GERDAU	28	Recanto do Suzarte Restaurante
45	Casa	30	Bomboniere Adonai
47 a 49	Comercial Uruguai - VHP Comercial Ltada	32	NINART's
51	FLOMAD Madeireira - Desativada	travessa Manoel Wenceslau	
79	Restauração de Móveis Usados - Sem Identificação	36	Salão de Beleza - Pequeno
468	MAX Materiais de Construção	38	Hort Frut - Sem Identificação
83	Salão do Automóvel	42	Mercadinho - Sem identificação
85	Varejão das Cores	94	Camilo Som
103	ABC Distribuidora de Produtos para Industria Gráfica	96	Salão de Beleza - Pequeno
109	MB Assessoria Contábil	100	Carne na Brasa - Churrascaria
113	Centro Espírita Luz de Assis	102	Salão de Beleza - Pequeno
115	Wellitec Informática	104	Restauração de Móveis Usados - Sem Identificação
117	O Barateiro Material de Construção	108	Realce Rações
avenida sem identificação		110	Barzinho
127	Mil Modas	112	Bar e Restaurante Leão dos Mares
129	Casa TUKANO - Desativada	114	Loja de Capacetes - Sem Identificação
139	Beco - Shalon Salão Recanto da Beleza	118	Kitanda do Marceneiro
141	Igreja Internacional da Graça de Deus	120	ASTECA - Assistencia Técnica
143	Eletronica	122	Conserto de TV
145	Bar e Restaurante CHÁ CHÁ CHÁ	rua Barros Machado	
147	Loja de Miudezas - Sem Identificação	126	Farmácia - Sem Identificação

153	Igreja Universal	130	Bar
163	Bar	130A	Mercadinho Q´Frios
165	Kleuza Bijouteria	132	Bar
	Ótica KARIS	138	Jefferson Calçados
	Livraria GOSPEL	144	Comercial de Miudezas Diversas
179	Frios e Paladar - Uma Portinha	148	Salão de Beleza - Pequeno
181	Jogo de Bicho	166	ART & SIGN - Fantasias Artigos para Presente e Papelaria
183	Nova Opção Bet Vest	170	Washington Corretor de Imóveis
185	Becauty Center Salão	174	Seu Pedro restaurante
187	Casa de Carne EDU	176	Gráfica - Sem Identificação
193	Loja de Miudezas - Sem Identificação	184	Lan House e Cia
197	Mercadinho - Sem Identificação	186	Bar
199	Produtos de Beleza	188	HIPER BOI
201	Hiroshina Special Girl	188A	Alta Bahia Madeiras e Ferragens
203	loja de Sapatos - Sem Identificação	753	BAHIA AOUT LET CENTER
205	NANDA Bijuterias	S/N	Escola Estadual Solange Hortélio Franco
rua sem identificação		821	TODO DIA Supermercado
209	Padaria e Panificadora - Sem Identificação	218A	Bolsas e Acessórios
213	HJOKACEL Telecomunicações Ltda	220	Oficina de Carros
215	Rações e Cia	224	Nova Opção KID´S
217	atraente Cabelo e Estética	226	Mar BIKE
221	Restaurante Estrela	228	Degrau da Moda
229	Loira Fashion Hair	rua da Brasilgas	
231	Escola ABCedário do Saber	232	Mercadinho "Novo"
227A	Peças e Acessórios para Bikes	234	Farmácia Pronto Socorro
239	Estrela Salão de Beleza	236	Farmácia Sagrado Coração de Jesus
241	Delicias do Bairro Pizzaria	238	Barbearia Pequena - Banca de Jogo de Bicho
253	Pequena Barbearia	240	Casa de Carne São Matheus
273	Sociedade 28 de Agosto	rua sem identificação	
281	ELLEN Fábrica de Festa e Banca de Jogo de Bicho	242	Depósito de Material de construção
287	centro Estético Naturalle	244	Loja de Roupas - Sem Identificação
289	Salão de Beleza Glitter	246	Bar e Restaurante PARADA OBRIGATÓRIA
293	INFORART´s Lan House	262	Bar e Restaurante
295	Salão de Beleza FASHION	264	Conserto de Sapatos, Som e

			Sombrinhas - Vende Roupas Também
rua Paulo Rebouças		268	Igreja Poder Celestial
315	igreja Evangelica Dom de Deus		JR Capoteiro
319	Salão de Beleza - Barbearia e Balby	272	Gilson Barbearia - Pequena
335	Bar e Restaurante		LAVA JATO
355	Pequena Loja de Bolsa e Calçados - Uma Garagem	302	NK - Via Embratel
357	Lojinha de roupas Feminina	308	Restaurante sem identificação
361	Lojinha de roupas Feminina	312	Escolinha MORIÁ
367	Oficina de Automóvel	312A	SHALON - Essenciais Nacional e Importados
369	Nova Bahia Automotiva - Desativada	316	Salão de Beleza VAL
371	Barzinho	332	Salão de Beleza " É a força da Vida"
S/N	TYKA e TAY Calçados e confecções	rua Paulo Rebouças	
385	Igreja Batista do Uruguai	376	S&A Comércio e Serviços de informática
387	GG Calçados e Confecções	382	Centro Educacional ROSA DE SHAROM
391	Material de Construção - Sem Identificação	390	ZIPN'T Lan House
401	Vbarbearia "O BUNITOL"	398	Armarinho Fé em Deus
403	Belezura Salão de Beleza	400	Educandário Renascer
	Bar DAÍ e TATI	454	Farmácia Uruguai
		458	Mercadinho SANTOS
		460	Barzinho - Garagem
		468	Barber ROBBY - Manutenção de computadores
			Nova numeração quase final de linha rua Direta
		10	Lanchonete - Pequena
		6	Assembleia de Deus
			Posto Comunitário de Saúde Milton Santos

ANEXO 4: QUESTIONÁRIO

I. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Prenome, sobrenome (opcional):

2. Contatos: Telefone (opcional) _____ E-mail: _____

3. Profissão: _____ Função: _____

II. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. Razão social: _____

2. Endereço: _____

3. Ano de criação: _____ Código do setor: (CNAE) _____

4. Tamanho da empresa:

() micro

() pequena

() média

() grande

5. Segmento de atividade principal:

() confecção de roupas íntima, blusas, camisas e semelhantes

() confecção de peças de vestuários (exceto roupas íntima, blusas, camisas)

() confecção de roupas profissionais

() moda praia/*fitness*

() fabricação de acessórios do vestuário

() fabricação de acessórios para segurança industrial e pessoal

() outro. Qual? _____

III. DADOS DE PESSOAL

6. Quantas pessoas trabalham na empresa, **segundo** as relações de trabalho?

() formal n° _____

() informal n° _____

() outros n° _____

7. Existe sazonalidade?

não

sim

Em caso positivo, em quais meses? _____

8. Qual o sexo dos funcionários:

masculino n^o _____ Feminino n^o _____

9. Faixa etária.

de 18 a 24

de 25 a 34

de 35 a 44

de 45 a 54

de 55 a 64

acima de 65

10. Nível de escolaridade dos empregados:

sem instrução formal

fundamental incompleto

fundamental completo

médio incompleto

médio completo

técnico incompleto

técnico completo

superior incompleto

superior completo

pós-graduação

11. Quantos moram na península?

n^o de moradores _____ Nenhum

12. Qual a média salarial dos empregados?

1 a 2 salários mínimos

2 a 5 salários mínimos

5 a 10 salários mínimos

10 a 20 salários mínimos

Acima de 20 salários mínimos

13. Sua empresa efetuou atividades de treinamento e capacitação de recursos humanos nos últimos três anos? Se positivo, indique o grau de importância utilizando a seguinte escala:

0 = não relevante 1 = baixa 2 = média 3 = alta

Atividades	Grau de importância
Treinamento na empresa	(0) (1) (2) (3)
Treinamento em cursos técnicos realizados no APL	(0) (1) (2) (3)
Treinamento em cursos técnicos fora do APL	(0) (1) (2) (3)
Estágios em empresas fornecedoras ou clientes	(0) (1) (2) (3)
Capacitação para participar de eventos/feiras	(0) (1) (2) (3)
Participação em seminários promovidos por universidades	(0) (1) (2) (3)
Curso de capacitação promovido pelo SEBRAE	(0) (1) (2) (3)
Outros (). Citar _____	

IV. PRODUÇÃO E MERCADO

14. Qual a capacidade produtiva peça / ano da sua empresa?

- () até 10.000 peças/ano
- () de 10.000 a 20.000 peças/ano
- () de 20.000 a 30.000 peças/ano
- () de 30.000 a 40.000 peças/ano
- () Acima de 40.000 peças/ano

15 . Qual a média de faturamento anual da sua empresa?

- () até R\$ 50.000,00
- () de R\$ 50.000,00 a R\$ 100.000,00
- () R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00
- () R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00
- () R\$ 200.000,00 a R\$ 250.000,00
- () R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00
- () R\$ 350.000,00 a R\$ 400.000,00
- () Acima de R\$ 400.000,00

16. Quais as principais dificuldades no gerenciamento e produção de sua empresa?

Identifique-as utilizando a seguinte escala:

0 = não relevante 1 = baixa 2 = média 3 = alta

Dificuldades	Grau de importância
Contratar empregados qualificados	(0) (1) (2) (3)
Produzir com qualidade do produto	(0) (1) (2) (3)
Qualidade matéria prima e outros insumos	(0) (1) (2) (3)
Falta de capital de giro	(0) (1) (2) (3)
Estratégias de comercialização	(0) (1) (2) (3)
Custo da mão de obra	(0) (1) (2) (3)
Nível tecnológico equipamentos	(0) (1) (2) (3)

V. INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO

17. Sua empresa introduziu, nos últimos seis meses, algumas inovações?

- () não
- () sim (se a resposta for sim, marcar com X uma ou mais opções)
- () novas máquinas
 - () novo produto
 - () nova matéria prima
 - () novos acessórios
 - () novo *layout*
 - () novo *design*
 - () outros. Citar _____

18. Quais os principais fatores que contribuíram para sua empresa participar do APL da rua do Uruguai?

- () fortalecimento da estrutura empresarial;
- () incentivos fiscais;
- () fortificação associativa ou cooperativista
- () maior capacitação profissional e capacidade técnica;
- () oportunidade de geração de novos negócios;
- () linhas de créditos e outras formas de investimentos
- () apoio de agentes institucionais e consultoria técnica
- () outros. Citar _____

19. Sua empresa participa de alguma outra organização coletiva:

- () não
- () sim (Se a resposta for sim, marque qual ou quais os tipos de organização)
- () cooperativa

- associação
- sindicato
- fóruns
- rede social
- outros, Citar _____

VI. ESTRUTURA, GOVERNANÇA E VANTAGENS ASSOCIADAS AO AMBIENTE LOCAL

20. Quais são as principais vantagens que a sua empresa tem por estar integrada no APL? Indique o grau de importância dessa integração, utilizando a seguinte escala:

0 = não relevante 1 = baixa 2 = média 3= alta

Vantagens	Grau de importância
Disponibilidade de mão de obra qualificada	(0) (1) (2) (3)
Baixo custo de mão de obra	(0) (1) (2) (3)
Proximidade com os clientes/consumidores	(0) (1) (2) (3)
Existência de programas de apoio e promoção	(0) (1) (2) (3)
Proximidade com produtores de equipamentos	(0) (1) (2) (3)
Proximidade com os fornecedores de insumos	(0) (1) (2) (3)
Proximidade com os fornecedores de matéria-prima	(0) (1) (2) (3)
Infraestrutura física (energia, transporte, comunicações)	(0) (1) (2) (3)
Disponibilidade de serviços técnicos especializados	(0) (1) (2) (3)
Proximidade com universidades e centros de pesquisa	(0) (1) (2) (3)
Outras. () Citar _____	

21. Sua empresa já esteve envolvida em atividades cooperativas com outras entidades no último ano?

- não
- sim (Se a resposta for positiva, indique os agentes)
 - institutos de pesquisa e centros de tecnologia
 - prestadores de serviços (relativos à produção)
 - prestadores de serviços de consultoria para melhoria da gestão empresarial (mercado, organizacional)
 - prestadores de treinamento e/ou capacitação
 - outros. Citar _____

22. Dos agentes que apoiaram a formação do APL, qual desempenha papel importante como parceiro? Indique o grau de importância utilizando a escala:

0 = não relevante 1 = baixa 2 = média 3 = alta

Agentes	Grau de Importância
SEBRAE	(0) (1) (2) (3)
IEL - Instituto Euvaldo Lodi/FIEB	(0) (1) (2) (3)
DESENBÁHIA - Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia	(0) (1) (2) (3)
Banco do Brasil	(0) (1) (2) (3)
Banco do Nordeste	(0) (1) (2) (3)
Caixa Econômica Federal	(0) (1) (2) (3)
BRADESCO	(0) (1) (2) (3)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	(0) (1) (2) (3)
SETRAS - Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social	(0) (1) (2) (3)
SECTI – Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação	(0) (1) (2) (3)
SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	(0) (1) (2) (3)
SEPLAN – Secretaria de Planejamento	(0) (1) (2) (3)
Bahia Outlet Center	(0) (1) (2) (3)
FAPESB - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia	(0) (1) (2) (3)
SINDIVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário	(0) (1) (2) (3)
SENAI/SESC	(0) (1) (2) (3)
UCSal - Universidade Católica do Salvador	(0) (1) (2) (3)
UFBA/CIAGS	(0) (1) (2) (3)

Outro. Citar _____

23. Como sua empresa avalia a contribuição de sindicatos, associações, e cooperativas locais no tocante as seguintes atividades: Indique o grau de importância dessa integração utilizando a seguinte escala:

0 = não relevante 1 = baixa 2 = média 3 = alta

Atividade	Grau de importância
Auxílio na definição de objetivos comuns para o APL	(0) (1) (2) (3)
Estímulo nas ações estratégicas	(0) (1) (2) (3)

Promoção de ações cooperativas	(0) (1) (2) (3)
Criação de fóruns e ambientes para discussão	(0) (1) (2) (3)
Apresentação de reivindicações comuns	(0) (1) (2) (3)
Identificação de fontes e formas de financiamentos	(0) (1) (2) (3)
Organização de eventos técnicos e comerciais	(0) (1) (2) (3)
Estimulo ao desenvolvimento de ensino e pesquisa local	(0) (1) (2) (3)
Promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica	(0) (1) (2) (3)
Proximidade com universidades e centros de pesquisa	(0) (1) (2) (3)

Outras (). Citar _____

VII. POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE FINANCIAMENTOS

24. Sua empresa obteve algum tipo de concessão de crédito nos últimos seis meses?

- () não
- () sim (se a resposta for sim, marcar abaixo a destinação).
- () para investimento
- () para capital de giro
- () outros. Citar _____

25. Qual foi o agente financeiro que concedeu o crédito?

- () Banco do Brasil
- () Banco do Nordeste
- () Caixa Econômica Federal
- () DESENBAHIA- Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
- () Outros . Citar _____

26. As instituições que atuam no APL têm interferido no processo produtivo de sua empresa? (ex. desenvolvimento de novos produtos, *design*, gestão etc)

- () não
- () sim (Se a resposta for sim, marcar as opções com X)
- () SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- () IEL/FIEB - Instituto Euvaldo Lodi
- () DESENBAHIA - Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
- () Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- () SETRAS - Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social

- SECTI – Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação
- SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
- SEPLAN – Secretaria de Planejamento
- Outros. Citar _____

27. O APL de Confeção da rua do Uruguai conseguiu promover o desenvolvimento local e a requalificação da península de Itapagipe ?

- não
- sim (Se a resposta for sim, marque uma ou mais opções)
- qualidade de vida dos empregados
- crescimento do comércio local
- geração de trabalho e renda
- formação e capacitação da mão de obra local
- instalação de novas industriais
- melhoria na infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações)
- fortalecimento e dinamismo das entidades comunitárias
- outros. Citar _____

AUTORIZAÇÃO PARA USO DO NOME E SOBRENOME PARA REPRODUÇÃO DE PARTE OU TOTAL DO QUESTIONÁRIO.

Autorizo (assinatura) _____

Salvador, ____ de _____ de 2010.

ANEXO 5: ENTREVISTAS

1. O Sr.(a) acha que o Arranjo Produtivo Local de Confecções conseguiu inicialmente estabelecer um ambiente de interação e confiança entre os representantes dos diversos setores (Estado, iniciativa privada e sociedade civil) ?
2. Na sua opinião, a expansão do APL de Moda da Região Metropolitana de Salvador fortaleceu esse processo colaborativo?
3. Como a atuação da sua instituição tem contribuído para as praticas de cooperação entre as empresas constituintes do APL? Quais os desafios encontrados?
4. Qual a sua opinião sobre os rumos e diretrizes do APL?
5. As intervenções do APL beneficiaram os moradores da Península de Itapagipe?
6. O Sr.(a) percebe a participação da sociedade por ocasião das intervenções?
7. O Sr.(a) acha que o APL conseguiu promover a revitalização da Península de Itapagipe e o desenvolvimento local?